

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 002

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANNIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Valdir Rossoni
Líder da Oposição Orlando Pessuti
PTB Ademar Traiano
PFL Plauto Miró Guimarães
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Edgar Bueno
PSDB Sérgio Spada
PL Pastor Edson Praczyk
PSL Edno Guimarães
PST Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE FEVEREIRO DE 2001**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Élio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio Aparecido da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 002/2001

Curitiba, 01.02.2001.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 10.856, de 06 de julho de 1994, adequando tal dispositivo legal às novas necessidades do Estado ao autorizar a Companhia Paranaense de Gás - Compagás, para os fins do art. 27, inciso XIX, da Constituição Estadual, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de sociedades já existentes ou a serem constituídas com outras empresas.

As alterações justificam-se pela maior agilidade e flexibilidade empresarial que ensejarão à Compagás, o que a tornará mais rentável e sólida, acarretando maior eficiência no atendimento do interesse público. Paralelamente, e sem custos para o Estado, poderá ser assegurado o implemento de condições de fundamental importância para o progresso da comunidade paranaense.

A alteração proposta, além de destinar-se ao atendimento de necessidade da própria Compagás, propiciando-lhe condições para preservar a adequação na prestação o serviço público do qual é concessionária, possibilitará a participação de recursos privados, facilitando a captação de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades cuja concessão foi outorgada à Compagás.

Oportuno e imprescindível destacar-se a geração de novos empregos dentre os benefícios com os quais essa lei favorecerá o Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a)JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O § 1º, do art. 1º, da Lei nº 10.856, de 06 de julho de 1994, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º - A Companhia Paranaense de Gás - Compagás, terá por objetivo a exploração dos serviços de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para a utilização de todo o segmento do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja na geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, podendo para tanto participar, majoritariamente ou minoritariamente, de sociedades já existentes ou a serem constituídas com outras empresas”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 003/2001

Senhor Presidente.

Curitiba, 06.02.2001.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos pensionistas da Administração Pública do Estado do Paraná, bem como aos Policiais Militares do Estado, ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses do Estado, mormente de seus servidores, tanto civis como militares e de seus respectivos dependentes ou pensionistas.

Ademais, retrata medidas preconizadas por legislação anterior, em especial pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998 e legislação mais recente, através das quais o governo vem adotando soluções para o melhor atendimento ao funcionalismo, em termos de previdência e assistência, utilizando, para tal, eficientes modelos legais e financeiros, em harmonia plena com a legislação federal pertinente e em obediência a mandamentos da Magna Carta.

Apresentando o devido detalhamento quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade da medida, assim como demonstrado seu alto significado, é feita anexação de justificativa que me foi apresentada às fls. 40 a 46, do processo protocolado sob nº 4.452.306-0, oriundo da Secretaria de Estado da Administração e analisado também por outros órgãos técnicos do Poder Executivo.

Certo de que a medida proposta merecerá essa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

I - INTRODUÇÃO:

A Seguridade Social compreende, por definição, um conjunto de ações protetivas que abrangem a previdência social, o atendimento à saúde, a assistência social e a proteção ao desemprego.

O novo Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, bem como dos policiais militares ativos das reservas ou reformados, com a participação financeira de todos e do governo, deve compreender o atendimento à saúde, oferecendo-lhes proteção médico-hospitalar, inclusive para os seus dependentes.

Constitui significativa preocupação do governo estadual, o expressivo percentual do valor das receitas públicas alocadas ao atendimento de encargos sociais. Com a estabilidade econômica, a evolução demográfica e a crescente expectativa de vida dos cidadãos, o Estado não pode continuar a manter sozinho, indefinidamente, a

seguridade social dos seus servidores, incluindo o sistema de assistência à saúde.

Decorre disso, que o Estado acaba tendo servidores mal remunerados, com a saúde mal cuidada e a velhice mal assistida, criando o risco para o servidor de que este seja titular de um “direito de papel”, isto é, um direito estabelecido em lei, mas inexecutável na prática, por absoluta falta de recursos.

Não se pode mais, portanto, continuar a pensar em honrar direitos constitucionais dos servidores com o atual sistema, que depende de fatores de difícil controle, como os econômicos e demográficos. O momento exige a implementação de um Sistema de Assistência à Saúde moderno e eficiente, que atenda, de fato, aos anseios dos servidores públicos paranaenses, através de uma gestão eficaz, que se contraponha diretamente à insuficiência do modelo burocrático dominante no Serviço Público.

Os trabalhos para a instituição do Sistema de Assistência à Saúde foram desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Administração, com a participação da extinta Secretaria Especial para Assuntos da Previdência. Procuradoria Geral do Estado. Secretaria de Estado da Fazenda e Secretaria de Estado do Planejamento, bem como outros setores governamentais, objetivando um resultado que, quer sob o aspecto organizacional, quer quanto à sua dinâmica, venha a constituir solução definitiva para a questão da assistência à saúde dos servidores e seus beneficiários.

II - ASPECTOS JURÍDICOS:

Nesse passo, é mister asseverar que a Constituição Federal arrola as hipóteses de competência privativa da União, em seus artigos 21 e 22, vinculando a competência dos municípios a questões de “interesse local”, conforme o seu artigo 30, e confere aos estados a competência privativa remanescente, para legislar sobre matérias que não sejam de competência da União, dos municípios, nem se insiram nas hipóteses de competência concorrente, prevista no artigo 24.

No que se refere à divisão de competências, destaca José Afonso da Silva que a Constituição de 1988 “estruturou um sistema que combina competências exclusivas, privativas e principiologicamente comuns e concorrentes, buscando reconstituir o sistema federativo segundo critérios de equilíbrio ditados pela experiência histórica”. Salienta, igualmente, o autor que a Constituição combina “uma repartição de competências que se fundamenta em técnica de enumeração dos poderes da União (artigos 21 e 22), com poderes remanescentes para os Estados (artigos 25, §1º e poderes definidos indicativamente para os municípios (artigo 30), mas combina, com essa reserva de campos específicos (nem sempre exclusivos, mas apenas privativos), possibilidades de delegação (artigo 22, parágrafo único), áreas comuns em que se prevêm atuações paralelas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (artigo 23) e setores concorrentes entre União e Estado...” (Curso de

Direito Constitucional Positivo. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 477 e 479)."

Ora, de acordo com o artigo 24, XII da Constituição Federal e com o o artigo 13, XII da Constituição Estadual, a matéria analisada constitui hipótese de competência concorrente. Eis o teor dos dispositivos citados:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde."

"Art. 13 - Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde."

Os artigos transcritos determinam a competência concorrente dos entes da Federação para legislar sobre o tópico abordado: sistema de previdência e assistência à saúde. Logo, a União possui competência para editar normas gerais, sendo os Estados competentes para elaborar normas suplementares ou, não existindo legislação federal, suprir lacunas.

Observe-se, também, que o artigo 149, parágrafo único, da Constituição Federal e o artigo 42, § 4º da Constituição Estadual conferem competência ao Estado para instituir e cobrar contribuição social de seus servidores, para custeio de sistemas de previdência e assistência à saúde em benefício destes.

Conclui-se, assim, que o Estado do Paraná possui competência para legislar sobre a matéria em questão.

III - ALTERAÇÕES NA LEI Nº 12.398/98:

Com a implantação do novel modelo para a Previdência Funcional do Estado do Paraná pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, foram constituídos fundos de Natureza Previdenciária que são geridos pela Paraná-previdência, com a finalidade de que estes arquem com a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios já concedidos pelo Estado do Paraná e, sobretudo, os benefícios a conceder aos servidores titulares de cargos efetivos, em consonância com o texto constitucional (artigos 40 e 195 da CF/88).

Para fazer face a essas atribuições, inclusive a integralização dos percentuais de contribuição mensal, o Estado do Paraná deverá transferir para o patrimônio da instituição previdenciária bens móveis ou imóveis, que passarão a manter os Fundos já citados.

Constou na edição original da Lei nº 12.398/98 o termo "doação" para referir-se a essa transferência imobiliária, todavia, esse poderia ensejar alguma contestação em face do disposto pelo artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná.

Destarte, consoante orientação da douta Procuradoria Geral do Estado, o Estado tem o dever legal de aportar recursos para capitalizar o Fundo de Previdência. Em havendo dever legal, há crédito passível de quitação por dação em pagamento. Portanto, o instituto correto é o da dação em pagamento, vez que há obrigação legal, e

não mera liberalidade, o que constitui a essência da doação.

Assim, no intuito de evitarmos qualquer conflito de interpretações possíveis para a situação descrita, propomos a alteração do texto legal para suprir o termo referido, considerando que, efetivamente, não se trata de doação o negócio jurídico, relativo à transferência e bens imóveis do Estado para os Fundos da Paraná-previdência, mas de verdadeira dação em pagamento.

Do mesmo modo, tendo em vista que a nova ordem constitucional de 1988 modificou a situação dos aposentados e pensionistas, tendo como referência os servidores da ativa. O artigo 40 da Constituição, com a redação dada pela Emenda nº 20, inovou a realidade até então vigente, determinando em seu parágrafo 7º, a saber:

"Art. 40 - ...

§ 7º - Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º" (g.n.)

Deste modo, o parágrafo 5º do artigo 60 da Lei nº 12.398/98 não sobrevive à uma arguição de inconstitucionalidade frente ao § 7º do artigo 40 da CF/88 e do parágrafo 4º do artigo 35 da Constituição Estadual e, certamente, discussões envolvendo a referida redução de pagamento de pensão dariam ganho de causa aos pensionistas, resultando em um expressivo numerário a ser despendido pelo Estado, devidamente acrescido de juros de mora, honorários de sucumbência e demais cominações.

Abundantes são os julgados dos tribunais no sentido de que as pensões devem corresponder à totalidade dos vencimentos dos segurados, ressalvado o limite imposto pelo artigo 37, XI da CF/88. Isso posto, para que se evite dano ao erário, e por expressa recomendação da Procuradoria Geral do Estado, foi incluída a supressão do parágrafo 5º do artigo 60 da Lei nº 12.398/98, pois, uma vez que a matéria já se encontra consolidada pelos tribunais, persistir no procedimento irregular apenas postergará o pagamento do saldo devido, que inevitavelmente deverá ser realizado por imposição legal.

IV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO - IPE:

O Instituto de Previdência do Estado do Paraná em 1963, pela Lei nº 4.766, passando os servidores estaduais a recolherem compulsoriamente contribuição previdenciária. Tinha por fim promover e desenvolver a previdência e assistência social, por meio de seguro de vida, seguro gerais, pensão mensal, auxílio funeral, assistência médica, hospitalar e dentária, empréstimo simples em dinheiro, hipotecário e imobiliário, fianças, etc.

Com o passar do tempo ficou evidente a baixa qualidade, e muitas vezes a ineficiência dos serviços médicos prestados pela entidade, que acabaram por resultar em uma dívida expressiva desta para com Hospitais e Ambulatórios, somando-se ao fato de que a abrangência dos

serviços se restringia às cidades de Londrina e Curitiba, ficando os demais servidores públicos do Estado com assistência médico-hospitalar restrita ao Sistema Único de Saúde.

Não é razoável, sob a perspectiva das agruras financeiras pelas quais atravessa o Estado, e sob a perspectiva da experiência histórica relativa à existência de um ente público destinado exclusivamente ao atendimento médico dos servidores, que se pretenda repetir tal modelo.

Ora, o extinto IPE já não servia à finalidade para a qual foi criado, desde muito.

O novo modelo de Assistência à Saúde, na forma ora proposta, deixa de ser assistencial e assume a vocação contributiva e complementar, como previsto na Constituição Estadual e seguindo a filosofia dos mais modernos sistemas do mundo desenvolvido.

V - NOVA PROPOSTA:

Está sendo proposta a criação de um sistema de assistência à saúde, a ser oferecido ao servidor público e ao seu grupo familiar.

O modelo é proposto é o de auto-gestão patrocinada, operada através de rede de instituições diretamente credenciadas.

A adesão ao sistema é facultativa, diferentemente do Plano Médico-Hospitalar proposto inicialmente pela ParanaPrevidência, que tinha característica de compulsoriedade, razão principal das ações judiciais impetradas contra o Estado.

A contribuição do servidor é mensal, calculada com base na faixa salarial e no número de dependentes. No que tange à cota-parte do Estado do Paraná, este repassará mensalmente o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a título de subsídio, que será utilizado no custeio do sistema, de forma que o servidor não contribuirá, na soma da sua mensalidade com a de seus dependentes, com mais de 12% sobre a sua remuneração.

O repasse do Estado representa um subsídio para quase 70% dos beneficiários, especialmente para os servidores com mais baixos salários e famílias mais numerosas, o que confere ao plano um caráter distributivo, social e democrático.

Os valores de contribuição do servidor previstos no sistema são inferiores aos valores praticados no mercado, especialmente para os servidores que recebem salários na faixa de até 10 (dez) salários mínimos e em função do volume de pessoas (em torno de 390.000) que podem aderir ao plano.

O Sistema de Assistência à Saúde abrangerá todas as coberturas do Plano Referência instituídas no artigo 12 da Lei Federal nº 9.656 de 03 de junho de 1998 e legislação posterior, que prevê atendimento ambulatorial e hospitalar, com as exceções previstas no artigo 10 da referida lei.

1. Coberturas:

1.1 - Ambulatorial completa compreendendo:

- a) Consultas médicas em número ilimitado;
- b) serviços de apoio diagnóstico e tratamento e demais procedimentos ambulatoriais.

1.2 - Internação em enfermaria de dois leitos compreendendo:

- a) Todas as cirurgias (exceto estética);
- b) Obstetrícia;
- c) SADT: Exames, fisioterapia, hemoterapia, nutrição, embolização, etc. durante a internação;
- d) Transplantes de Rim e Córnea.

As tabelas propostas de honorários médicos e hospitalares são as praticadas no mercado, o que garante a qualidade dos serviços e impede procedimentos discriminatórios (os servidores serão atendidos normalmente em consultórios médicos, com horário marcado).

Serão adotados alguns mecanismos para a garantia do equilíbrio do sistema, como:

1. Fator Moderador, que se constitui em cobrança de percentual de 30% sobre consultas e exames;

OBS.: Este fator tem sido aceito e utilizado pela maioria dos planos de saúde no Brasil e no exterior, no sentido de que a utilização fique restrita à sua real necessidade. É um pós-pagamento que incide somente na utilização. Segundo últimas pesquisas, a maioria dos planos de saúde privados do País já utilizam este recurso.

2. Adoção de sistemas de gerenciamento profissionais para evitar desvios no modelo proposto;

3. Reserva de contingência de três receitas mensais, que correspondem a 60 dias de carência para utilização e mais uma receita mensal, já financiada no plano em 24 meses.

Os parâmetros adotados no presente projeto basearam-se em duas pesquisas realizadas junto aos servidores.

A primeira pesquisa, quantitativa, foi realizada em fevereiro deste ano, abrangendo um total de 5.175 entrevistados, em 357 municípios pesquisados.

Nesta pesquisa, observou-se que 77,89% dos servidores do Estado do Paraná não possuem plano de saúde privado, estando dependentes do Sistema Único de Saúde ou do IPE, que possui ambulatorios somente em Curitiba e em Londrina.

Mostrou ainda que, dos pesquisados, somente 18,3% dos servidores com salários superiores a 10 salários mínimos, demonstraram interesse em um plano de saúde estadual.

Igualmente, indicou uma forte tendência a se criar um sistema de saúde para que atendesse a parcela de servidores de até 10 (dez) salários mínimos, sem exclusão dos demais segmentos.

A outra pesquisa desenvolvida teve caráter qualitativo e foi realizada em agosto deste ano, com 15 grupos (com 15 participantes em cada um) representativos de todas as categorias funcionais do Estado.

Integraram a amostra, os servidores dos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava.

As opiniões e percepções dos servidores que integraram os grupos da pesquisa auxiliaram na modelagem do Sistema de Assistência à Saúde, ora proposto.

Os resultados da pesquisa qualitativa apontaram para uma forte demanda dos servidores pela criação, pelo governo do Estado, de um sistema de assistência à saúde, visto que uma parcela considerável deles apresenta carência de assistência médica para si e seus familiares, confirmando os dados da pesquisa anterior. Além disso, os servidores pesquisados se posicionaram favoravelmente à adoção de um gerenciamento especializado, através de empresa privatizada.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fazer viável a implantação do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado, há a previsão de criação de um Departamento de Assistência à Saúde, no nível de execução programática da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, com a finalidade de gerir o sistema.

A gestão do sistema, e conseqüentemente, dos recursos que integrarão o Fundo de Assistência à Saúde, instrumento contábil destinado ao custeio do sistema, ficará a cargo do referido departamento. O Estado afasta-se do papel de executor ou prestador direto do serviço, mantendo-se, entretanto no papel de regulador. A coordenação do serviço e a destinação dos recursos financeiros ficarão em suas mãos.

O anteprojeto mantém todos os benefícios assegurados aos servidores ativos, inativos, pensionistas, militares da ativa, reserva ou reformados, e seus dependentes, aumentando a cobertura dos serviços de saúde colocados à sua disposição, como garantia constitucional de acesso aos serviços de saúde.

Destacamos que o sistema ora proposto permite a participação dos membros do Poder Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público.

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública do Estado do Paraná, bem como aos Policiais Militares do Estado ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes.

Parágrafo Único - O ingresso no Sistema de que trata esta lei será facultativo, mediante Termo de Adesão.

Art. 2º - São beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde, de que trata esta lei:

I - Na condição de titular, o servidor ativo, inativo e pensionista, os policiais militares ativos, da reserva remunerada e reformados;

II - Na condição de dependente:

a - o cônjuge, a companheira, o companheiro;

b - o filho não emancipado, menor de 21 anos ou definitivamente inválido ou incapaz;

c- os filhos que estejam matriculados em estabelecimento de ensino superior, oficial ou reconhecido, se menores de 25 anos, solteiros e sem renda;

§ 1º - A perda da condição de servidor público, ativo, inativo ou pensionista, policial militar ativo, da reserva ou reformado, implicará no cancelamento automático da adesão ao Sistema de Assistência à Saúde.

§ 2º - Fica autorizada a ParanaPrevidência a efetuar o repasse das contribuições relativas aos servidores inativos e pensionistas, policiais militares ativos, da reserva e reformados para custeio do Sistema de Assistência à Saúde, após a assinatura pelo servidor do correspondente Termo de Adesão ao sistema.

Art. 3º - O Sistema de Assistência à Saúde será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e se dará mediante aplicação do programa de assistência à saúde, através de empresas credenciadas para essa finalidade, observados os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 4º - As condições de funcionamento do Sistema de Assistência à Saúde, serão definidas através de regulamento a ser aprovado mediante decreto.

Parágrafo Único - O Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos estaduais especificará o modelo de assistência, a abrangência e restrições dos procedimentos médico-hospitalares postos à disposição os beneficiários pelas instituições credenciadas.

Art. 5º - O Sistema de Assistência à Saúde será custeado pelas seguintes fontes de receita:

I - Contribuição mensal dos beneficiários, estabelecida conforme faixa salarial e número de dependentes;

II - repasse mensal do Tesouro Estadual no montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

III - recursos provenientes da renda de aplicações no mercado financeiro do Fundo de Assistência à Saúde, referido no *caput* do art. 8º desta lei, na forma da legislação vigente.

IV - outros recursos eventuais.

Parágrafo Único - O valor previsto no inciso II desse artigo, deverá ser corrigido de acordo com os índices fixados pela Agência Nacional de Saúde -ANS, para correção dos planos de saúde;

Art. 6º - As transferências do valor das contribuições, de que trata este artigo deverão ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao da competência.

Art. 7º - O custeio do sistema será avaliado atuarialmente numa periodicidade não superior a 12 (doze) meses ou sempre que se fizer necessário, a cada alteração de plano ou desvio de sinistralidade.

Art. 8º - Fica criado o Fundo de Assistência à Saúde com a finalidade de concentrar os recursos destinados à prestação de serviços de assistência médica e hospitalar, mediante a aplicação em despesas correntes e de capital.

§ 1º - O Fundo de Assistência à Saúde, instrumento de natureza contábil de repartição de capital e de cobertura, com conta específica para movimentação dos recursos, vedada a transferência dos mesmos para outra finalidade, tendo como fontes de receita, as mencionadas no art. 5º desta lei.

§ 2º - O Poder Executivo, mediante decreto, disciplinará a matéria constante deste artigo, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e legislação complementar.

Art. 9º - Fica criado o Departamento de Assistência à Saúde, no nível de execução programática da Secretaria de Estado da Administração, para gerir o Sistema de Assistência à Saúde instituído por esta lei.

Art. 10 - A estrutura e competências do departamento referido no artigo 9º desta lei serão regulamentadas mediante decreto.

Art. 11 - A Lei nº 12.398 de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - Fica criado o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo o Programa de Previdência de que são beneficiários, nos termos desta lei, os servidores públicos estaduais, seus dependentes e pensionistas.”

Art. 12 - Compete ao Conselho de Administração:
I - aprovar:

d) a Nota Técnica Atuarial e a Regulamentação dos Planos de Benefícios Previdenciários, de Custeio e de Aplicações e Investimentos;

j) o Parecer Atuarial do exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio para dar cobertura ao Plano de Benefícios Previdenciários;

II - autorizar a aceitação de bens oferecidos pelo Estado, a título de dação em pagamento, nos termos do artigo 85 e seus parágrafos;

III - autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações.

Art. 27 - A ParanáPrevidência constituirá, como parte de seu patrimônio, mas com identidade jurídico-contábil. Fundos de Previdência e Financeiro, de Natureza Previdenciária, com destinação específica ao Plano de Benefícios Previdenciários.

Parágrafo Único - Os Fundos de Natureza Previdenciária, integrantes do patrimônio da Paranáprevidência, serão dotados de identidade jurídico-contábil

estabelecida pelo *caput* deste artigo, e arcarão com as responsabilidades pelos benefícios correspondentes, sendo-lhes destinados recursos respectivos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

Art. 28 - Os Fundos de Natureza Previdenciária serão constituídos: Inciso II - pelas dações em pagamento efetivadas pelo Estado e destinadas especificamente a cada um dos Fundos;

Art. 32 - ...

§ 4º - Não estão sujeitos aos limites referidos no § 2 deste artigo os bens móveis e imóveis que componham as dações efetuadas pelo Estado à ParanáPrevidência, em relação aos quais fica estipulado o prazo de 10 anos para o enquadramento nos citados limites.

Art. 68 - Salvo quanto ao valor devido aos Programas de Previdência ou derivado da obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial, o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito a sua cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de procuração, com poderes irrevogáveis ou em causa própria, para o seu recebimento.

Art. 69 - ...

Inciso I - as contribuições e valores devidos pelos segurados e pensionistas aos Fundos de Natureza Previdenciária.

Art. 83 - ...

§ 2º - O pagamento, pelo Estado, das contribuições mensais a que se referem os incisos I e II do artigo 78 e os incisos I e II deste artigo, poderão ser efetivadas com recursos em espécie e dações, sendo os pagamentos com recursos em espécie nos seguintes percentuais mínimos mensais;

§ 3º - No caso das dações não serem suficientes para atingir a complementação necessária prevista no parágrafo anterior, o Estado deverá completar com recursos em espécie.

§ 4º - Na integralização do percentual a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados os valores das dações previstas no artigo 85.

Art. 85 - O Estado poderá fazer dações em pagamento para os Fundos de que trata esta lei, mediante a transferência, por aquele, de bens móveis ou imóveis, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da Paranáprevidência.

§ 6º - O valor das dações feitas pelo Estado e incorporadas ao patrimônio da Paranáprevidência será atuarialmente considerado em cada reavaliação da contribuição previdenciária mensal do Estado, respeitado sempre o limite mínimo, também atuarialmente fixado, de aporte em dinheiro.

Art. 91 - A Paranáprevidência contará com Plano de Contas, Orçamento Anual e Plurianual e Programas de

Benefícios Previdenciários, de Custeio Atuarial e de Aplicações e Investimentos, visando sempre ao equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Art. 98 - O Estado é solidariamente responsável com a Parana Previdência, pelo pagamento dos benefícios a que fizerem jus os segurados e pensionistas, participantes do Plano de Benefícios Previdenciários a cargo dos Fundos de Previdência.

Art. 99 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto a ser ratificado pela Assembléia Legislativa, alterar os percentuais previstos nos artigos 78, 79, 83 e 84 desta lei, desde que o custo total do Plano de Benefícios Previdenciários, com base em cálculo atuarial, observado como limite o estabelecido na Lei Federal nº 9717 de 27 de novembro de 1998.

Art. 102 - ...

§ 1º - Se extinta a Parana Previdência, será seu patrimônio destinado ao Estado do Paraná, sendo obrigação deste manter a identidade e os fins dos Fundos de Previdência, e os direitos adquiridos dos beneficiários a eles vinculados, não podendo, em nenhuma hipótese, descaracterizá-los, extingui-los ou incorporá-los ao Tesouro Estadual.

Art. 103 - ...

§ 7º - Até que a Parana Previdência assuma os encargos de que trata este artigo, será obrigação do Estado manter e pagar os benefícios previdenciários hoje existentes, destinados aos atuais servidores ativos, inativos e aos militares do Estado, bem como seus respectivos pensionistas e dependentes.

Art. 105 - Fica o Estado do Paraná, suas autarquias e fundações, autorizados a transferir para a Parana Previdência, para a manutenção dos Fundos de Natureza Previdenciária, a título de dação em pagamento:

Art. 108 - Fica terminantemente proibido o uso de recursos dos Fundos de Natureza Previdenciária para pagamento de qualquer benefício às pessoas inscritas no atual regime de previdência e que não puderem ser inscritas na Parana Previdência.

Art. 110 - O Estado do Paraná deverá figurar como litisconsorte e assistente, em todos os processos judiciais em que a Parana Previdência for parte no polo passivo, e que digam respeito a benefícios previdenciários”.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes administrativos e orçamentários decorrentes dos dispositivos desta lei.

Art. 13 - Ficam extintos os seguintes cargos, de provimento em comissão, a que se refere o artigo 115 da

Lei 12.398, de 30 de dezembro de 1998: 01 (um) cargo de superintendente, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de diretor, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de secretário executivo, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de chefe de gabinete, símbolo 3-C; 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 7-C.

Art. 14 - Fica, criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Administração, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de diretor de Departamento, símbolo DAS-2; 04 (quatro) cargos de gerente, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de assistente, símbolo 3-C; 02 (dois) cargos de assistente, símbolo 7-C.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais necessários à implementação desta lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 16 - Ficam revogados a alínea “f” do inciso II do artigo 8º, artigo 19, § 6º do artigo 28, inciso II do artigo 29, inciso II do artigo 30, § 5º do artigo 60, artigo 76 e seus parágrafos, artigo 77 e seus parágrafos, artigo 79, artigo 84, § 2º do artigo 89, § 1º do artigo 103, todos da Lei nº 12.398/98.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 004/2001

Curitiba, 06.02.2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, fica autorizada a atuar em outras Unidades da Federação.

A medida constante do plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração, sendo indiscutivelmente oportuna e necessária, tendo em vista que ensejará condições legais no sentido de que a Codapar possa dar prosseguimento a contrato feito com o governo federal, através do Ministério da Fazenda, para instalação (pela Codapar) de uma Estação Aduaneira de Interior - EADI, no município de Dionízio Cerqueira - Santa Catarina, divisa com o município de Barracão - Paraná. Ressalte-se da possibilidade de a Codapar vir a ter oportunidade de outras contratações de tal natureza, face sua larga experiência no setor de aduanas e de armazenamento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Atendidas as formalidades legais, a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, fica autorizada a atuar, no campo de sua especialidade, em outras Unidades da Federação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 005/2001

Curitiba, 13.02.2001.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 66, inciso III e 87, inciso IV, combinados com o artigo 53, inciso XI "*in fine*", todos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná).

O plano de lei complementar em referência, decorre do resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado do Governo e da Procuradoria Geral do Estado, em cujas conclusões optou-se por alteração parcial do Estatuto da Polícia Civil, nas questões mais prementes, deixando-se para uma futura oportunidade alteração de caráter geral, ou seja, um novo estatuto, conforme almejam o governo e a classe dos policiais do Estado.

Assim, visando possibilitar condições no sentido de reformulação de alguns conceitos e de permitir maior celeridade na aplicação das normas estatutárias, mormente aquelas pertinentes a processos disciplinares, a presente proposição ensejará, a curto prazo, melhor desempenho no exercício da atividade policial, com grande benefícios à comunidade, proporcionando ações mais efetivas no Plano da Segurança Pública.

Vale ressaltar que estas alterações parciais ao Estatuto da Polícia Civil do Paraná, decorre de proposição do senhor secretário de Estado da Segurança Pública, considerando sugestões formuladas pela Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 1837, de 13 de março de 2000, da qual fizeram parte pessoas de alto saber.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 5º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“São unidades da Polícia Civil:

I - A nível de Direção:

- a) Departamento da Polícia Civil;
- b) Conselho da Polícia Civil;
- c) Corregedoria Geral da Polícia Civil.

II - A nível de assessoramento:

- a) Secretaria Executiva;
- b) Assessoria Técnica.

III - A nível instrumental:

- a) Divisão de Infraestrutura;
- b) Coordenação de Informática;
- c) Escola de Polícia Civil;
- d) Grupos Auxiliares.

IV - A nível de execução:

- a) Divisões Policiais;
- b) Centro de Operações Policiais Especiais;
- c) Instituto Médico Legal;
- d) Instituto de Criminalística;
- e) Instituto de Identificação;
- f) Subdivisões Policiais;
- g) Delegacias Regionais;
- h) Delegacias de Polícia;
- i) Subdelegacias de Polícia;
- j) Outras unidades policiais civis auxiliares”.

Art. 2º - O artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º - O Conselho da Polícia Civil, nos termos do artigo 47, § 2º, da Constituição do Estado do Paraná, é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais civis, sendo integrado pelos seguintes membros:

I - o delegado geral da Polícia Civil, como presidente e membro nato;

II - o delegado geral adjunto da Polícia Civil, como vice-presidente e membro nato;

III - pelo corregedor geral da Polícia Civil;

IV - pelo assessor civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

V - por dois delegados da classe mais elevada, indicados pelo delegado geral da Polícia Civil;

VI - por dois representantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, de reconhecido saber jurídico e experiência administrativa;

VII - o diretor da Escola de Polícia Civil.

Parágrafo Único - Os membros integrantes do Conselho da Polícia Civil referidos nos itens V e VI deste artigo serão designados por atos próprios do delegado geral e do secretário da Segurança Pública, respectivamente.

Art. 3º - O parágrafo Único do artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ao Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná compete:

I - deliberar sobre as questões que lhe forem submetidas pelo delegado geral de Polícia Civil;

II - zelar pela observância dos princípios e funções da Polícia Civil do Estado do Paraná;

III - aprovar regimentos internos das unidades policiais civis e outros atos normativos que definam a atuação da Instituição;

IV - propor medidas de aprimoramento técnico-profissional, visando ao desenvolvimento e a eficiência da organização policial civil;

V - pronunciar-se sobre matéria relevante, concernente a funções, princípios e condutas funcionais ou particulares do policial civil que resultem em reflexos à Instituição;

VI - examinar e avaliar as propostas das unidades administrativas da Polícia Civil do Estado do Paraná, em função dos planos e programas de trabalho previsto para cada exercício financeiro;

VII - analisar e avaliar programas e projetos atinentes à expansão de recursos humanos;

VIII - determinar, com exclusividade, a instauração de processos administrativos, disciplinares contra servidores policiais civis;

IX - proceder ao julgamento, como instância originária, dos processos disciplinares instaurados contra autoridades policiais civis;

X - deliberar sobre a remoção de delegados de polícia, no interesse do serviço policial, observadas as disposições desta lei;

XI - deliberar sobre proposta de criação e extinção de cargos e de unidades administrativas no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná;

XII - deliberar sobre a promoção por merecimento do policial, por ato de bravura e *post mortem* e para proposição de comendas previstas em lei, conforme dispuser o regulamento;

XIII - deliberar, conclusivamente, sobre a indenização, promoção ou pensão especial decorrente de enfermidade ou morte em virtude de serviço ou do exercício da função;

XIV - compor, mediante sorteio, as Câmaras Disciplinares;

XV - exercer outras atribuições previstas em lei”.

§ 1º - Serão constituídas Câmaras Disciplinares, compostas, cada uma delas, por duas autoridades policiais designadas mediante sorteio, pelo Conselho da Polícia

Civil e presididas por um membro deste colegiado, ao qual não concorrerão os seus presidente e vice-presidente, com a atribuição de apreciar e julgar os procedimentos administrativos disciplinares instaurados contra agentes e auxiliares da autoridade policial, deliberando sobre a aplicação das penas.

§ 2º - As deliberações do Conselho da Polícia Civil e das Câmaras Disciplinares serão aprovadas por maioria simples de votos.

§ 3º - Os mandatos dos presidentes e membros das Câmaras Disciplinares serão de um ano, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 4º - Sempre que houver proposta da autoridade disciplinar pela aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, os autos serão levados a julgamento em sessão plenária do Conselho da Polícia Civil.

§ 5º - Quando a Câmara entender pela aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, divergindo da proposição da autoridade disciplinar, encaminhará recurso *ex-officio* ao Conselho da Polícia Civil.

§ 6º - Os procedimentos administrativos disciplinares serão distribuídos equitativamente entre as Câmaras por sorteio, perante os seus respectivos presidentes, em sessão aberta.

Art. 4º - O artigo 37 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, modificado pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37 - Estágio probatório é o período de três anos de efetivo exercício no cargo, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do servidor policial no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

§ 1º - Os requisitos de que trata este artigo são os seguintes:

I - aprovação em curso de formação técnico-profissional específico ministrado pela Escola de Polícia Civil;

II - idoneidade moral;

III - assiduidade;

IV - disciplina;

V - eficiência e produtividade; e

VI - dedicação às atividades policiais.

§ 2º - O boletim de avaliação sobre a conduta do servidor policial civil durante o estágio probatório deve ser elaborado, periodicamente, a contar do início do exercício, pelos delegados chefes de Divisões e Corregedoria, na Capital, e, no interior do Estado, pelos delegados subdivisionais e corregedores de área, na forma do regulamento.

§ 3º - Quando o servidor policial civil em estágio probatório não preencher quaisquer dos requisitos enumerados no § 1º deste artigo, caberá à autoridade avaliadora, sob pena de responsabilidade funcional, provocar,

perante o corregedor de assuntos internos, a instauração de sindicância para sua confirmação ou não no cargo.

§ 4º - Para os fins previstos no parágrafo anterior, será especialmente designada Comissão de Sindicância pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, para apurar o descumprimento dos requisitos do estágio probatório, observando-se o rito estabelecido no artigo 241 e seguintes desta lei”.

Art. 5º - O inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 - ...

II - de ofício, em circunstâncias reconhecidamente urgenciadas e na solução de problemas emergenciais das áreas policial e administrativa, e de iniciativa indistintamente do secretário de Segurança Pública e Conselho da Polícia Civil, com prevalência do primeiro.”

Art. 6º - O artigo 45 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45 - O servidor policial civil só poderá ser promovido, por merecimento, da classe inicial da carreira a que pertencer para a classe imediatamente superior, se tiver prestado serviços em unidades policiais do interior, por um período não inferior a 03 (três) anos.”

Art. 7º - O artigo 46 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46 - As listas de indicação de policiais civis para a promoção serão organizadas pelo Conselho da Polícia Civil, ouvindo-se, previamente, a Corregedoria Geral da Polícia Civil”.

Art. 8º - O artigo 115 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 115 - Os elogios e as dispensas do serviço deverão ser fundamentadamente propostos e homologados pelo Conselho da Polícia Civil, ouvindo-se, previamente, a Corregedoria Geral da Polícia Civil.”

Art. 9º - Os artigos 125 e 126 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 125 - São estáveis, após três anos de exercício, os servidores nomeados por concurso.”

“Art. 126 - O servidor policial civil somente perderá o cargo:

I - quando estável, em virtude de sentença judiciária ou processo disciplinar que haja concluído pela sua demissão, depois de lhe haver sido assegurada ampla defesa;

II - em estágio probatório, quando nele não confirmado, em decorrência do procedimento administrativo de que trata o artigo 37, §§ 3º e 4º, desta lei;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurada ampla defesa.

§ 1º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 2º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 3º - Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão constituída pelo Conselho da Polícia Civil para essa finalidade.

§ 4º - Será eliminado do curso de formação e exonerado do cargo, o servidor policial civil que esteja em estágio probatório que for reprovado em qualquer disciplina constante da grade curricular, ou não registrar frequência mínima de 90% (noventa por cento) às atividades escolares.

§ 5º - Também será eliminado do curso e exonerado do cargo, o servidor policial civil que esteja em estágio probatório e que não atingir percentual igual a 90% (noventa por cento) dos trabalhos relativos às aulas e atividades escolares, em cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização ministrados pela Escola de Polícia Civil, para os quais tenham sido matriculados compulsoriamente.”

Art. 10 - O inciso VIII, do artigo 210 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 210 - São deveres do servidor policial civil:

...

VIII - providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família e a declaração de bens, junto ao setor competente, atualizadas anualmente;

...”

Art. 11 - O artigo 211 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 211 - É vedado ao servidor policial civil:

I - quebrar o sigilo de assunto policial e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais ou de segurança;

II - retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de unidade policial, com o fim de criar direitos ou obrigações ou de alterar a verdade dos fatos;

III - valer-se de sua qualidade de servidor policial civil, para melhor desempenhar atividades estranhas ou incompatíveis às funções, ou para lograr proveito direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, em detrimento da dignidade do cargo ou função;

IV - exigir, receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão do cargo ou função;

V - cometer a pessoa estranha ao serviço policial civil, o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados;

VI - expedir credenciais para terceiros desempenharem funções privativas da Polícia Civil;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau.”

Art. 12 - O artigo 212 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 212 - São transgressões disciplinares todas as ações ou omissões contrárias ao dever funcional ou expressamente proibidas, cometidas pelo servidor policial civil, não especificadas nesta lei.

Penalidade: advertência, repreensão ou suspensão de dois a dez dias.”

Art. 13 - O artigo 213 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 213 - São, especificamente, transgressões disciplinares:

I - referir-se de modo depreciativo às autoridades e a atos da administração pública, qualquer que seja o meio empregado para esse fim, salvo quando em trabalho assinado apreciando atos dessas autoridades, sob o ponto de vista doutrinário com ânimo construtivo;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

II - divulgar fatos ocorridos na repartição ou propiciar-lhes a divulgação, bem como, referir-se, desrespeitosamente e depreciativamente às autoridades e atos da administração, salvo a hipótese da parte final do inciso anterior;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

III - divulgar os assuntos policiais e de segurança, de modo a prejudicar o andamento de investigações ou outros trabalhos policiais, e quebrar o sigilo sobre planos, dispositivos de segurança ou recursos disponíveis, sem prévia autorização superior;

Penalidade: demissão;

IV - dar, ceder ou entregar insígnia, cédula de identidade funcional ou porta documento oficial, a quem não exerça cargo policial;

Penalidade: demissão;

V - divulgar boatos ou notícias tendenciosas;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

VI - deixar de ostentar, quando exigido para o serviço, ou exibir desnecessariamente arma, distintivo ou algema;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

VII - deixar de identificar-se quando solicitado ou quando as circunstâncias o exigirem;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

VIII - indispor funcionários contra seus superiores hierárquicos ou provocar velada ou ostensiva animosidade entre os servidores policiais civis;

Penalidade: demissão;

IX - deixar de exercer a autoridade compatível à sua classe, cargo ou função;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

X - usar vestuário incompatível com o decoro da função ou descuidar de sua aparência física ou de asseio;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XI - manter relações de amizade ou exibir-se em público com pessoas de má reputação, salvo em razão do serviço;

Penalidade: demissão;

XII - praticar ato que importe em escândalo, comoção social ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial;

Penalidade: demissão;

XIII - portar-se sem compostura em lugar público;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XIV - exigir ou receber propinas, comissões, presentes ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão das atribuições do cargo que exerce;

Penalidade: demissão;

XV - retirar, sem prévia autorização de autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

Penalidade: demissão;

XVI - cometer a pessoa estranha à repartição, o desempenho de encargos que lhe competirem ou a seus subordinados;

Penalidade: demissão;

XVII - valer-se do cargo com fim ostensivo ou velado, de obter proveito de natureza político-partidária, para si ou terceiros;

Penalidade: demissão;

XVIII - participar da gerência ou administração de empresa, qualquer que seja a sua finalidade;

Penalidade: demissão;

XIX - exercer comércio ou participar de sociedade comercial, salvo como acionista, cotista ou comanditário;

Penalidade: demissão;

XX - praticar usura, em qualquer de suas formas;

Penalidade: demissão;

XXI - pleitear, como procurador, ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de vencimentos, vantagens e proventos de parentes até segundo grau;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;
XXII - faltar com a verdade no exercício de suas funções;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;
XXIII - utilizar-se do anonimato para qualquer fim;

Penalidade: demissão;
XXIV - tomar parte em jogos proibidos, ou jogar os permitidos, em recinto policial, de modo a comprometer a dignidade funcional;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;
XXV - deixar de comunicar, imediatamente, à autoridade competente, faltas ou irregularidades que haja presenciado ou de que tenha tido ciência;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;
XXVI - deixar, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente, tão logo tenha ciência do fato, a ocorrência de falta funcional praticada por servidor que lhe seja subordinado;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;
XXVII - deixar de assumir no prazo legal, a função para a qual foi designado;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;
XXVIII - deixar de comunicar à autoridade competente, ou a que esteja substituindo, informação que tiver de iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha de serviço, tão logo disso tenha conhecimento;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;
XXIX - dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em vinte e quatro horas, queixa, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-los;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;
XXX - negligenciar parte, queixa, representação ou procedimentos administrativos ou criminais;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;
XXXI - enunciar, falsa ou tendenciosamente, parte, queixa ou representação;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;
XXXII - aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem de autoridade competente, ou para que seja retardada a sua execução;

Penalidade: demissão;
XXXIII - provocar a paralisação, total ou parcial do serviço policial, ou dela participar;

Penalidade: demissão;
XXXIV - trabalhar mal, com negligência, em detrimento do serviço;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;
XXXV - permutar o serviço, sem expressa permissão da autoridade competente;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;
XXXVI - não comparecer ou abandonar o serviço para o qual haja sido especialmente designado;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

XXXVII - faltar ou chegar atrasado ao serviço, ou deixar de participar, com antecedência, à autoridade a que estiver subordinado, a impossibilidade de comparecer à repartição, salvo motivo plenamente justificável;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXXVIII - não se apresentar, sem justo motivo, ao fim de licença de qualquer natureza, férias ou dispensa de serviço, ou ainda, depois de qualquer delas foi interrompida por ordem legal e superior;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

XXXIX - atribuir-se a qualidade de representante de qualquer repartição da Secretaria de Segurança Pública ou de seus dirigentes, sem estar expressamente autorizado;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XL - deixar de portar sua credencial oficial;

Penalidade: suspensão de dois a dez dias;

XLI - fazer uso indevido da arma;

Penalidade: demissão;

XLII - praticar violência no exercício da função policial;

Penalidade: demissão;

XLIII - permitir, por ação ou omissão, que presos conservem em seu poder objetos que possam causar danos nas dependências a que estejam recolhidos, ou produzir lesões em terceiros;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

XLIV - omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos, ou na sua guarda;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

XLV - concorrer de qualquer forma para defesa de interesse de pessoa custodiada ou presa, fora dos casos previstos em lei;

Penalidade: demissão;

XLVI - desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de ordem de autoridade superior;

Penalidade: demissão;

XLVII - dirigir-se, referir-se, portar-se ou apresentar-se perante seus superior, de modo desrespeitoso ou sem a observância do princípio hierárquico;

Penalidade: demissão;

XLVIII - ensejar a divulgação de documentos ou peças oficiais, sem autorização expressa da autoridade competente;

Penalidade: demissão;

XLIX - dar-se ao vício de embriaguez ou uso de substâncias entorpecentes, de forma a prejudicar o bom andamento dos serviços policiais;

Penalidade: demissão;

L - comparecer a qualquer ato de serviço, em visível estado de embriaguez, ou ingerir bebidas alcoólicas durante o mesmo;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

LI - acumular cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas nesta lei;

Penalidade: demissão;

LII - deixar, sem justa causa, de submeter-se a inspeção médica determinada pela lei ou pela autoridade competente;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

LIII - deixar de concluir, nos prazos legais, sem justo motivo, procedimentos investigatórios ou disciplinares ou quanto a estes últimos, negligenciar no cumprimento das obrigações que lhe são inerentes, apresentando conclusão não compatível com a prova dos autos;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

LIV - prevalecer-se da condição de servidor policial civil;

Penalidade: suspensão de dez a trinta dias;

LV - negligenciar a utilização e guarda de objetos pertencentes à repartição policial ou que em decorrência da função ou para o seu exercício lhe hajam sido confiados, possibilitando que os danifiquem ou extraviem;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

LVI - omitir ou declarar falsamente conceito sobre servidor policial civil em regime de estágio probatório;

Penalidade: demissão;

LVII - dar causa, intencionalmente, ao extravio ou danificação de objetos, livros, material de expediente, pertencentes à repartição policial e que estejam confiados à sua guarda ou não;

Penalidade: demissão;

LVIII - deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente, a prisão em flagrante de qualquer pessoa;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

LIX - levar à prisão e nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança permitida em lei;

Penalidade: demissão;

LX - cobrar carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, não autorizada em lei;

Penalidade: demissão;

LXI - praticar ato lesivo á honra ou ao patrimônio de pessoa natural ou jurídica, com abuso ou desvio de poder;

Penalidade: demissão;

LXII - atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade de domicílio;

Penalidade: demissão;

LXIII - favorecer ou prejudicar alguém por evidente má fé, no preenchimento de boletins de merecimento, ou retardar o andamento de papéis de promoção;

Penalidade: suspensão de trinta a sessenta dias;

LXIV - deixar de acatar ou de cumprir ordens emanadas de autoridade competente;

Penalidade: demissão;

LXV - recusar-se ilegitimamente, a aceitar encargos inerentes ao cargo ou à classe, para os quais foi designado, salvo as funções de confiança ou as exceções previstas em lei;

Penalidade: suspensão de sessenta a noventa dias;

LXVI - recorrer pessoalmente ou por pessoas interpostas a terceiros com o propósito de auferir vanta-

gens ou postular designações, remoções, licenças e promoções em desacordo com as normas regulamentares ou regimentais, ou ainda, superpondo-se às autoridades diretamente responsáveis e ao interesse administrativo.

Penalidade: suspensão de dois a dez dias”.

Art. 14 - O artigo 220 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 220 - Cabe à autoridade policial responsável pelo serviço comunicar, desde logo, à unidade competente as faltas disciplinares cometidas por policiais militares postos à sua disposição em função do serviço executado, sem prejuízo das medidas penais aplicáveis.

Parágrafo Único - A configuração e graduação da pena disciplinar, de acordo com os regulamentos específicos de cada unidade, caberão ao chefe hierárquico do transgressor que sobre este tenha competência disciplinar.”

Art. 15 - O artigo 224 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 224 - São circunstâncias que atenuarão a pena, salvo nos casos de demissão:

I - haver o transgressor procurado diminuir as consequências da falta, ou haver, antes da aplicação desta, reparado o dano;

II - haver o transgressor confessado espontaneamente a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.”

Art. 16 - O artigo 227 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 227 - A pena de suspensão, que acarretará a perda da remuneração, não excederá de noventa dias.

§ 1º - Por conveniência do serviço policial, assim entendido pelo Conselho da Polícia Civil, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração, desde que primário o servidor policial civil, obrigado, neste caso, a permanecer no serviço.

§ 2º - Quando a pena de suspensão for convertida em multa, na forma do parágrafo anterior, o servidor policial civil não conta o tempo de período de suspensão para nenhum efeito.”

Art. 17 - O artigo 230 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 230 - A pena de demissão será aplicada, mediante prévio processo disciplinar, quando ainda se caracterizar:

I - crime contra os costumes ou contra o patrimônio e que, por sua natureza e configuração sejam considerados como infamantes, tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica de modo a incompatibilizar o servidor policial civil, para o exercício da função ou cargo, ou que sejam considerados hediondos;

II - crime contra a administração pública;

III - lesão aos cofres públicos e dilapidação ao patrimônio estadual;

IV - ameaça ou ofensa física contra superior hierárquico, funcionário ou particular;

V - insubordinação grave em serviço;

VI - ineficiência ou desídia no serviço;

VII - revelação do segredo que o servidor policial civil conhece em razão do cargo ou função;

VIII - abandono de cargo, como tal entendida a ausência comprovada ao serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos;

IX - ausência comprovada ao serviço, sem causa justificada, por mais de quarenta e cinco dias, não consecutivos, no período de um ano;

X - propiciar ou possibilitar internacionalmente a fuga de preso sob sua guarda ou responsabilidade;

XI - infringência as proibições previstas nos incisos I a VIII, do artigo 211, desta Lei;

XII - transgressão dos incisos do artigo 213 desta Lei, a que se comina a penalidade de demissão.

Parágrafo Único - Poderá ser ainda aplicada a pena de demissão, ocorrendo contumácia na prática de transgressões disciplinares, de qualquer natureza, desde que o servidor policial civil tenha sido punido com pena de suspensão, por mais de duas vezes, no período de cinco anos."

Art. 18 - O artigo 233 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 233 - Altera a gravidade da falta, a demissão será aplicada com a nota "a bem do serviço público", a qual constará sempre dos atos de demissão, fundada nos incisos I, II, III, IV, V e X do artigo 230 e nos incisos III, XIV, LX e LXI do artigo 213, desta Lei.

Art. 19 - O artigo 240, do Capítulo VI - da Investigação Preliminar, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Capítulo VI Da Investigação Preliminar

"Art. 240 - A investigação preliminar será procedida quando verificada a infringência de norma legal ou regulamentar, somente nos casos de autoria incerta e ausência de materialidade.

§ 1º - A investigação preliminar, de caráter informal e sumaríssimo, será iniciada por determinação do Corregedor Geral da Polícia Civil.

§ 2º - Instaurada a investigação preliminar, a autoridade designada para presidi-la comunicará, de imediato, o início dos trabalhos à Corregedoria da Polícia Civil.

§ 3º - Reunidos os elementos caracterizadores da autoria e materialidade, deverá a autoridade investigante encaminhar a investigação preliminar à Corregedoria Geral da Polícia Civil para a devida apuração das responsabilidades, através de sindicância ou de processo disciplinar."

Art. 20 - Os artigos 241 e seguintes, referentes ao Capítulo VII - Da Sindicância, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Capítulo VII Da Sindicância

"Art. 241 - A sindicância será instaurada pelo Corregedor Geral da Polícia Civil ou por autoridade por ele designada, somente para apuração de responsabilidade pela prática de fato constitutivo de transgressão disciplinar a que se cominem as penas de advertência, repreensão, suspensão, destituição de função e remoção compulsória, observados o rito contraditório e ampla defesa, conhecidas a autoria e materialidade, esta se houver.

§ 1º - A sindicância destina-se, ainda, a apurar a responsabilidade do servidor policial civil por danos de origem culposa causados à Fazenda Estadual.

§ 2º - O mesmo procedimento será adotado com relação aos servidores policiais civis em estágio probatório, para apuração dos requisitos previstos no artigo 37 desta Lei, com vistas à sua confirmação ou não no cargo policial civil.

§ 3º - Durante o curso de formação profissional, o servidor policial civil em estágio probatório responderá o procedimento na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 37 desta lei, através de Comissão de Sindicância presidida pelo diretor da Escola de Polícia Civil ou do seu substituto legal.

§ 5º - Aplica-se à sindicância, no que couber, as disposições previstas para o processo disciplinar.

§ 6º - A sindicância terá início mediante portaria ou despacho da autoridade incumbida de presidi-la, devendo constar do mesmo:

I - nomeação do secretário;

II - determinação de juntada de documentos;

III - comunicação da instauração ao Conselho da Polícia Civil ou à Corregedoria Geral da Polícia Civil e ao setor de pessoal da Polícia Civil;

IV - a citação do sindicato com data para comparecimento e a necessidade de apresentação de defensor;

V - local e data da instauração.

§ 7º - A autoridade disciplinar responsável pela sindicância expedirá a citação ao sindicato dentro de três dias após o ato do Corregedor Geral.

§ 8º - O sindicato será citado pessoal e individualmente para o interrogatório, com prazo de 3 (três) dias, tempo em que poderá ter vista dos autos em cartório, iniciando-se a relação processual à partir da data do recebimento da mesma.

§ 9º - Negando-se o sindicato a assinar o contrafé, suprir-se-á tal circunstância com a assinatura de duas testemunhas, devidamente qualificadas e certificada pelo secretário.

§ 10 - Não sendo encontrado o sindicato, será ele citado por edital publicado no diário oficial ou informativo oficial da Polícia Civil, por uma única vez, com prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação.

§ 11 - A citação, que após recebida dará início ao prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do feito, conterá:

I - nome da autoridade sindicante;

II - nome do sindicato e local onde possa ser encontrado;

III - descrição do fato imputado ao sindicato;

IV - individualização da conduta;

V - previsão legal da sanção aplicável;

VI - data do interrogatório, com prazo mínimo de três dias;

VII - menção à revelia em consequência do não comparecimento à audiência;

VII - local e data da expedição.”

“Art.242 - Após o interrogatório do sindicato, que se restringirá ao fato e às suas circunstâncias, este, através de seu defensor, poderá oferecer defesa prévia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, juntando documentos e arrolando até duas testemunhas.

§ 1º - Ao sindicato revel, ou, se presente, não constituir advogado para defendê-lo, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

§ 2º - Será sempre facultada vista dos autos ao defensor do sindicato, por cópia autêntica do feito.

§ 3º - As testemunhas de instrução e defesa, em igual número, serão ouvidas de forma que uma não possa ouvir o depoimento de outra, na presença do sindicato, se quiser, e de seu defensor, devendo o termo restringir-se aos fatos em apuração.

§ 4º - o defensor do sindicato poderá reperguntar as testemunhas, por intermédio da autoridade sindicante, sobre fato de interesse da defesa, que será indeferida pelo presidente se impertinente ou já respondida.

§ 5º - As testemunhas serão notificadas da data e local em que deverão depor, sendo dado conhecimento da realização da audiência ao sindicato e seu defensor.

§ 6º - Não serão consideradas como testemunhas as pessoas que nada souberem sobre os fatos em apuração.

§ 7º - A autoridade responsável pela sindicância, de ofício, ou a requerimento da defesa, no prazo de 24

(vinte e quatro) horas após inquirida a última testemunha, promoverá diligências de interesse para instrução.

§ 8º - A autoridade sindicante poderá indeferir, em despacho fundamentado, as diligências consideradas procrastinatórias ou desnecessárias à apuração do fato.

§ 9º - A juntada de documentos poderá ocorrer a qualquer momento da instrução até as alegações finais.

§ 10 - Cumpridas as diligências, serão os autos conclusos ao presidente, que saneará onde necessário, e notificará o defensor do sindicato a apresentar alegações finais no prazo de (três) dias.

§ 11 - O prazo de que trata o caput deste artigo será individual, se houver mais de um sindicato e com defensores diferentes.

§ 12 - Quando não for apresentada no prazo as alegações finais, será nomeado defensor dativo para o ato.

§ 13 - Apresentadas as alegações finais, a autoridade concluirá a sindicância em três dias, indicando no relatório a descrição do ato infracional apurado, os dispositivos legais violados, o enquadramento da conduta à norma específica e, opinará pela absolvição do sindicato, instauração de processo disciplinar ou imposição da penalidade aplicável.

§ 14 - Se no decorrer da instrução ficar caracterizado ter o servidor cometido outras transgressões além das constantes da citação, esta será aditada e concedido novo prazo para manifestação da defesa, sem prejuízo dos atos já realizados.”

Art. 21 - Os artigos 243 e seguintes, referentes ao Capítulo VIII - DO PROCESSO DISCIPLINAR, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 84, de 03 de agosto de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Capítulo VIII

Do Processo Disciplinar

“Art. 243 - O processo disciplinar, obedecidos os princípios do contraditório e ampla defesa, será procedido por autoridade disciplinar designada, em caráter permanente ou especial, e precederá a aplicação das penas de demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade.

§ 1º - Aplica-se ao processo disciplinar, no que couber, as disposições previstas para a sindicância.

§ 2º - O processo disciplinar destina-se, ainda a apurar a responsabilidade do servidor policial civil por danos de origem dolosa causados à Fazenda Estadual”

“Art. 244 - Compete ao Conselho da Polícia Civil, com exclusividade, determinar a instauração do processo disciplinar, ex-ofício, mediante representação fundamentada, sindicância, investigação preliminar, ou por provocação da autoridade policial.

§ 1º - Regulamento baixado pelo Poder Executivo disciplinará os casos de delegação de instauração de processos disciplinares à Corregedoria Geral da Polícia Civil.

§ 2º - As autoridades disciplinares permanentes serão pela corregedoria geral da polícia civil, escolhidos dentre delegados de polícia estáveis, preferencialmente da classe mais elevada, para um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual tempo.

§ 3º - As autoridades disciplinares especiais, bem como a Comissão de Sindicância para apuração dos requisitos necessários à confirmação do servidor policial no cargo durante o período do estágio probatório, serão designadas pelo corregedor geral da polícia civil.

§ 4º - Autoridade disciplinar e o presidente da Comissão a que se refere o parágrafo anterior, designarão o secretário entre servidores policiais civis estáveis, dando conhecimento ao setor de pessoal, para efeito de anotações.

§ 5º - As autoridades disciplinares ficarão vinculadas aos procedimentos iniciados sob a sua responsabilidade, até a conclusão respectiva.

§ 6º - Por motivo relevante, a corregedoria geral da polícia civil poderá substituir qualquer autoridade disciplinar, caso em que o substituto completará o tempo do substituído.

§ 7º - Os secretários designados pelas autoridades disciplinares a elas se dedicarão preferentemente, sem prejuízo de suas atribuições normais”

“Art. 245 - O ato que instaurar o processo disciplinar, deverá conter:

I - descrição do fato a ser apurado;

II - identificação do servidor a ser processado;

III - enquadramento da conduta do agente ao dispositivo infringido, com o enunciado da norma;

IV - previsão da sanção aplicável”

“Art. 246 - A autoridade que presidir o processo, por despacho ou portaria, dará início ao procedimento no prazo máximo de 10 (dez) dias do recebimento do ato instaurador, com a lavratura do mandado de citação”.

“Art. 247 - O acusado será citado pessoal e individualmente para ser interrogado sobre as imputações contra si existentes, em data e local previamente designados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, prazo este durante o qual os autos poderão ser examinados pelo defensor, junto à presidência do processo.

§ 1º - Será considerado regularmente citado o acusado que se recusar em apor o ciente na cópia da citação, mediante termo próprio lavrado pelo servidor encarregado da diligência, e assinado por duas testemunhas.

§ 2º - Nos casos de revelia ou quando o acusado não apresentar advogado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo”.

“Art. 248 - É assegurado ao policial civil o direito de acompanhar o processo pessoalmente, e, por intermédio de procurador, arrolar testemunhas reinquiri-las, produzir provas e contra-provas, e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - A autoridade disciplinar poderá degenerar, fundamentalmente, pedidos considerados impertinentes,

meramente proletórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 3º - O procurador ou defensor constituído poderá assistir ao interrogatório, bem como a inquirição de testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio da autoridade que presidir o processo disciplinar.

§ 4º - o acusado poderá oferecer defesa prévia e arrolar até cinco testemunhas dentro de três dias após o interrogatório e juntar documentos até as alegações finais”

“Art. 249 - A autoridade disciplinar, na realização de diligências necessárias, poderá requisitar de qualquer autoridade e entidades públicas ou privadas, elementos visando o esclarecimento da verdade e ouvir até cinco testemunhas.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas pela autoridade disciplinar, podendo ser reperguntadas pelo defensor do acusado.

§ 2º - Na redação dos depoimentos, a autoridade responsável pelo processo deverá cingir-se, o máximo possível, às expressões usadas pelas testemunhas, reproduzindo fielmente o que elas disserem.”

“Art. 250 - A testemunha que não puder comparecer perante a autoridade disciplinar ou autoridade sindicante, por se encontrar em localidade diversa daquela onde se processam as diligências, será ouvida através de carta precatória, dando-se ciência ao acusado, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, do local e horário da audiência.

§ 1º - Se o acusado ou seu defensor não comparecer, ser-lhe-á designado, pela autoridade deprecada, defensor dativo para a audiência.

§ 2º - Para efeito do disposto neste artigo, serão presentes à autoridade policial deprecada a síntese da imputação, os esclarecimentos pretendidos e pedido de comunicação da data, local e horário da audiência ao acusado, dando-se ciência também ao seu defensor.”

“Art. 251 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar será de trinta dias, contado da citação do acusado, prorrogável pela Corregedoria Geral da Polícia Civil até noventa dias no máximo, mediante solicitação fundamentada da autoridade que presidir o processo.

Parágrafo Único - Se o acusado estiver afastado de suas funções, a autoridade disciplinar dará prioridade na instrução e conclusão do procedimento”.

“Art. 252 - As autoridades disciplinares poderão adotar os meios compulsórios para o comparecimento de testemunhas que devam depor ou ser acareadas e a isso se recusem.”

“Art. 253 - Nenhum servidor policial civil poderá recusar-se a prestar depoimento, ser acareado ou execu-

tar trabalho de sua competência, se requisitando por autoridade disciplinar, salvo impossibilidade comprovada.”

“Art. 254 - Se houver dúvidas sobre a integridade mental do acusado, em qualquer fase do processo disciplinar, será ele submetido a exame por junta médica especialmente designada, observado o previsto no artigo 177, desta lei.

Parágrafo Único - Se reconhecida a inimizabilidade do acusado, servirá o procedimento disciplinar para instituir o processo de aposentadoria por invalidez.

“Art. 255 - A autoridade que presidir o processo disciplinar poderá, ainda, sugerir quaisquer providências que se apresentem adequadas ou de interesse para o serviço, bem como apontar fatos que hajam chegado ao seu conhecimento no curso da instrução e devam ser apurados em procedimento distinto.

§ 1º - Concluída a instrução, o acusado terá cinco dias para as alegações finais, a partir da data da notificação.

§ 2º - Havendo mais de um acusado, o prazo contar-se-á em dobro.

§ 3º - Findo os prazos dos parágrafos anteriores, a autoridade que presidir o processo disciplinar, dentro de cinco dias, remeterá os autos do processo disciplinar ao Conselho da Polícia Civil, através da Corregedoria Geral da Polícia Civil, com relatório minucioso e fundamentado, opinando pela imposição da pena aplicável, absolvição do acusado ou arquivamento do procedimento.

§ 4º - Verificando a autoridade disciplinar configurar-se fato que tipifique ilícito penal, encaminhará, obrigatoriamente, as peças necessárias ao corregedor geral da Polícia Civil, por cópia, que designará autoridade policial, em caráter especial, quando necessário, para a instauração do respectivo inquérito policial”.

“Art. 256 - O processo disciplinar será formalizado em duas vias, ficando a primeira arquivada no Conselho da Polícia Civil, contendo, obrigatoriamente, índice descritivo dos elementos probatórios, sempre que não seja possível juntá-los.

§ 1º - Decorridos cinco anos após o encerramento do processo disciplinar, a via referida no parágrafo anterior será remetida ao Departamento de Arquivo Público, para os devidos fins.

§ 2º - A Corregedoria Geral da Polícia Civil, por sua vez e para controle, fará prontuário da segunda via em poder da Corregedoria de Assuntos Internos.”

“Art. 257 - Quando o servidor policial civil for indiciado em inquérito policial pela prática de crime previsto nos incisos do artigo 230, desta lei, a autoridade policial remeterá cópia das respectivas peças, de imediato, ao Corregedor Geral da Polícia Civil, para a instauração de processo disciplinar.”

“Art. 258 - O servidor policial civil só poderá ser exonerado a pedido, após absolvição em processo disciplinar a que estiver respondendo”.

“Art.259 - O julgamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da distribuição ao Conselheiro relator para tanto sorteado.

§ 1º - Verificada a ocorrência da prescrição ou descumprimento de formalidade essencial, o Conselheiro relator provocará a apuração das responsabilidades legais de quem lhe deu causa.

§ 2º - Aberta a sessão de julgamento, havendo quorum, o presidente do Conselho anunciará a pauta.

§ 3º - Anunciado o feito a ser julgado, o Relator fará a exposição de seu relatório, após o que será ele declarado em discussão”.

Art. 22 - O artigo 265 Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 265 - Protocolado o recurso pela Secretaria do Conselho da Polícia civil, será este anexado aos respectivos autos e, após informado sobre sua tempestividade, será remetido pelo presidente do Conselho à instância superior, após dar-lhe efeito suspensivo”.

Art. 23 - O parágrafo único do artigo 266, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a ser o § 1º, sendo acrescentados a este artigo mais 2 (dois) novos parágrafos com o seguinte teor:

“Art. 266 -.....

§ 1º - Compete ao Secretário de Estado da Segurança Pública, decidir sobre o recebimento ou não de recurso previsto neste capítulo, depois de instruído na forma determinada no artigo 265.

§ 2º - O Secretário de Estado da Segurança Pública, poderá confirmar, modificar ou anular, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

§ 3º - A decisão final não se fundamentará em manifestações técnico-jurídicas não compreendidas no âmbito da relação processual, ressalvadas as oriundas da Procuradoria Geral do Estado”.

Art. 24 - O artigo 268 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 268 - O pedido será dirigido ao presidente do Conselho da Polícia Civil que se o deferir, designará autoridade revisora para proceder a revisão.

Parágrafo Único - Não poderá ser revisor a autoridade que tiver presidido o procedimento administrativo em revisão”.

Art. 25 - O parágrafo 2º do artigo 269 da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 269 -.....

§ 2º - Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a autoridade revisora dentro de cinco dias, encaminhará o processo, com relatório conclusivo, ao Conselho da Polícia Civil”.

Art. 26 - O artigo 295 e §§ 1º e 3º da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 295 - O cargo de provimento em comissão de delegado geral da Polícia Civil, símbolo DAS-1, será exercido por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira.

§ 1º - Os titulares dos cargos de delegado geral adjunto, corregedor geral, corregedor de assuntos internos, corregedor de área, assessor civil da Sesp, diretor de escola de Polícia Civil e diretor do Instituto de Identificação serão escolhidos dentre os integrantes da carreira de delegado de polícia da classe mais elevada.

§ 2º -.....

§ 3º - Os titulares das assessorias técnicas serão escolhidos, dentre ocupantes das carreiras policiais de nível universitário”.

Art. 27 - A corregedoria da Polícia Civil, com a presente Lei, passa a denominar-se Corregedoria Geral da Polícia Civil, órgão de controle interno da atividade policial com competência para:

I - promover a apuração das infrações penais e transgressões disciplinares atribuídas a polícia civil, na forma desta Lei;

II - determinar a instauração de investigações preliminares e sindicâncias, através da Corregedoria de Assuntos Internos, com a designação de autoridade ou da comissão para apuração dos requisitos previstos para a confirmação ou não do servidor policial civil no cargo para o qual foi nomeado, durante o estágio probatório;

III - receber queixas ou representações sobre faltas cometidas por servidores policiais civis;

IV - designar, sempre que necessário, e em caráter especial, autoridades policiais para instauração de inquéritos policiais, visando a apuração de infrações penais imputadas a servidores policiais civis, com posterior comunicação do ato ao delegado geral da Polícia Civil.

V - orientar e coordenar as atividades das autoridades disciplinares;

VI - centralizar o cadastro e o controle dos procedimentos disciplinares que envolvam policiais civis, fiscalizando o cumprimento de prazos e avaliando os trabalhos das autoridades disciplinares;

VII - proceder a inspeções administrativas nos órgãos da Polícia Civil;

VIII - avocar e realizar os serviços de correição em caráter permanente e extraordinário, nos procedimentos penais e administrativos, de competência da Polícia Civil, através das corregedorias auxiliares e corregedorias de área;

IX - apresentar ao conselho da Polícia Civil os aspectos negativos e positivos de que tenha ciência, relativos aos integrantes das carreiras e que possam influenciar na aplicação do mérito e para fins de promoção;

X - prestar informações e emitir pareceres sobre assuntos de sua competência;

XI - promover a atualização e a divulgação de matéria de caráter jurídico-doutrinário e jurisprudencial de interesse da Polícia Civil;

XII - dirimir os conflitos de competência entre unidades policiais subordinadas a diferentes divisões policiais;

XIII - orientar as unidades de polícia judiciária na interpretação e no cumprimento da legislação para assegurar a uniformidade de procedimentos;

XVI - manter contato com as autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público, para tratar de assuntos vinculados ao exercício da atividade de polícia judiciária;

XV - velar pelo cumprimento das leis, regulamentos e atos normais relacionados às atividades de polícia judiciária e disciplinar;

XVI - elaborar instruções normativas orientadoras das atividades de polícia judiciária;

XVII - expedir provimentos necessários e convenientes ao bom e regular funcionamento dos serviços cuja fiscalização lhe compete;

XVIII - exercer outras atribuições previstas em lei.

§ 1º - A instauração de investigação preliminar para a apuração e a produção de provas de transgressões disciplinares atribuídas a policial civil, é da competência da Corregedoria de Assuntos Internos, e, no interior do Estado, das Corregedorias de Área, nos limites da sua circunscrição territorial.

§ 2º - A Corregedoria de Assuntos Internos compete também, proceder sobre o comportamento ético social dos candidatos ao ingresso em cargos de natureza efetiva da Polícia Civil.

§ 3º - Todos os procedimentos administrativos e criminais, instaurados contra servidores policiais civis serão obrigatoriamente comunicados ao conselho de Polícia Civil, quando da instauração e da conclusão dos respectivos procedimentos.

Art. 28 - Fica criada, na estrutura organizacional da Polícia Civil, a nível instrumental, a Coordenação de Informática, competindo-lhe:

I - gerir e coordenar a elaboração, implementação e operação na Polícia Civil, do sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de dados de interesse policial civil, através de processamento eletrônico.

II - definir, desenvolver e implementar sistemas de informações, mantendo-os atualizados para utilização das unidades policiais civis na sua atividade fim;

III - executar, diretamente ou por terceiros, os serviços de interesse de Polícia Civil no campo da informática;

IV - promover pesquisas no campo da informática, visando o aprimoramento de seu sistema operacional;

V - emitir, no âmbito de sua atuação, pareceres sobre a conveniência e adequação técnica de aquisição, substituição, complementação, alteração ou locação de equipamentos e aplicativos de processamento de dados pelas unidades policiais civis;

Art. 29 - O Centro de Comunicações, com a presente lei, passa a integrar estrutura do Centro de Operações Policiais Especiais.

Art. 30 - Fica extinta a Divisão de Telecomunicações e Informática, passando a subdivisão de processamento de dados a compor a estrutura da Coordenação de Informática.

Art. 31 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se inclusive aos procedimentos disciplinares em andamento, ficando expressamente revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 226, e demais disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 006/2001

Curitiba, 15.02.2001

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o mesmo anteprojeto de lei dispondo sobre a redistribuição da Quota Estadual do Salário Educação entre o Estado e seus municípios, de que trata o artigo 15, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Apresentando o devido detalhamento quanto aos aspectos de convivência e oportunidade da medida, é feita anexação de cópia autêntica de justificativa que me foi apresentada às fls. 10 e 11, do processo protocolado sob nº 4.651.216-2, oriundo da Secretaria de Estado da Educação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A quota estadual do Salário Educação de que trata o artigo 15, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1.996, que corresponde a 2/3 do montante de recursos arrecadados pelo Estado, será destinada exclusivamente ao ensino fundamental público e na valorização de seu magistério, redistribuída entre o estado e os municípios, de acordo com os critérios dispostos nesta lei.

Art. 2º - Do total da quota estadual do Salário Educação, cinquenta por cento será redistribuída entre o Estado e municípios proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino.

§ 1º - Para efeito dos cálculos da proporção prevista no *caput* deste artigo, serão consideradas unicamente as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino funda-

mental, nas modalidades regular, supletivo presencial e especial, de acordo com os dados do censo educacional, realizado pelo Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União, do ano anterior ao exercício fiscal da execução dos recursos.

§ 2º - Os municípios que ainda não tiveram implantado a totalidade do processo de municipalização das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, até 180 dias após a promulgação desta lei, deverão apresentar, à apreciação da Secretaria de Estado da Educação, projeto de totalização da municipalização, incluindo termos e cronograma de implementação. A não apresentação do referido projeto, implicará em sanções administrativas, penais e outras normas relativas às contribuições sociais e as penalidades previstas nesta lei.

§ 3º - Após a realização do censo educacional, a eventual transferência de aluno da rede estadual para a municipal e vice-versa, decorrente de processo de municipalização do Ensino Fundamental, implicará em adequação à distribuição prevista nesta lei, levando-se em consideração para tanto o censo educacional do ano anterior ao exercício fiscal da execução dos recursos, conforme dispõe o artigo 2º *caput* e § 1º desta lei.

Art. 3º - Para recebimento das parcelas do Salário Educação, os municípios deverão comprovar, até o dia do mês de janeiro de cada ano, junto a Secretaria de Estado da Educação:

I - existência e vigência do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;

II - cumprimento no disposto do artigo 212 da Constituição Federal;

III - existência de conta única e específica abertas para crédito dos recursos de que trata a presente lei;

IV - previsão orçamentária municipal.

§ 1º - A comprovação mencionada no *caput* deste artigo, para o primeiro ano de vigência desta lei, deverá ser feita em até 90 dias da data de sua promulgação.

§ 2º - A quota do Salário Educação será automaticamente repassada ao município, em conta especificamente aberta para esse fim, até dez dias do creditamento em favor do Estado.

Art. 4º - As receitas e despesas realizadas com o Salário Educação, serão incluídas nos relatórios e balanços dos municípios, obedecendo as normas constitucionais estabelecidas para as demais contribuições sociais.

Art. 5º - As disponibilidades financeiras dos recursos transferidos aos municípios poderão ser aplicados por intermédio de instituição financeira oficial, e o produto resultante das aplicações financeiras será destinado exclusivamente ao ensino fundamental, nas modalidades previstas nesta lei.

Art. 6º - Os recursos previstos nesta lei serão aplicados em programas, projetos e ações do ensino funda-

mental regular, supletivo presencial e especial, destinando-se exclusivamente:

I - a implantação manutenção de programa de transporte escolar;

II - ao aperfeiçoamento dos profissionais da área;

III - à construção, conservação e reforma de prédios escolares e à aquisição e manutenção de seus equipamentos escolares;

IV - à produção e aquisição de material didático e de consumo para uso dos alunos, professores e da escola;

V - a estudos, levantados e pesquisas, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino e aprendizagem.

Art. 7º - O Tribunal de Contas do Estado fiscalizará a aplicação dos recursos repassados aos municípios, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º - A utilização dos recursos do Salário Educação, bem como, a não observância da integridade dos dispositivos contidos nesta lei, implicará na suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais comunicações legais.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional necessário à implementação desta lei, utilizando as formas previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

- Considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 212, § 5º, dispõe que:

“Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18, e os Estados, Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei.”

- Considerando que a Constituição do Estado do Paraná de 1989, trata do assunto no artigo 188, como adiante se transcreve:

“O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.”

- Considerando que a Lei Federal nº 9.424/96, estabelece:

“Art. 15 - O Salário-Educação, previsto no artigo 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2 1/2 % (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou credi-

tadas, a qualquer título aos segurados empregados, assim definidos no artigo 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º - A partir de 1º de janeiro de 1997, o montante da arrecadação do Salário-Educação, após a dedução de 1% (um por cento) em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, calculado sobre o valor por ele arrecadado, será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observada a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:

II - Quota Estadual, correspondente a dois terços do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal para financiamento de programas, projetos e ações do ensino fundamental.

- Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.766/98, assim descrito:

“Art. 2º - A quota estadual do Salário-Educação, de que trata o artigo 15, § 1º, Inciso II, da Lei nº 9.424, de 1996, será redistribuída entre o Estado e os respectivos municípios, conforme critérios estabelecidos em lei estadual, sendo que, do seu total, uma parcela correspondente a pelo menos cinquenta por cento será repartida proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto.

- Considerando, ainda que alguns Estados da Federação já têm regulamentada a forma de distribuição da quota do Salário-Educação conforme quadro demonstrativo anexo;

- Considerando que a regulamentação da matéria tornará a distribuição mais ágil, equitativa e democrática;

- Considerando finalmente, não possuir o Estado do Paraná, legislação pertinente,

Entendemos necessária a remessa à Assembléia Legislativa do projeto em anexo para a elaboração de lei que regulamenta a matéria.

(a) ALCYONE SALIBA

Secretária de Estado da Educação

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os números CTL/SEEG/424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436 e 437/99, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

365/99: De autoria da deputada Serafina Carrilho que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres José Gerardo Braga, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 12.705. **Anote-se - Arquite-se.**

364/99: De autoria do deputado Cesar Seleme que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Curiúva, o qual convertido em lei tomou o nº 12.706. **Anote-se - Arquivo-se.**

363/99: De autoria do deputado Cesar Seleme que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Andorinhas dos Moradores do Bairro da Cachoeira, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.707. **Anote-se - Arquivo-se.**

334/99: De autoria do deputado Beto Richa que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, com sede e foro no município de Jacarezinho, o qual convertido em lei tomou o nº 12.708. **Anote-se - Arquivo-se.**

329/99: De autoria do deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Saúde Mental, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 12.709. **Anote-se - Arquivo-se.**

320/99: De autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apicultores de Toledo - API Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo, o qual convertido em lei tomou o nº 12.710. **Anote-se - Arquivo-se.**

212/99: De autoria do deputado Cesar Seleme, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Antonio Barea, o qual convertido em lei tomou o nº 12.711. **Anote-se - Arquivo-se.**

427/99: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a União da Mocidade Evangélica de Paranaguá, com sede no município de Paranaguá, o qual convertido em lei tomou o nº 12.712. **Anote-se - Arquivo-se.**

416/99: De autoria do deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Diadema, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.713. **Anote-se - Arquivo-se.**

415/99: De autoria do deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Vila Romana, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.714. **Anote-se - Arquivo-se.**

414/99: De autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes por Amputação de Maringá - Assama, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 12.715. **Anote-se - Arquivo-se.**

411/99 - De autoria do deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Médico - Ceame, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.716. **Anote-se - Arquivo-se.**

376/99 - De autoria do deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Francisco Ramos, com sede no município de Guaramiranga e foro no município de

Imbituva, o qual convertido em lei tomou o nº 12.717. **Anote-se. Arquivo-se.**

405/99 - De autoria do deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Vovô Vitorino, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.718. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/274/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 314/00, de autoria do Poder Executiva, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/275/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n CTL/SEEG/277/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria dos deputados Geraldo cartário e Luiz Carlos Martins, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/060, 061, 062, 063, 064, 066, 069, 070, 071, 075, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273 e 276/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

009/2000 - De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Pré-Escolar Padre João Chiarot, com sede e foro no município de Cambará, o qual convertido em lei tomou o nº 12.875. **Anote-se - Arquivo-se.**

020/2000 - De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul, com sede no município de Tijucas do Sul, e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em lei tomou o nº 12.876. **Anote-se - Arquivo-se**

021/2000 - De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos, com sede e foro no município de Paranaíba, o qual convertido em lei tomou o nº 12.877. **Anote-se - Arquivo-se.**

027/2000 - De autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Conselho Particular de Bandeirantes da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Bandeirantes,

o qual convertido em lei tomou o nº 12.878. **Anote-se - Arquivo-se**

445/99 - De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Arindiana Jones, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em lei tomou o nº 12.879. **Anote-se - Arquivo-se.**

601/99 - De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de Julho (Serc 19 de Julho), com sede no município de Itaipulândia, e foro no município de São Miguel do Iguçu, o qual convertido em lei tomou o nº 12.881. **Anote-se - Arquivo-se**

636/99 - De autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto Maringaense de Reintegração Social - Imares, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 12.884. **Anote-se - Arquivo-se.**

650/99 - De autoria do deputado Péricles de H. Mello, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios, Carnes, Derivados e Rações Balanceadas de Castro e região, com sede no município de Carambeí e foro no município de Castro, o qual convertido em lei tomou o nº 12.885. **Anote-se - Arquivo-se.**

651/99 - De autoria do deputado Péricles de H. Mello, que declara de Utilidade Pública, o Canarinho Esporte Clube, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o nº 12.886. **Anote-se - Arquivo-se**

604/99 - De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Fundação Herbarium de Saúde e Pesquisa, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em lei tomou o nº 12.890. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/99 - De autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre o não comprometimento de mais de 20% da renda do mutuário em novos contratos habitacionais através da Cohapar e das Cohabs, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 12.978. **Anote-se - Arquivo-se.**

063/98 - De autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a realizar provas para diagnóstico precoce da Fibrose Cística, da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo, bem como fornecer os medicamentos adequados, para o respectivo tratamento, conforme e especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 12.979. **Anote-se - Arquivo-se.**

157/99 - De autoria do deputado Anibal Khury e outros, que exclui dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895/92, as empresas estabelecidas no Estado do Paraná, que por ser estabelecimento matriz ou filial pratiquem atos ou ações econômicos lesivos a seus fornecedores ou a seus clientes, o qual convertido em lei tomou o nº 12.980. **Anote-se - Arquivo-se.**

226/99 - De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe que 50% dos artistas contratados para

eventos musicais deverão ser radicados no Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 12.981. **Anote-se - Arquivo-se.**

557/99 - De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar e instituir o Programa de Avaliação Visual e Auditiva nas escolas públicas de 1º grau, o qual convertido em lei tomou o nº 12.982. **Anote-se - Arquivo-se.**

612/99 - De autoria do deputado Durval Amaral que autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Turismo "Café no Bule", nas zonas rurais dos municípios de Cambé, Rolândia e Arapongas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.983. **Anote-se - Arquivo-se.**

063/2000: De autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a transportar via aérea, sempre em regime de urgência, órgãos retirados de pacientes para transplantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.984. **Anote-se - Arquivo-se.**

105/2000: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Pastor Lupércio Vergniano, o qual convertido em lei tomou o nº 12.985. **Anote-se - Arquivo-se.**

026/2000: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Túlio Vargas, o qual convertido em lei tomou o nº 12.986. **Anote-se - Arquivo-se.**

017/2000: De autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Céu Azul, o qual convertido em lei tomou o nº 12.987. **Anote-se - Arquivo-se.**

315/2000: De autoria do deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Escolinha de Futebol PP, com sede e foro no município de Clevelândia, o qual convertido em lei tomou o nº 12.988. **Anote-se - Arquivo-se.**

486/99: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Creche Deputado Anibal Khury, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 12.989. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que declara de Utilidade Pública o Clube de Canoagem de Cascavel, o qual convertido em lei tomou o nº 12.990. **Anote-se - Arquivo-se.**

254/2000: De autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândói, com sede no município de Cândói e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em lei tomou o nº 12.991. **Anote-se - Arquivo-se.**

227/2000: De autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Academia Paranaense de Medicina Veterinária - Acapameve, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 12.992. **Anote-se - Arquivo-se.**

137/2000: De autoria do deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública o Centro Jovem de Combate as Drogas - Cejocomd, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em lei tomou o nº 12.993. **Anote-se - Arquivo-se.**

154/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 12.595/99, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Família - APMIF de Campo Magro, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em lei tomou o nº 12.994. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Balneário Costa Azul - Ambazul, com sede e foro no município de Matinhos, o qual convertido em lei tomou o nº 12.995. **Anote-se - Arquivo-se.**

303/2000: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Sengés, o qual convertido em lei tomou o nº 12.996. **Anote-se - Arquivo-se.**

324/2000: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Escola do Ministério Público do Paraná - Fempar, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 12.997. **Anote-se - Arquivo-se.**

206/2000: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Andirá, a Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, com o município de Barra do Jacaré, fazendo parte de sua área de abrangência, o qual convertido em lei tomou o nº 12.998. **Anote-se - Arquivo-se.**

207/2000: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Ribeirão do Pinhal, a Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, com área de abrangência nos municípios de Abatiá e Jundiá do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 12.999. **Anote-se - Arquivo-se.**

192/2000: De autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de São Pedro do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 13.000. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/99: De autoria do deputado Anibal Khury, que dá nova redação da *caput* do artigo 3º, da Lei nº 10.247/93, o qual convertido em lei tomou o nº 13.001. **Anote-se - Arquivo-se.**

622/99: De autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 13.002. **Anote-se - Arquivo-se.**

153/2000: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Lar Recanto do Idoso de Arapoti, com sede e foro no município de Arapoti, o qual convertido em lei tomou o nº 13.003. **Anote-se - Arquivo-se.**

084/2000: De autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de São Sebastião da Bela Vista, com sede no município de Manfrinópolis e foro no município de Barracão, o qual convertido em lei tomou o nº 13.004. **Anote-se - Arquivo-se.**

121/2000: De autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundação para o Desenvolvimento do Centro do Paraná, com sede e foro no município de Pitanga, o qual convertido em lei tomou o nº 13.005. **Anote-se - Arquivo-se.**

002/2000: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Fundação (RE) Fazenda, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.006. **Anote-se - Arquivo-se.**

648/99: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Atlanta de Desportos, com sede no município de São Pedro do Ivaí e foro no município de Jandaia do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 13.007. **Anote-se - Arquivo-se.**

072/2000: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Movimento Estudantil de Teatro Amador - Meta, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.008. **Anote-se - Arquivo-se.**

058/2000: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova América da Coluna e foro no município de Assaí, o qual convertido em lei tomou o nº 13.009. **Anote-se - Arquivo-se.**

124/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana, o qual convertido em lei tomou o nº 13.010. **Anote-se - Arquivo-se.**

149/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em lei tomou o nº 13.011. **Anote-se - Arquivo-se.**

082/2000: De autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a UDF - União dos Deficientes Físicos, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 13.012. **Anote-se - Arquivo-se.**

420/99: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães e Amigos das Crianças Carentes de Nova Fátima, com sede e foro no município de Nova Fátima, o qual convertido em lei tomou o nº 13.013. **Anote-se - Arquivo-se.**

624/99: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rosário do Ivaí, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro no município de Grandes Rios, o qual convertido em lei tomou o nº 13.014. **Anote-se - Arquivo-se.**

125/2000: De autoria do deputado Nelson Justus que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana, o qual convertido em lei tomou o nº 13.015. **Anote-se - Arquivo-se.**

644/99: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância e Família - APMIF, com sede no município de Campo Magro e foro no município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em lei tomou o nº 13.016. **Anote-se - Arquivo-se.**

147/2000: De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União, com sede no município de Pinhais e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 13.017. **Anote-se - Arquivo-se.**

108/2000: De autoria do deputado Hermes Fonseca que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Terceira Idade - ACODETI, com sede e foro no município de Cornélio Procopio, o qual convertido em lei tomou o nº 13.018. **Anote-se - Arquivo-se.**

016/2000: De autoria do deputado Elio Rusch que, declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra, o qual convertido em lei tomou o nº 13.019. **Anote-se - Arquivo-se.**

569/99: De autoria do deputado Divanir Braz Palma que, declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Marialva, com sede e foro no município de Marialva, o qual convertido em lei tomou o nº 13.020. **Anote-se - Arquivo-se.**

043/2000: De autoria do deputado Edno Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Fundação Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Cianorte, o qual convertido em lei tomou o nº 13.021. **Anote-se - Arquivo-se.**

Lei Complementar:

398/2000: Do Poder Executivo que, altera a redação das alíneas “a” a “f”, do § 6º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 1, de 2 de agosto de 1972, o qual convertido em Lei Complementar nº 87. **Anote-se - Arquivo-se.**

417/2000: Do Poder Executivo que, estabelece normas para funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.022. **Anote-se - Arquivo-se.**

392/2000: Do Poder Executivo que, altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580/96, (Lei do ICMS), o qual convertido em lei tomou o nº 13.023. **Anote-se - Arquivo-se.**

436/2000: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$632.000,00, conforme especifica, o qual

convertido em lei tomou o nº 13.024. **Anote-se - Arquivo-se.**

412/2000: Do Poder Executivo que, aprova ajuste no valor de R\$1.000.000,00, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 13.025. **Anote-se - Arquivo-se.**

399/2000: Do Poder Executivo que, introduz alterações na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, (IPVA), o qual convertido em Lei tomou o nº 13.026. **Anote-se - Arquivo-se.**

431/2000: Do Poder Executivo que, dispõe sobre a delimitação do perímetro da Área de Proteção Ambiental - APA do Passaúna, definida no artigo 3º, do Decreto Estadual nº 458/91, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.027. **Anote-se - Arquivo-se.**

155/2000: Da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas que, autoriza o Poder Executivo a implantar o programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas rodovias do Estado do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 13.028. **Anote-se - Arquivo-se.**

246/2000: de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter que, autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná e transferi-lo para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.029. **Anote-se - Arquivo-se.**

405/2000: De autoria dos deputados Geraldo Cartário e Cezar Silvestri que, dispõe sobre retenção de valores destinados ao pagamento do ICMS devido ao Estado, relativamente a produtos combustíveis e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.031. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/004/01, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 218/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/005/01, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/006/01, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/007/01, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 374/2000, de autoria do deputado Nel-

son Garcia, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/008/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 303/98, de autoria do deputado Orlando Pessuti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/016/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/017/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/018/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/019/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/020/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 426/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/021/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 375/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/022/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 229/99, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/023/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 223/2000, de autoria do

deputado Edno Guimarães, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/024/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/025/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 205/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/026/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 198/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/037/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles Mello e outros, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/038/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/039/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do deputado Beto Richa, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/040/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 632/99, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/042/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/043/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 404/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/044/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/045/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/056/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 140/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/057/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 296/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/058/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do deputado Sérgio Spada, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/059/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, por ser contrário ao interesse do Estado pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, ter sido havido pelo Estado através de desapropriação para ser utilizado em faixa de domínio de rodovia. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/SEEG/001, 002, 003, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 027, 028, 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095, 096, 097, 098, 099, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111/2001, do senhor governador do estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Leis nºs;

432/2000: De autoria do Deputado Plauto Miró, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica ao município de Teixeira Soares, o qual convertido em lei tomou o nº 13.033. **Anote-se - Arquivo-se.**

259/2000: Do Tribunal de Justiça que, cria e transforma no quadro de Servidores do Poder Judiciário, con-

forme específica, o qual convertido em lei tomou o nº 13.034. **Anote-se - Arquivo-se.**

423/2000: Do Poder Executivo, que altera a estrutura organizacional do Poder Executivo, com extinção e transformação de órgãos, redefinição de atribuições e de vinculação de entidades da administração indireta, criação e extinção de cargos em comissão e adoção de outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.035. **Anote-se - Arquivo-se.**

161/2000: De autoria do Deputado Nelson Garcia que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Mário Valério Gazin, o qual convertido em lei tomou o nº 13.037. **Anote-se - Arquivo-se.**

173/2000: De autoria do deputado Orlando Pessuti que, concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a Senhora Virginia Leite, o qual convertido em lei tomou o nº 13.038. **Anote-se - Arquivo-se.**

174/2000: De autoria do deputado Nelson Justus que, dispõe que é de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamento, dar destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.039. **Anote-se - Arquivo-se.**

188/2000: De autoria do deputado Orlando Pessuti que, concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná a senhora Ivete Terezinha Mion Bodaczny, o qual convertido em lei tomou o nº 13.040. **Anote-se - Arquivo-se.**

226/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, autoriza o Poder Executivo a instituir campanhas de mensagens destinadas a prevenção de doenças, veiculadas pela televisão e com tradução simultânea para a língua brasileira de sinais - LIBRAS, o qual convertido em lei tomou o nº 13.041. **Anote-se - Arquivo-se.**

313/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - SBCI, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.042. **Anote-se - Arquivo-se.**

326/2000: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, mediante doação, ao município de Mallet, o imóvel que especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 13.043. **Anote-se - Arquivo-se.**

105/99: De autoria do deputado Irineu Colombo que, estabelece condições a quaisquer propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres, o qual convertido em lei tomou o nº 13.044. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/98: De autoria dos deputados Caíto Quintana e Anibal Khury que, autoriza o Poder Executivo instituir programa de exames para detecção do diabetes e da hipertensão arterial gratuitos em todos os Postos de Saúde no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.045. **Anote-se - Arquivo-se.**

307/2000: De autoria da deputada Serafina Carri- lho que institui o Dia Estadual da Promoção da Saúde

Bucal, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de outubro, o qual convertido em lei tomou o nº 13.046. **Anote-se - Arquivo-se.**

340/2000: De autoria do deputado Hermas Brandão que, dispõe que a administração pública estadual, para efeito de provimento de cargo de confiança ou em virtude da aprovação em concurso público, deverá exigir dos interessados a respectiva declaração de renda e de bens adquiridos até a data de sua nomeação, o qual convertido em lei tomou o nº 13.047. **Anote-se - Arquivo-se.**

056/99: De autoria do deputado Irineu Colombo que, cria o Pólo Eletromecânico e Moveleiro, liderado pelo município de Medianeira, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver serviços e produtos de mobiliário e eletromecânicos na região do Extremo Oeste do Paraná, o qual convertido em lei tomou o nº 13.048. **Anote-se - Arquivo-se.**

097/2000: De autoria do deputado Cesar Seleme que, autoriza o Poder Executivo a instituir a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, com o objetivo de elaborar, coordenar e executar a política estadual para a pessoa portadora de deficiências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.049. **Anote-se - Arquivo-se.**

101/99: De autoria do deputado Irineu Colombo que, institui o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 13.050. **Anote-se - Arquivo-se.**

169/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Baratter que, dispõe sobre dados obrigatórios nas faturas telefônicas e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 13.051. **Anote-se - Arquivo-se.**

177/2000: De autoria do deputado Plauto Miró que, denomina de Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn, o trecho da PR-407, entre o entroncamento com a BR-277 à Praia de Leste, o qual convertido em lei tomou o nº 13.052. **Anote-se - Arquivo-se.**

344/2000: De autoria do deputado Cesar Seleme que, prorroga por mais de 5 anos os efeitos da Lei nº 9.578/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder o imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 13.053. **Anote-se - Arquivo-se.**

199/2000: De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico que, autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais, o qual convertido em lei tomou o nº 13.054. **Anote-se - Arquivo-se.**

186/2000: De autoria do deputado Ademir Bier e outros, que autoriza o Poder Executivo através do Departamento de Imprensa Oficial, a disponibilizar as informações constantes no Diário Oficial, na Rede Mundial de Computadores - Internet, o qual convertido em lei tomou o nº 13.055. **Anote-se - Arquivo-se.**

282/2000: De autoria da deputada Serafina Carriho que dispõe que os estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas terão que manter, em local visível e próximo às bebidas, quando expostas, cartazes com dizeres: "Bebida Alcoólica é Prejudicial à Saúde, à Família e à Sociedade", o qual convertido em lei tomou o nº 13.056. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/2000: De autoria do deputado Miltinho Pupio que, declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no município de Califórnia e foro no município de Marilândia do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 13.057. **Anote-se - Arquivo-se.**

306/2000: de autoria do deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública o Clube do Idoso Reviver em Cristo, com sede no município de Rondon e foro no município de Cidade Gaúcha, o qual convertido em lei tomou o nº 13.058. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/99: De autoria do deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Bernardo, com sede e foro no município de União da Vitória, o qual convertido em lei tomou o nº 13.059. **Anote-se - Arquivo-se.**

362/2000 - De autoria do deputado Cesar Seleme que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros, com sede no município de Mandirituba e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em lei tomou o nº 13.060. **Anote-se - Arquivo-se**

384/2000 - De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Motoristas de Pitanga - Amopitan, com sede e foro no município de Pitanga, o qual convertido em lei tomou o nº 13.061. **Anote-se - Arquivo-se.**

100/2000 - De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Paranaense de Geriatria e Gerontologia, o qual convertido em lei tomou o nº 13.062. **Anote-se - Arquivo-se.**

519/99 - De autoria do deputado Algaci Tulio que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Paranaguá, o qual convertido em lei tomou o nº 13.063. **Anote-se - Arquivo-se.**

011/2000 - De autoria o deputado Cleiton Kielse que autoriza o Poder Executivo a criar no município de Matinhos, uma Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito, o qual convertido em lei tomou o nº 13.064. **Anote-se - Arquivo-se.**

032/2000 - de autoria do deputado Miltinho Pupio que declara de Utilidade Pública a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - Arfen, com sede no município de Fênix e foro no município de Engenheiro Beltrão, o qual convertido em lei tomou o nº 13.065. **Anote-se - Arquivo-se.**

047/2000 - De autoria do deputado Edno Guimarães que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Cianorte, com sede e foro no município

de Cianorte, o qual convertido em lei tomou o nº 13.066.

Anote-se - Arquivo-se.

048/2000 - De autoria do deputado Edno Guimarães que declara de Utilidade Pública a Associação Vida-Viva de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte, o qual convertido em lei tomou o nº 13.067. **Anote-se - Arquivo-se.**

054/2000 - De autoria do deputado Nereu Moura que, autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Catanduvas tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Três Barras do Paraná e Ibema, o qual convertido em lei tomou o nº 13.068. **Anote-se - Arquivo-se.**

055/2000 - De autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Leônidas Marques, tendo como área de abrangência, além do seu território, os municípios de Bela Vista da Aparecida e Santa Lúcia, o qual convertido em lei tomou o nº 13.069. **Anote-se - Arquivo-se.**

062/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conselheiro Mairinck, com sede no município de Conselheiro Mairinck e foro na Comarca de Ibaiti, o qual convertido em lei tomou o nº 13.070. **Anote-se - Arquivo-se.**

067/2000: De autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas do Oeste do Paraná - Adamop, com sede e foro no município de Cascavel, o qual convertido em lei tomou o nº 13.071. **Anote-se - Arquivo-se.**

086/2000: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência e de Reintegração Social Evangélico de Londrina - DARSEL, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.072. **Anote-se - Arquivo-se.**

088/2000: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Ministério Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.073. **Anote-se - Arquivo-se.**

095/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Aliança Cósmica - Associação de Radiodifusão Cultural, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos, o qual convertido em lei tomou o nº 13.074. **Anote-se - Arquivo-se.**

119/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Pesca, Empresas de Pesca, Transformação, Artesanais e em Geral de Guaratuba - Sintrapesca, com sede e foro no município de Guaratuba, o qual convertido em lei tomou o nº 13.075. **Anote-se - Arquivo-se.**

120/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marumbi - APAE, com sede no município de Marumbi e foro no município de Jandaia do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 13.076. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná - AAA-PAR, com sede e foro em Curitiba/PR, o qual convertido em lei tomou o nº 13.077. **Anote-se - Arquivo-se.**

193/2000: De autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa do Pai, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 13.078. **Anote-se - Arquivo-se.**

196/2000: De autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Sagrada Família Paróquia São João Batista, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em lei tomou o nº 13.079. **Anote-se - Arquivo-se.**

210/2000: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a C.R.V.V. - Centro de Reintegração e Valorização da Vida, com sede e foro no município de Apucarana, o qual convertido em lei tomou o nº 13.080. **Anote-se - Arquivo-se.**

229/97 - de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 13.081. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/2000 - De autoria do deputado Cleiton Kielse que declara de Utilidade Pública a Associação de Atendimento à Família e Infância do Distrito de Porto Novo, com sede no município de Adrianópolis e foro no município de Bocaiúva do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 13.082. **Anote-se - Arquivo-se.**

243/2000 - De autoria do deputado Edson Strapason que altera a redação ao art. 1º, da Lei nº 12.890/2000 (Declaração de Utilidade Pública da Fundação Herbarium de Saúde e Pesquisa), o qual convertido em lei tomou o nº 13.083. **Anote-se - Arquivo-se.**

244/2000 - De autoria do deputado Elio Rusch que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Catanduvas - Feducat, com sede e foro no município de Catanduvas, o qual convertido em lei tomou o nº 13.084. **Anote-se - Arquivo-se.**

248/2000 - De autoria do deputado Marcos Isfer que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária São Bernardo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 13.085. **Anote-se - Arquivo-se.**

249/2000 - De autoria do deputado Marcos Isfer que declara de Utilidade Pública a Precivel - Previdência Privada da Celepar, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 13.086. **Anote-se - Arquivo-se.**

250/2000: De autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário

São Judas Tadeu - Creche Irmã Marta, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em lei tomou o nº 13.087. **Anote-se - Arquivo-se.**

261/2000: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Remo, com sede e foro nesta Capital o qual convertido em lei tomou o nº 13.088. **Anote-se - Arquivo-se.**

268/2000: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 13.089. **Anote-se - Arquivo-se.**

272/2000: De autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Movimento Recriança, com sede e foro no município de Campo Largo, o qual convertido em lei tomou o nº 13.090. **Anote-se - Arquivo-se.**

273/2000: De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas - Marev, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em lei tomou o nº 13.091. **Anote-se - Arquivo-se.**

278/99: De autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a União Municipal das Associações dos Moradores de Pitanga, com sede e foro no município de Pitanga, o qual convertido em lei tomou o nº 13.092. **Anote-se - Arquivo-se.**

279/2000: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.093. **Anote-se - Arquivo-se.**

280/2000: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Grupo Alicerce de Teatro, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.094. **Anote-se - Arquivo-se.**

295/2000: De autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária Tia Sandra, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.095. **Anote-se - Arquivo-se.**

322/2000: De autoria do deputado Orlando Pesutti, que declara de Utilidade Pública a Fundação para o Combate ao Câncer Rosala Calixto Hakim, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.096. **Anote-se - Arquivo-se.**

329/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Preservação Ambiental dos Mananciais do Alto Iguaçu e Serra do Mar, com sede e foro no município de Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.097. **Anote-se - Arquivo-se.**

330/2000: De autoria do deputado Orlando Pesutti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade, Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, com sede e foro no município de Rio Negro, o

qual convertido em Lei tomou o nº 13.098. **Anote-se - Arquivo-se.**

334/2000: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Jerusalém - Aercoj, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.099. **Anote-se - Arquivo-se.**

345/2000: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho - Ambip, com sede e foro no município de Antonina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.100. **Anote-se - Arquivo-se.**

363/2000: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Arte Brasil, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.101. **Anote-se - Arquivo-se.**

368/2000: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Ecológica Ambiental a Missão, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.102. **Anote-se - Arquivo-se.**

369/2000: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Supermercadistas da Região de Londrina - Assurel, com sede e foro no município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.103. **Anote-se - Arquivo-se.**

371/2000: De autoria do deputado Valdir Rossoni e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação Espírita Jesus e Maria, com sede e foro no município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.104. **Anote-se - Arquivo-se.**

380/2000: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica de Quatro Barras - ABEQ, com sede e foro no município de Quatro Barras, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.105. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/2000: De autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra - Ara, com sede e foro no município de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.106. **Anote-se - Arquivo-se.**

400/2000: De autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o Centro Desportivo, Recreativo, Assistencial e Profissional - Cendrap, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.107. **Anote-se - Arquivo-se.**

421/2000: De autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Joseti Antonio Meimberg, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.108. **Anote-se - Arquivo-se.**

433/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intergestores Paraná Saúde, com sede e foro nesta Capital, o qual

convertido em Lei tomou o nº 13.109. **Anote-se - Arquivo-se.**

437/99: De autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Shalon de Serviço Social, com sede e foro no município de Morretes, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.110. **Anote-se - Arquivo-se.**

526/99: De autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar uma Delegacia da Mulher no município de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.111. **Anote-se - Arquivo-se.**

625/99: De autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.112. **Anote-se - Arquivo-se.**

629/99: De autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.113. **Anote-se - Arquivo-se.**

627/99: De autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.114. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 010/SENASP/MJ, do senhor Pedro Alberto da Silva Alvarenga - secretário Nacional de Segurança Pública, comunicando Convênio nº 116/2000, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Justiça, e o Estado do Paraná, no valor de R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), com o objeto de serviços de reparos e reformas em Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas de diversos municípios do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 168/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 163/2000, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 001/SEREF-5/034, do senhor Major Brigadeiro do Ar Juniti Saito - comandante do V Comando da Aeronáutica, comunicando convênio celebrado por intermédio do Departamento de Aviação Civil/5º Comando Aéreo Regional com o Governo do Estado do Paraná, objetivando a ampliação e o recapeamento do pavimento da pista de pouso e decolagem do Aeroporto

de Guarapuava/PR, contemplado no Plano de Investimentos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 029/2001, do Senhor Djalmir da Costa Bessa - chefe de gabinete do secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento liberou recursos do convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palotina/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 070/2001, do senhor José Carlos de Araújo Vieira - superintendente regional interino do Incra - Paraná, encaminhado documentação referente aos convênios celebrados entre o Incra e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/PR, firmados em dezembro de 2000 com vigência no exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 013/2001, do senhor Quiélse Crisóstomo da Silva - presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas do Paraná, relativo ao 4º trimestre de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/060/2001, do senhor governador do Estado restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 090/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/438, 439, 440 E 441/99, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

401/99: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, com sede e foro no município de Cruzeiro do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.719. **Anote-se - Arquivo-se.**

399/99: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Dependente de Álcool e outras Drogas - Adad, com sede e foro no município de União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.720. **Anote-se - Arquivo-se.**

392/99: De autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Cruzeiro, com sede no município de Cambira e foro no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.721. **Anote-se - Arquivo-se.**

380/99: De autoria do deputado Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Surdos de Maringá - Asumar, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.722. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 029/2001, do senhor Gueber Roberto Laux - superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando contrato celebrado entre a

Empresa Paranaense de Assistência Social e Extensão Rural - Emater e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 031/2001, do senhor Gueber Roberto Laux - superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando contrato celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal, com a finalidade de Difusão de Tecnologias em Pesca. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 015/2001, do senhor Raul David do Valle Júnior - diretor executivo da Unidade de Coordenação de Programas, comunicando celebração de convênio entre o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com o objetivo de implementação do Plano Estadual de Educação Profissional, no valor de R\$391.150,00. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 028/2001, do senhor Gueber Roberto Laux - superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando contrato celebrado entre a Empresa Paranaense de Assistência Social e Extensão Rural - Emater e a Caixa Econômica Federal, que tem por finalidade a Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Municipais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 030/2001, do senhor Gueber Roberto Laux - superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, com a finalidade de implementação de Assistência Técnica Rural. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 023/2001, do senhor Ernesto Vega Senise - secretário de gestão substituto, comunicando contrato de empréstimo firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, e no âmbito do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, foi assinada Carta de Acordo no contexto do Projeto de Atendimento Integrado - Pai, entre Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Secretaria de Administração do Estado do Paraná, com o objetivo de implementar e executar o Projeto Pai. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 069/2001, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao exercício financeiro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 072/2001, do senhor Rafael Iatauro, presidente do Tribunal de Contas, encaminhando contas do

governo do Estado, e do Tribunal de Contas, do exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 444/2001, da senhora Luzia Guedes da S. Mendes - coordenadora de Cadastro e Celebração de Convênios, informando repasse no valor de R\$555.845,76, ao Instituto de Saúde do Paraná, para o plano de erradicação do Aedes Aegypti. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 309/2001, do senhor Cesar Antonio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativo ao exercício financeiro de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 122/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa - chefe de gabinete do secretário de Apoio Rural, comunicando que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, liberou os recursos do convênio com a Cooperativa Central de Crédito do Paraná, com o objetivo de realizar treinamento específicos as necessidades do sistema, visando atualização, aprimoramento técnico e crescimento pessoal e profissional dos colaboradores. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 158/2001, do senhor José Carlos de Araújo Vieira - superintendente regional interino do Incra/PR, comunicando convênio celebrado entre o Incra/PR e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura - Funpar, objetivando ações conjuntas no Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos nos projetos de Reforma Agrária - Pronera. **Ao conhecimento da Casa.**

Emendas Constitucionais:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Ao artigo 92 da Seção IV da Constituição do Estado do Paraná de 1.989, inclua-se parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 92...

Parágrafo Único - Os secretários de Estado não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 2º - Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Augustinho Zucchi, Irineu Colombo, Divanir Braz Palma, Sérgio Spada, Hermes Fonseca, Antonio

Carlos Belinati, Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Eli Ghellere, Orlando Pessuti, Luiz Fernando da Silva Litro, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 86 do capítulo II - Seção I da Constituição do Estado do Paraná de 1.989, estabelece: o governador e o vice-governador não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

Baseado nesse dispositivo Constitucional, é que tomamos a liberdade de apresentar esta Emenda à Constituição, incluindo ao artigo 92, parágrafo único, os secretários de Estado.

Para que torne-se realidade, estamos certos que receberemos o apoio dos nobres colegas.

“Art. 86. O governador e o vice-governador não poderão, sem licença da Assembléia Legislativa, ausentar-se do País, por qualquer tempo, e do Estado, quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

EMENDA CONSTITUCIONAL

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná nos termos do artigo 64 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - No artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná, fica substituída a expressão “15 de fevereiro” por “15 de janeiro”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - A Assembléia Legislativa reunir-se-á anualmente, na Capital do Estado, independentemente de convocação, de 15 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.”

Art. 2º - Fica substituída a expressão “1º de fevereiro para “5 de janeiro”, no 3º do artigo 61, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“3º - A Assembléia Legislativa reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 5 de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente.

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoio:

Tony Garcia, Divanir Braz Palma, Ademar Traiano, Durval Amaral, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Pércles Mello, Luiz Carlos Martins, Moysés Leônidas, Luiz Fernandes da Silva Litro, Antonio

Carlos Belinati, Neivo Beraldin, Fernando Ribas Carli, Chico Noroeste, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo dispositivo constitucional, a Assembléia Legislativa reúne-se, anualmente, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, do que resulta um período de recesso de três meses. O recesso de início de ano, de dois meses, tem se mostrado de todo inconveniente, pois que acarreta dificuldades, tanto para o Poder Executivo que inicia seu exercício fiscal, como para o Legislativo que deixa de acompanhar a implantação de projetos e medidas, feitos para o ano em curso. Também o recesso prolongado, até 15 de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, abre uma lacuna, considerando que o presidente da Mesa Executiva da Assembléia só será eleito dois meses depois de iniciada essa.

Um recesso prolongado não contribui para fortalecer a democracia, pois, não podemos esquecer que é no Legislativo que o mais importante corpo representativo do povo se encontra. Uma das funções do Legislativo é a vigilância, e, representando os parlamentares a maioria, como a minoria, há que se fazer presente em todos os momentos da vida pública defendendo sempre o interesse da coletividade. O que torna-se difícil durante intervalos extensos do Legislativo, como o é o de 15 de dezembro a 15 de fevereiro. Razão pela qual entendemos que a supressão de um mês neste período será favorável para todos: Legislativo, Executivo, população. Como entendemos que a presente proposta está embasada no artigo 25 da Constituição Federal que preceitua:

“Art. 25 - Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

1º - são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Nos valem dos ensinamentos do emérito professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho no seu “Comentários à Constituição Brasileira de 1988” (volume I) que lembra ser traço característico do estado federal a autonomia do Estado-Membro”. Discorrendo sobre a matéria, afirma ele que “a autodeterminação dos Estados constitui a regra; as vedações, as limitações, a exceção.” E segue esclarecendo quanto aos princípios limitativos da autonomia estadual afirmando:

“Não há dificuldade em identificar alguns princípios, que a Lei magna explicita, os quais incontestavelmente são impostos aos Estados. São os que enumera o artigo 34, VII, da Constituição de 1988, apresentado-os como de observância imperativa por parte dos Estados. De fato a sua inobservância enseja a intervenção federal. São eles: a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático; b) direitos da pessoa humana; c) autonomia municipal; d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.”

Lembra ainda o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que a Constituição Federal considera intocá-

veis, no artigo 60, que trata “Da Emenda à Constituição”, os princípios enumerados no seu parágrafo 4º.

Nos comentários referentes ao preceito contido no parágrafo primeiro do artigo 25, afirma o professor que:

“A União cabem apenas os poderes que, explícita ou implicitamente, a Constituição lhe reservou; aos Estados, tudo o mais. Diga-se melhor. Aos Estados cabem todos os demais poderes, exceto aqueles que a Constituição Federal confere, explícita ou implicitamente, aos municípios. Desse modo, a verdadeira significação do preceito em exame está em afirmar que tudo o que remanesce, extraída a competência da União e dos Municípios, é da competência dos Estados.”

Observados os limites impostos, ou a regra normativa do máximo de três meses de recesso constitucionalmente, tem o Poder Legislativo competência para dispor sobre a matéria, no caso reduzindo o período de reuniões em 30 dias.

Indicações:

INDICAÇÃO

O quociente para organizar as Comissões Permanentes e Especiais, conforme a composição partidária nesta data, 19.02.2001, em conformidade com a Seção II do Regimento Interno, será a seguinte:

1 - Comissão de Constituição e Justiça - 15 (quinze) membros:

Table 1:

Partido	Nº Deputados	Quociente	Membros
PTB	10	2,77	03
PFL	10	2,77	03
PMDB	07	1,94	02
PSDB	06	1,66	02
PPB	04	1,11	01
PT	04	1,11	01
PSL	03	0,83	01
PDT	02	0,55	Sorteio
PL	02	0,55	Sorteio
PSB	02	0,55	Sorteio
PST	02	0,55	Sorteio
PSC	01	0,27	00
Sem Partido	01	0,27	00

* Houve empate no quociente entre quatro partidos, neste caso haverá um sorteio para o preenchimento de duas vagas na CCJ.

2 - Comissões compostas por 07 (sete) membros:

- 01 - Comissão de Finanças;
- 02 - Comissão de Orçamento;
- 03 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio;
- 04 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 05 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
- 06 - Comissão de Terras, Imigração e Colonização;
- 07 - Comissão de Segurança Pública;
- 08 - Comissão de Saúde Pública;
- 09 - Comissão de Redação;
- 10 - Comissão de Tomada de Contas;
- 11 - Comissão de Turismo;
- 12 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- 13 - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa;
- 14 - Comissão do Mercosul;
- 15 - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;
- 16 - Comissão de Defesa do Consumidor.

Table 2:

Partido	Nº Deputados	Quociente	Membros
PTB	10	1,29	01
PFL	10	1,29	01
PMDB	07	0,90	01
PSDB	06	0,77	01
PPB	04	0,51	01
PT	04	0,51	01
PSL	03	0,38	01
PDT	02	0,25	00
PL	02	0,25	00
PSB	02	0,25	00
PST	02	0,25	00
PSC	01	0,12	00
Sem Partido	01	0,12	00

Comissões Especiais com 05 (cinco) membros:**Table 3:**

Partido	Nº Deputados	Quociente	Membros
PTB	10	0,92	01
PFL	10	0,92	01
PMDB	07	0,64	01
PSDB	06	0,55	01
PPB	04	0,37	Sorteio
PT	04	0,37	Sorteio
PSL	03	0,27	00
PDT	02	0,18	00
PL	02	0,18	00
PSB	02	0,18	00
PST	02	0,18	00
PSC	01	0,09	00
Sem Partido	01	0,09	00

* Houve empate no quociente entre dois partidos, neste caso haverá um sorteio para o preenchimento da última vaga.

Comissões Especiais com 9 (nove) membros:**Table 4:**

Partido	Nº Deputados	Quociente	Membros
PTB	10	1,66	02
PFL	10	1,66	02
PMDB	07	1,16	01
PSDB	06	1,00	01
PPB	04	0,66	01
PT	04	0,66	01
PSL	03	0,50	01
PDT	02	0,33	00
PL	02	0,33	00
PSB	02	0,33	00
PST	02	0,33	00
PSC	01	0,16	00

Table 4:

Partido	Nº Deputados	Quociente	Membros
Sem Partido	01	0,16	00

Comissões Especiais com 11 (onze) membros:**Table 5:**

Partido	Nº Deputados	Quociente	Membros
PTB	10	2,04	02
PFL	10	2,04	02
PMDB	07	1,42	02
PSDB	06	1,22	01
PPB	04	0,81	01
PT	04	0,81	01
PSL	03	0,61	01
PDT	02	0,40	Sorteio
PL	02	0,40	Sorteio
PSB	02	0,40	Sorteio
PST	02	0,40	Sorteio
PSC	01	0,20	00
Sem Partido	01	0,20	00

* Houve empate no quociente entre quatro partidos, neste caso haverá um sorteio para o preenchimento da última vaga.

Solicitamos que as Lideranças Partidárias indiquem seus membros titulares e suplentes, no prazo improrrogável do dia 22 de fevereiro de 2001, para o preenchimento das vagas das Comissões Permanentes.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Ofício:

OFÍCIO Nº 003/2001

Curitiba, 02.01.2001.

Senhor Presidente.

Comunico a essa Mesa Executiva a composição do PSB:

Deputado Moysés Leônidas - Líder;
Deputado Ricardo Maia - Vice-Líder.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(aa) MOYSÉS LEÔNIDAS
RICARDO MAIA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência no trâmite do Projeto de Lei nº 294/2000, autorizando a criação do Programa de Revitalização da Região Noroeste.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação da Mensagem Governamental nº 006/2001, que dispõe sobre redistribuição da Quota Estadual do Salário Educação entre o Estado e os municípios.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Tony Garcia, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Alborghetti, Cesar Seleme, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Elio Rusch, Orlando Pessuti e Antonio Carlos Belinati.

REQUERIMENTO Nº 091

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, usando das prerrogativas legais e regimentais REQUER que, ouvido o Plenário e se aprovado, seja formada uma Comissão Especial Interpartidária com 5 (cinco) membros, sendo cada um representante de um partido, para irmos pessoalmente ao município de Morretes e posteriormente à Repar - Refinaria Presidente Getúlio Vargas, para tratar-mos de assuntos que referem-se a mais um dano ambiental causado por mais um vazamento de óleo em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Deputado.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para a discussão e votação da Proposição nº 005/96, veto apostado ao Projeto de Lei nº 080/95 - Item 05 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a transformação da Sessão Plenária de amanhã, dia 20 de fevereiro de 2001, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação da Mensagem Governamental nº 006/2001, relativa a redistribuição da quota do Salário Educação entre o Estado e os municípios.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Luiz Fernandes da Silva Litro, Irineu Colombo, Luiz Carlos Alborghetti, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Divanir Braz Palma, Marcos Isfer, Luiz Carlos Zuk, Cesar Seleme, Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Tony Garcia e Algaci Tulio.

REQUERIMENTO Nº 101

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco dos itens 02, 03 e 04, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 042

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 057/99, item 06 da pauta, por cinco sessões.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A retirada de votação por cinco sessões se deve a acordo com a Liderança do Governo, para sanar possível inconstitucionalidade, através de emendas.

REQUERIMENTO Nº 090

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER sejam convocados os senhores José Antônio Andreguetto e Rubens Eduardo de Medeiros Novicki, para prestarem esclarecimentos sobre o acidente ambiental ocorrido no último dia 16 de fevereiro no oleoduto da Petrobrás na Serra do Mar.

Importante lembrar que tal acidente, onde estima-se, segundo informações dadas pela imprensa, que mais de 50 mil litros de óleo diesel tenham vazado e atingido a região do mangue e rios que cortam a Serra do Mar. Além de trazer graves danos ao meio ambiente, sucede de outros também graves acidentes causados por esta

empresa nos últimos meses e, que tem, através da sua direção, prestando informações que via de regra não tem refletido a realidade. Basta verificar que no dia do acidente a empresa responsável havia informado que não passava de 1200 litros de óleo que tinham vazado. Hoje, sabe-se que mais de 50 mil litros já foram recolhidos na região.

Daí porque a necessidade de se convocar os responsáveis para prestar os devidos esclarecimentos.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento: Algaci Tulio.

REQUERIMENTO Nº 001

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Paulo Carneiro Ribeiro, ocorrido no último dia 13, nesta cidade.

Requer ainda que da manifestação desta Casa seja dada ciência à família do ilustre homem público desaparecido.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Paulo Carneiro Ribeiro, cuja missa de 7º dia ocorrerá hoje, na Igreja de São Judas Tadeu, no bairro Cristo Rei, em Curitiba, foi um dos continuadores da saga de colonização do norte do Paraná, onde renovou os métodos de produção de café e de criação de gado.

Engenheiro agrônomo, líder do sindicalismo empresarial rural, foi secretário de Estado da Agricultura do Paraná e deu um vigoroso impulso à expansão e modernização de nossa base produtiva. Sua perda deixa uma lacuna de saudade na gente paranaense e um sentimento de gratidão pelas suas realizações, que documentamos com esta homenagem póstuma.

REQUERIMENTO Nº 003

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Paulo Carneiro Ribeiro, ex-secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, ocorrido no último dia 13 de fevereiro, em Curitiba/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada a Avenida Silva Jardim nº 2.031 - Ap. 202, CEP 80240-020, em Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 004

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Paulo Carneiro Ribeiro, ocorrido dia 13/02/2001, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 77 anos de idade faleceu, nesta Capital, dia 13.02.2001, o doutor Paulo Carneiro Ribeiro, que era viúvo de dona Andréa Carneiro Ribeiro e deixa 04 filhos: Paulo, Ricardo, Adriana e Bruno e dois netos.

Paulo Carneiro Ribeiro era engenheiro-agrônomo.

Cafeicultor em Londrina e Ibiporã. Exerceu o cargo de secretário de Estado da Agricultura no governo Jayme Canet, 1975-79, sendo responsável em sua gestão por alguns dos mais importantes projetos de desenvolvimento rural do Paraná, dentre os quais os de recuperação da cafeicultura dizimada pela geada de 1975; de Apoio ao Pequeno Agricultor (do qual se originou o Paraná Rural); de melhoria genética do rebanho leiteiro; de conservação de solos e outros. Foi também diretor do extinto Instituto Brasileiro do Café, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Foi durante sua gestão como secretário que desenvolveu um amplo programa de modernização do setor, dando início ao grande projeto de microbacias, que se transformou num exemplo para todo o país. Também foi em sua gestão que o Paraná iniciou a arrancada para a produção do trigo, que até hoje lhe dá a liderança na produção nacional.

Portanto, seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Paulo.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Paulo Carneiro Ribeiro, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do doutor Paulo para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da jus-

tiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Paulo sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Carneiro-Ribeiro, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 009

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do servidor aposentado da Assembléia Legislativa, Maurício Gonçalves, ocorrido dia 31 de janeiro de 2001, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 59 anos de idade faleceu, neste Capital, dia 31 de janeiro de 2001, o servidor aposentado deste Poder, Maurício Gonçalves, que deixou viúva dona Verônica e o filho Julio Cezar.

O passamento do Maurício veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos dentre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filho; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Maurício.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Maurício Gonçalves, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Maurício para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Maurício sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacra-

mentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gonçalves, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro agrônomo, Luiz Fernando Abreu Ferreira, ocorrido dia 02 último.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital dia 02 último, o engenheiro agrônomo, Luiz Fernando Abreu Ferreira, com 57 anos de idade.

O extinto deixou viúva dona Cloris de Souza Ferreira e os filhos: Melissa, Luiz Fernando e Alceu.

Luiz Fernando era chefe do gabinete parlamentar do deputado federal Max Rosenmann.

O passamento de Luiz Fernando veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos entre eles este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filho; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo Fernando.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Luiz Fernando, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de Luiz Fernando Abreu Ferreira, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Luiz Fernando sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração,

fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Abreu Ferreira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Julieta da Silva Bueno, ocorrido dia 02 de fevereiro de 2001, em Cascavel.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 78 anos de idade faleceu, em Cascavel, dia 02 de fevereiro/2001, a senhora Julieta da Silva Bueno, vítima de pertinaz enfermidade. Era natural de São Francisco de Paulo (Rio Grande do Sul) residindo no referido município desde 1963.

O passamento de dona Julieta veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como seu vasto círculo de amigos dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Julieta.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Julieta da Silva Bueno, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família da dona Julieta para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Maurício sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família da Silva Bueno, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 035

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor Jamil Josepetti, ocorrido dia 14 do corrente mês.

A sociedade maringaense perde um grande homem público, pois em suas atividades políticas ao longo de sua vida foi presidente da Câmara Municipal de Vereadores, procurador do município e cidadão benemérito. Teve uma destacada atuação religiosa sendo Pastor da Igreja Presbiteriana Renovada de Maringá, chegando a exercer a presidência da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil de 1989 a 2000. Com o seu passamento o doutor Jamil deixou sua esposa a senhora Maria Gabriela Josepetti, 6 filhos, genros, noras e netos.

Requer ainda, após aprovado que se dê ciência a família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Deodoro, 1211 - Ed. Flórida - Ap. 201 - CEP 87030-020 - Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de pesar as filhas e netos da senhora professora Maria José França Soohs, falecida dia 03.02.2001, na cidade de Rio Negro, deste Estado.

JUSTIFICATIVA:

A professora Maria José França Soohs, deixa uma profunda lacuna na sociedade rionegrense, principalmente em seus parentes, conhecidos, amigos e mais ainda naquelas pessoas que sentaram nos bancos escolares, onde a mestra exemplar dedicou a maior parte de sua vida ensinando àqueles alunos seus, como trilharem os caminhos do saber, com dignidade e perfeição.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da mesma, à Rua Doutor Getúlio Vargas 335, Rio Negro-PR. - CEP:83.880-000.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 039

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de pesar à senhora Odeth Estevão Michalizsen, filhos, genros, noras, netos e irmãos, pelo falecimento no dia 30 de janeiro do corrente ano, do esposo, pai, sogro, avô e irmão João Michalizsen.

O extinto nasceu na cidade de Gal. Mallet em 08.03.1914, foi comerciante e pioneiro no bairro Boa Vista, oficial da Polícia Militar por mais de 37 anos de serviços ativos prestados ao Estado do Paraná.

Era irmão do ex-comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, coronel Antonio Michalizsen e pai do delegado de Polícia aposentado e hoje advogado: OAB - doutor Sydney Michalizsen.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do mesmo, à Vicente Ciccarino 17, Boa Vista, CEP. 82.540-120 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Buzatto, pelo falecimento da senhora Irene Gabardo Buzatto, ocorrido no dia 26 de janeiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Buzatto, através de correspondência a ser encaminhada à Lourenço Alberto Buzatto, à Rua Lourenço Ângelo Buzatto, 670, Centro, CEP:83.501-080 - Câmara Municipal de Almirante Tamandaré - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Falavinha, pelo falecimento do senhor Antonio José Falavinha, ocorrido no dia 15 de janeiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família da senhora Lourdes Taverna F. Falavinha, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rio Jutai, nº 506, Curitiba, CEP: 82.840-120.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Fantinato, pelo falecimento do senhor Otávio Fantinato, ocorrido no dia 1º de janeiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família da senhora Maria Fantinato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nicolau Sa-lomão, 335 - Tingui - CEP: 82.620-130, Curitiba - Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Chiquiti, pelo falecimento do jovem Marcelo Chiquiti, ocorrido no dia 29 de janeiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família do senhor Antonio Chiquiti, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Santos Dumond, 2675 - Jardim Marambaia, Colombo, CEP: 83.404-000.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Abreu Ferreira, pelo falecimento do senhor Luiz Fernando Abreu Ferreira, ocorrido no dia 02 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família da senhora Clóris de Souza, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Bernardo Leinig, 245 - Vila Izabel, Curitiba - Paraná, CEP: 80.240-410.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Straiotto, pelo falecimento da senhora Helena Straiotto, ocorrido no dia 02 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família do senhor Mário Straiotto e irmãos (em Almirante Tamandaré), através de correspondência a ser encami-

nhada à Rua Alberto Foloni, 1418 - Ahú - Curitiba-PR - CEP: 80.540-000.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 068

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de pesar à família Dalke, pelo falecimento do senhor Edson Ricardo Dalke, ocorrido no dia 19 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Dalke, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Domingos Scucato, 223 - Centro - Almirante Tamandaré - PR, CEP: 83.501-020.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 088

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor Jamil Josepetti, ocorrido no último dia 14, na cidade de Maringá.

Requer ainda, que da decisão da Mesa, se dê ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Humaitá, 652 - Maringá - PR. - CEP: 87013-430.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

Apoioamento:

Hidekazu Takayama.

JUSTIFICATIVA:

Pastor, advogado, político, Jamil Josepetti destacou-se por sua luta em defesa dos interesses do município, tornando-se uma das figuras mais respeitadas na região.

Como político, foi vereador no período de 1989 a 1992 pelo Partido Liberal, tendo exercido por dois anos a presidência da Câmara Municipal de Vereadores, fazendo uma importante participação política.

Advogado de renome, atuou por 45 anos na profissão. Procurador do município de Maringá por 8 anos, além de ocupar vários cargos na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, subseção de Maringá. Também foi professor da Faculdade de Teologia de Cianorte.

Membro fundador da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil em Maringá, foi Pastor por 6 anos e por 15 anos exerceu a presidência nacional daquela igreja.

Ao prestarmos essa justa e sincera homenagem ao amigo e exemplar chefe de família, Pastor Jamil Josepetti, esperamos estar expressando todo o nosso agradecimento pelo sério e abnegado trabalho desenvolvido ao longo dos seus setenta anos.

REQUERIMENTO Nº 006

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo, pela passagem de seus 11 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Olisses Bacil, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Acir Vagner, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que toda a população de São João de Triunfo vou transcorrer dia 15 de fevereiro mais um aniversário de sua emancipação política.

A homenagem que ora prestamos é das mais expressivas, pelo seu valor histórico. A população de São João do Triunfo muito tem colaborado com as administrações de todos os tempos para que o município continue prosperando e dando melhores condições de vida ao seu povo que sempre deu provas de confiança no amanhã.

Parabenizamos a todos formulando votos de constante progresso a esse município, para edificação de uma sociedade mais humana e mais justa sempre voltada ao bem comum.

REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Boa Vista da Aparecida, pelo transcurso de seus 18 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor José Carlos Henriks, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Oldino Viganó, bem como a todos os senhores vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É nesta significativa data de 22 de fevereiro de 2001, que toda a ordeira e honesta população de Boa Vista da Aparecida merece o nosso aplauso e a nossa homenagem de gratidão e reconhecimento.

Portanto, através desta proposição queremos cumprimentar efusivamente a comunidade de Boa Vista da Aparecida, principalmente aqueles que nunca mediram

esforços sempre lutando pelo bem comum e o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em congratula-se com toda a população de Boa Vista da Aparecida nesta magna data do transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Igreja Católica pela feliz iniciativa abrindo as portas para a Campanha da Fraternidade-2001, com o tema: “Vida sim, droga não”.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, para que receba e transmita a todas as paróquias a posição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Católica abre suas portas para a Campanha da Fraternidade 2001, com o tema: “Vida sim, droga não”.

O ano de 2000 foi um ano chave no longo reinado do papa João Paulo II. A Igreja Católica celebrou seu jubileu convocado em honra do segundo milênio do nascimento de Jesus Cristo. Sua Santidade cercou as festividades com pompa e circunstância e distribuiu gestos conciliatórios ao longo do ano.

O Brasil está firmemente comprometido a trabalhar para livrar-se do flagelo das drogas e dos crimes conexos.

A Polícia Federal nos últimos anos tem desenvolvido esforços para combater o narcotráfico e para destruir as plantações de maconha existentes no País. As diversas operações realizadas resultaram na destruição de 31,8 toneladas de maconha e de 2,8 milhões de plantas daquela erva; de quatro toneladas de cocaína, de 131 quilos de crack, de 163 quilos de pasta base de cocaína, de 12 quilos de haxixe e de 11,6 mil frascos de lança perfume.

Dia 26 de junho comemora-se no Brasil o Dia Nacional de Combate às Drogas, teria necessariamente que ser realçado por todos os segmentos conscientizados da comunidade brasileira, a começar pelos governos: federal, estaduais e municipais afim de que se forme uma autêntica cruzada contra drogas, pois todos estamos desejosos de reduzir o tráfico de entorpecentes, tão prejudicial à humanidade.

Os jovens são as maiores vítimas deste terrível comércio que hoje movimentava fabulosas somas de dinheiro.

O combate às drogas passa a ser pois, um imperativo de nossa consciência de cidadania. A guerra às drogas começa por dar alternativas sadias à juventude. A prática e a valorização dos esportes é uma delas. Boas escolas, outra. Oportunidade de trabalho, mais uma. Todos precisam saber que vão estudar, se qualificar e ter emprego condizente.

O reflexo das ações do crime organizado, em torno do narcotráfico, é predominante nas regiões mais pobres; na periferia dos grandes centros. Daí expande-se para os municípios circunvizinhos, aliciando cada vez mais jovens e até crianças.

O debate cresce de importância quando percebemos que a matéria também envolve a saúde, a educação e a família. As drogas corroem a sociedade, a família, o trabalho, a escola envolvendo a juventude num perverso círculo de vício e de violência fatal, que vem aumentando desde a década de 80 e atingiu um ritmo mais intenso na década de 90.

Trata-se do maior flagelo social e familiar nas últimas décadas e deve ser prioridade na agenda de preocupações tanto dos governos como da Igreja Católica e da população em geral.

É preciso de uma vez por todas, desvendar o mistério que envolve e protege os grandes financiadores do tráfico de entorpecentes no Brasil e puni-los exemplarmente.

Sem dúvida, o tráfico de drogas não é um fenômeno recente na história da humanidade e hoje constitui uma das mais graves aflições da sociedade contemporânea. Nas últimas décadas o problema ganhou dimensão internacional.

É fundamental que todos compreendam a gravidade dessa epidemia e a necessidade de implementarmos medidas que verdadeiramente resolvam e que tenham impacto.

Todas essas observações mostram de forma clara, que não cabe apenas ao Estado, a Polícia, a responsabilidade de combater drogas. A luta tem que começar em casa. Todos os esforços oficiais pouco adiantarão se faltar o engajamento dos pais, professores, sacerdotes e outros formadores de opinião em especial os profissionais de comunicação social, é essencial para promover, em torno das crianças e adolescentes, valores espirituais, culturais e morais, que representem verdadeiramente alternativas ao mundo artificial das drogas.

Em razão disso, conclamamos todos os nossos compatriotas para uma tomada de posição firme e decidida junto com a Igreja Católica para a campanha da fraternidade 2001, com o tema: “Vida sim, droga não”.

É este o apelo que dirigimos a todos os irmãos.

REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje,

voto de congratulações e aplausos à Universidade Católica do Paraná pela feliz iniciativa em abolir definitivamente o conhecido “trote” aos calouros, aplicado pelos veteranos no início de cada ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Magnífico reitor Clemente Ivo Juliatto para que receba e transmita a todos os membros do Conselho Universitário a posição da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Católica do Paraná, sobre o trote aplicado aos calouros no início de cada ano, tomou a iniciativa de proibi-lo definitivamente. Tal medida deveria ser tomada por todas as Universidades e Faculdades do Estado do Paraná para abolir de uma vez por todas esse trote perverso, substituindo pelo recebimento aos calouros com muita alegria e tenham como objetivo comum a solidariedade à população carente como: doação de sangue, cesta básica, etc.

Em 1976, na qualidade de deputado federal apresentamos Projeto de Lei nº 1.754/76, cuja justificativa tomamos a liberdade de transcrevê-la: “Nalgumas raríssimas vezes o chamado trote entre estudantes tem servido para fins altruísticos.

Há pouco tempo, por exemplo, o Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná demonstrou que é possível utilizar o trote com finalidade assistencial e humanitária, eis que marcou a confraternização entre estudantes novos e veteranos do referido curso com a doação, ao Hospital Infantil César Pernetta e ao Educandário Santa Felicidade, de trezentas latas de leite em pó, além de roupas, sapatos e cintos que receberam dos calouros. Essa atitude do Dasca mereceu o reconhecimento de dona Maria de Lourdes Canet, primeira dama paranaense, bem como de toda a população daquele Estado.

O normal, infelizmente, é fazer-se da referida prática um espetáculo de depressão cultural e de expiação pública imposta a novos universitários que, em razão de uma tradicional submissão aos veteranos, deixam-se expor a ridículas e, não raro, a barbarismos.

Em Curitiba - como em todas as cidades brasileiras onde existem universidades - os hospitais têm registrado anualmente, internamentos de estudantes vitimados por excessos decorrentes de trote. Além dos perigos e danos de ordem física, esses atos agressivos tendem a influir, sobremaneira, no comportamento psicológico, provocando desequilíbrios e outras distorções.

Interessante trazer à colação artigo recente do estudante Anésio Follies Filho, acadêmico de Direito da Universidade de Maringá que, insurgindo-se contra o trote, pondera:

1. O ser humano não pode e não deve ser colocado à exposição:

2. O ser humano não deve e não pode sofrer escoriações nem sevícias para mostrar a dotação;

3. O ser humano não deve e não pode excomungar seus propósitos;

4. O ser humano não deve e não pode expor-se, obrigatoriamente, a outro, retesado de sofrimentos psicológicos para sofrer as consequências desta.

REQUERIMENTO Nº 040

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pela comemoração de seus 82 anos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo, comemorou em data de 03 de fevereiro seus 82 anos de existência.

Circulou pela primeira vez em 191 tendo Benjamim Lins como diretor e De Plácido e Silva como secretário, dois nomes reconhecidos pelas qualidades tanto de inteligência como de responsabilidade social.

A Gazeta do Povo tornou-se um símbolo dos paranaenses. Estamos acostumados a tê-la em nosso meio, pois é referência em comunicação e informação tendo se transformado em órgão de representatividade de luta pelas conquistas de todos e de cada um dos paranaenses, que nela tem um verdadeiro instrumento de conquistas sociais, seja através das muitas campanhas que encabeça, seja através da divulgação imparcial e séria dos mais importantes temas na nossa atualidade ou ainda através do resgate da história do nosso Paraná.

Com uma equipe altamente capacitada, traz diariamente estampado em suas páginas o resultado do trabalho atento e constante dos que a fazem.

De leitura fácil, com diagramação que permite a eficiência de seu manuseio, a Gazeta do Povo está em todos os lugares onde vamos, nas mãos de todas as faixas sociais - é comum vê-la passando de mão em mão nos locais de trabalho, em baixo do braço do trabalhador que vai no Ligeirinho, disputada nos cafezinhos da nossa Capital, nas mãos de quem tem seu sapato engraxado na Rua XV, em cima da mesa dos grandes empresários já anarfanhada no final do dia, nos meios políticos, enfim, é nossa companheira inseparável: é nossa referência, já que sua opinião de respeitável senhora é das mais precisas e respeitadas em todos os lugares.

Fazendo parte de uma das maiores redes de comunicação do país - a Rede Paranaense de comunicação (outro orgulho do Paraná) a Gazeta do Povo tem à sua frente o advogado e jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, que assumiu a direção da empresa em 1962 e de lá para cá cumpriu com seu objetivo principal: manter os ideais dos fundadores e implantar a modernização. Assim, apesar de acompanhar sempre o seu tempo,

estando sempre à frente da modernidade, a Gazeta do Povo sempre nos dá um exemplo de preservação da ética e da moralidade, como quando deixou, mesmo sob protestos, de publicar anúncios de sexo. Isso demonstra, acima de tudo, o compromisso deste jornal com a família e o povo do Paraná, de quem recebe sempre manifestações de carinho e respeito. Já, do mundo todo, chegam sempre elogios e o jornal é o destinatário de muitos prêmios, tendo sido agraciado com muitos dos mais importantes do nosso país e de outros, já que com o advento da Internet chega a todos os lugares e os filhos do Paraná não se cansam de divulgá-la por onde vão.

É defensora implacável do nosso povo, da nossa terra, do nosso meio ambiente. Esteve presente em todos os acontecimentos, dando-lhes cobertura e sua equipe, alvo dos mais elevados elogios foi responsável por reportagens que demonstrou a real dimensão dos problemas ecológicos, ambientais, sociais, dentre tantos que enfrentou e enfrenta o nosso Paraná.

Ao jornal Gazeta do Povo, através de seu diretor-presidente doutor Francisco Cunha Pereira Filho, pela comemoração dos 82 anos do jornal, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 041

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria eleita do Jeep Clube de Curitiba, para 2001/2002.

Sala das Comissões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tomou posse em fevereiro de 2001 a nova diretoria do Jeep Clube de Curitiba, para 2001/2002.

A exemplo da diretoria anterior, a nova diretoria vai continuar o excelente trabalho que vinha sendo realizado, dentro dos objetivos da instituição, especialmente a divulgação e o desenvolvimento do esporte de competição automobilística (ralis).

Uma das últimas competições organizadas pelo Jeep Clube de Curitiba da gestão que hora deixa o cargo foi a VII Transparaná, que contou com a participação de competidores de levado nível de muitos lugares do país e teve repercussão nacional.

A nova diretoria ficou assim composta:

- Presidente: Jose Silvério

- Vice-presidente: Francisco Gerci Teixeira Osorio

Junior

- Diretor de Secretaria: José Gilberto Scheffer

- Diretor de Tesouraria: João Carlos de Alvarenga

- Diretor Jurídico: Altamiro Alves dos Santos

- Diretor de Patrimônio: Wilson Alcântara Soares

- Diretor do Transparaná: Rodney Cavichioli e

Rodrigo Silvério.

- Diretor Técnico: José Gilberto Scheffer Júnior

- Diretor de Eventos Especiais: Dautro Fluvio Torno e Maurício Reni Westphal

- Diretor de Ponto de Encontro: Joel Janoski

- Diretor Social: Hamilton Celso Santos e Luiz Antonio Bernardi

- Diretor de Comunicação e Marketing: Rui Santos Lima

- Diretor de Segurança: Antonio Alcântara Soares
CONSELHO FISCAL

- Francisco Barranco Cogo

- Euclides Vercezi

- Rogério Carlos de Souza Pinto

- João Carlos de Alvarenga

CONSELO DELIBERATIVO

- Mário Caetano

- João Carlos Garcia

- José Leônidas Ferrarini Júnior

- Jorge Bronze

- Luiz Carlos Borges

Parabéns à gestão pelo excelente trabalho realizado à frente do Jeep Clube de Curitiba e receba toda a nova diretoria (Jeep Clube de Curitiba - Rua São Sebastião, 810 - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 043

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jeep Clube de Curitiba, pela realização da prova Rali “VII Transparaná”.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

De 21 a 27 de janeiro de 2001, numa iniciativa do Jeep Clube de Curitiba, realizou-se o VII Transparaná, numa prova de rali com onze etapas, uma delas classificatória.

De Guaíra a Pontal do Paraná, a prova foi muito disputada devido ao elevado nível de seus participantes e a extrema organização do Jeep Clube e contou com uma média de onze horas de batalha diária.

A dupla de Niteroi formada por Magno de Aragão e Paulo Renato Ribeiro, com um Pajero conquistou a classificação geral e também foi vencedora na categoria Mater. N categoria Sênior venceram José Oscar Bibas e Felipe Bibas, de Curitiba enquanto na categoria Turismo os ganhadores foram Oscar Aguzzoli e Antonio Barbedo Júnior de Gravataí (RS).

Para todos os competidores a prova foi bastante exigente, com diversos acidentes e quebras, especialmente na etapa de sexta-feira de manhã último dia quando os participantes percorreram trilhas da região de Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, foram em direção à Quatro Barras, pegaram trilhas leves e desceram a Estrada da Graciosa, parando em Morretes.

A realização da VII Transparaná demonstrou a união dos competidores deste esporte, o espírito de todos e acima de tudo o esforço do Jeep Clube de Curitiba em divulgar e valorizar o nosso Estado.

Pela realização da prova “VII Transparaná”, recebe o Jeep Clube de Curitiba (Rua São Sebastião, 810 - Curitiba - A/C Diretoria) os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 044

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações ao Instituto dos Advogados do Paraná, pela eleição de seu novo Presidente.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto dos Advogados do Paraná - instituição cultural mais antiga do país, que este ano completará 84 anos, escolheu seu novo presidente. O advogado Pedro Henrique de Arruda Gonçalves foi reconduzido ao cargo que já ocupou entre os anos de 1993 e 1994.

O Instituto é formado por 350 membros e tem como finalidade a difusão do conhecimento jurídico, por meio de cursos, palestras, conferências e publicação de livros e revistas.

Esta nova presidência tem como uma de suas metas aproveitar o relacionamento com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e promover eventos em todo o Estado a fim de compartilhar o conhecimento e a experiência adquiridas pelos integrantes do Instituto para o maior número possível de profissionais. Um outro objetivo é ampliar o número de membros, trazendo de volta antigos companheiros e também atrair jovens talentos para seus quadros.

Além destas ações, a nova presidência pretende divulgar mais a instituição como uma instituição paranaense e não apenas curitibana e dar mais ênfase à sua biblioteca, além de criar um curso de pós-graduação de Direito Societário em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

Ao doutor Pedro Henrique Arruda Gonçalves e ao Instituto dos Advogados do Paraná (Rua Cândido Lopes, 128 - Curitiba) os Votos de Congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Ademir José Bett e Rosí de Fátima Bett, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de

mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Vissolek e Mercedes Vissolek, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Walmir Vieira Ribeiro e Tereza Vieira Ribeiro, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais

Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Douglas Macarthur de Oliveira e Maria Lúcia M. P. Boechat, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Francisco Carolino Correa e Léa Guimarães Correa, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Prata”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Felismino e Maria Helena M. Perrone Felismino, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Rubens Mildemberg e Terezinha Mildemberg, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao prefeito municipal João Guilherme Ribas, pela passagem dos 111 anos de Emancipação Política do município de Piraquara-Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal e à Câmara Municipal de Piraquara, através de correspondência a ser encaminhada, respectivamente ao senhor prefeito municipal e ao presidente da

Câmara Municipal, no seguinte endereço: Av. Getúlio Vargas, 1890 - 83.301-000 - Piraquara - Paraná.

Nestes Termos, Pede Deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASON

REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à prefeita municipal Izabete Cristina Pavin, pela passagem dos 111 anos de emancipação Política do município de Colombo, ocorrido no último dia 05 de fevereiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Excelentíssima senhora prefeita municipal Izabete Cristina Pavin, ao vice-prefeito senhor João Dalprá, assim como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Colombo

Endereço para correspondência: Prefeitura Municipal de Colombo - Rua XV de Novembro, 105 - 83.414.000 - Colombo - PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Emater-Pr, alusivos à realização do Show Rural, ocorrido entre 12 e 16 de fevereiro na cidade de Cascavel-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor presidente da Emater, senhor Rubens Ernesto Niederheilmann, a ser encaminhada, à Rua da Bandeira, 500, CEP 80035-270, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 19.02.2001

.(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações a Coopavel, alusivos à realização do Show Rural, ocorrido entre 12 e 16 de fevereiro na cidade de Cascavel-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor presidente da Coopavel, senhor Dilvo Grolli, a ser encaminhada, à BR-277, Km 591, CEP 85803.490, Cascavel- Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Paranaense de Suinocultores -APS, alusivos ao lançamento da Feira Internacional de Genética Processamento, Insumos e Tecnologia Animal- FIGTC/2001, ocorrido em 07 de fevereiro na cidade de Londrina- Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da APS, senhor Romeu Carlos Royer, a ser encaminhada a Rua Conselheiro Laurindo, 809, Sala 909 e 910 CEP 80060-100, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Avipar, alusivos ao lançamento da Feira Internacional de Genética Processamento, Insumos e Tecnologia Animal- FIGTC/2001, ocorrido em 07 de fevereiro na cidade de Londrina-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Avipar, senhor Paulo Muniz, a ser encaminhada, à Av. Senador Souza Naves, 803- CEP 86010-170, Londrina- Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao ISAE - Instituto Superior de Administração e Economia, alusivo a comemoração dos 5 anos de atividade da instituição ocorrido em 08 de fevereiro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao superintendente do ISAE senhor Norman de Paula Arruda Filho, a ser encaminhada a Av. Comendador Franco, 1341- CEP 80215-090, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão

são de hoje, votos de congratulações a família Chainiuk, alusivo a Ordenação Sacerdotal de Jorge Chainiuk, ocorrido em 11 de fevereiro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a a ser encaminhada a Av. Pedro Koltun, s/n, CEP 86870-000 - Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações a diretoria Hospital e Maternidade Ivaiporã, alusiva a inauguração da Unidade de Terapia Intensiva - UTI que acontece hoje 22 de fevereiro na cidade de Ivaiporã-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Orlando Sanches, diretor do Hospital supra citado, a ser encaminhada à Av. Brasil, 1725, CEP 86870-000, município de Ivaiporã-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente.

O deputado estadual que afirma o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão da data de hoje, as efusivas congratulações desse Poder, a diretora da Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda., na pessoa do seu ilustre presidente Dilvo Grolli, pela organização sucessiva do Show Rural Coopavel, o qual a cada ano se expande como um evento de qualidade e de vanguarda do agronegócio brasileiro.

Aprovado o que é requerido, solicita-se que seja dada ciência a presidência da Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda - Coopavel, à Caixa Postal 500 - 85803-490 - Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de congratulações à jovem Juliana Valliati por ter sagrado-se vencedora no concurso Gente Inocente, produzido pela rede Globo de Televisão, levando-se e elevando o nome de Marechal Cândido Rondon a nível nacional.

Requer ainda, que o presente se dê ciência a família à Rua Criciúma, 473, CEP: 85976-000, Distrito de Porto Mendes - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente.

O deputado estadual que assina o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o registro nos Anais da sessão do dia de hoje, dos cumprimentos e os augúrios de feliz gestão deste Legislativo Estadual a nova diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, empossada no último dia 09 de fevereiro.

A propósito, requer ainda a transcrição nos Anais da sessão desta data, do ofício circular nº 015/2001, da retro referida Entidade, onde é apresentada a constituição da nova diretoria.

Aprovado o que é requerido, pede-se que seja dada ciência a cada integrante da nova diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, à Rua Pernambuco, 1936 - CEP: 85806-021 - Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ELIO LINO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, vem respeitosamente REQUERER a aprovação de um voto de repúdio pelo Plenário à medida tomada pelas autoridades sanitárias e agrícolas do Canadá, de proibir as importações de carne bovina do Brasil, a pretexto de que o rebanho nacional está acometido pela doença vulgarmente conhecida como da "vaca louca" (Encefalopatia Espongiforme Bovina).

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O governo do Canadá recentemente proibiu as importações de carne bovina e derivados do Brasil, no que foi acompanhado pelos Estados Unidos da América e pelo México, sob a alegação de que o rebanho tem a doença vulgarmente conhecida como da "vaca louca" (Encefalopatia Espongiforme Bovina).

A adoção dessa proibição foi tendenciosa, sem qualquer suporte técnico e precipitada, pois o rebanho nacional, pelas suas características e condições, é sadio e da melhor qualidade.

Segundo as entidades governamentais brasileiras, o motivo real que levou o governo do Canadá a tomar insólita atitude contra a pecuária nacional foi político e decorrente de disputa comercial em outra área, que nada tem a ver com a sanidade do rebanho bovino.

O fato certamente trará prejuízos as exportações e aos produtores nacionais, que deverão ser ressarcidos pelas autoridades canadenses.

O presente voto de repúdio por isso justifica-se plenamente, devendo o Plenário solicitar ao Ministério da

Agricultura tomar as providências para por fim à proibição imposta pelo governo do Canadá, a externar a solidariedade da Assembléia Legislativa aos produtores e pecuaristas paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 087

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a instalação de auditoria externa na Unicentro (Universidade Estadual do Centro Oeste) por parte da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoiamento:

Tony Garcia, Marcos Isfer, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti, Divanir Braz Palma, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Beraldin e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Apurar a denúncia publicada na revista Veja nº 1686 (07/02/2001), seção Geral, de que a Unicentro emitiu certificados que tornam uma cadela poodle “Tiffany Bianca M. Toy” e a égua Esmeralda Hill Grein” aptas a ministrarem cursos em inglês.

Citamos a seguir trecho da matéria: “O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), administrado pelo Ministério do Trabalho, aplica verbas federais em convênios com empresas, órgãos públicos e instituições de ensino para a qualificação de trabalhadores. A participação nesses cursos deve ser gratuita, mas em Pato Branco, no interior paranaense, cobravam-se 100 reais por inscrito no caso de empresas que queiram formar instrutores. Um empresário que foi afastado dos programas em 1998 por oferecer professores ruins decidiu mostrar que havia maracutaias no negócio e comprou diplomas para a cadela e a égua, por 20 reais cada um.

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, usando das prerrogativas legais e regimentais, REQUER que, ouvido o Plenário e se aprovado, seja encaminhado ofício endereçado à Diretoria da Petrobrás, solicitando o mapeamento da distribuição de óleo diesel em oleoduto em nosso Estado.

Requer ainda que seja fornecido pela mesma empresa, relatório mensal, fornecendo a real distribuição de cada item mencionado.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 092

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, REQUER ao senhor presidente, o

envio de ofício ao secretário de Estado da Administração, senhor Ricardo Augusto Cunha Smijtk, para que informe por escrito a esta Casa, qual o setor de trabalho em que está lotada, qual a carga horário e os vencimentos que percebe mensalmente a bacharel em direito, senhor Silvana de Mello Gusso, bem como sejam anexados às informações ora solicitadas, cópias de expedientes e despachos referentes a possíveis solicitações de cedência funcional da mencionada servidora do Estado.

Sala das Sessões, em 20.02.2001

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Mencionadas informações constituem-se de relevante importância no sentido de moralização dos serviços públicos, tendo em vista que a referida servidora encontra-se, segundo fontes extra-oficiais, há cinco anos cedida com ônus para o Estado, para o município de Dois Vizinhos, onde não cumpre carga horária naquela municipalidade, atuando livremente com escritório de advocacia em atividade especialmente nas Comarcas de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Salto do Lontra e outras do Sudoeste.

REQUERIMENTO Nº 093

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, REQUER ao senhor presidente, o envio de ofício ao secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Antonio Leonel Poloni, e ao diretor presidente da Emater, Rubens Ernesto Niederheitemann, para que informem por escrito a esta Casa, qual o estágio em que se encontra a investigação sobre possíveis desvios de recursos públicos da Vila Rural Canarinho, do município de Dois Vizinhos, conforme requerimento deste parlamentar devidamente aprovado pelo Plenário desta Casa durante o primeiro semestre do ano 2000.

Caso esteja concluída a investigação, seja encaminhado cópia do respectivo relatório final.

Sala das Sessões, em 20.02.2001

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Cabe o presente requerimento, haja vista que, embora aprovado pelo Plenário desta Casa e devidamente encaminhado à Emater e SEAB, ainda no primeiro semestre do ano de 2000, até o presente momento não tenhamos obtido quaisquer informações sobre o andamento das investigações solicitadas.

Existe o agravante de que os indícios que originaram o pedido de investigação é de que há grande probabilidade do envolvimento de funcionários do Estado, da própria Emater, o técnico Valdir da Silva.

REQUERIMENTO Nº 005

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente com caráter de

urgência ao Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, anexando cópia do Ofício nº 42/2000-GP de 29 de janeiro de 2001 do senhor Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, solicitando pronunciamento para que possamos transmitir à Federação bem como aos Sindicatos Rurais do Paraná, pois, encontram-se em situação aflitíssima para o transporte da produção.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Conhecemos perfeitamente a situação atual da maioria das rodovias do Estado do Paraná, pois nelas transitamos frequentemente.

Os agricultores paranaenses, estão iniciando a colheita da nova safra, que esperam seja recorde, porém enfrentarão sérios problemas com o transporte.

Com o desestímulo que toma conta dos agricultores em face da frustração com o transporte da safra, motivada pelas condições precárias das diversas rodovias do interior, chegando ao ponto crítico, ocasionando grandes prejuízos aos produtores, atingidos em grande parte drasticamente, com graves problemas econômicos e sociais para o futuro.

A cobrança de pedágio nas rodovias, tem sido objeto de uma intensa campanha, pelo impacto negativo nos custos de transporte de insumos e produtos agropecuários.

As tarifas do pedágio, que haviam sido reduzidas em praticamente metade de seu valor, foram, por acordo entre o governo do Estado e concessionárias, novamente elevadas, praticamente restabelecendo os valores iniciais, contra os quais todos se insurgiram.

Na impossibilidade de se manter as tarifas em níveis razoáveis e assimiláveis pela agropecuária - lembramos que 70% de toda a carga transportada no Estado do Paraná se refere a insumos e produtos do setor.

Além de pronunciamentos públicos de repúdio à medida, a Federação da Agricultura está tentando aprofundar as investigações nas planilhas de fixação de tarifas e de custos de manutenção e obras nas rodovias.

A agricultura, mesmo sem merecer do governo destaque de uma política agrícola que facilite sua participação e crescimento, vem procurando, dentro do possível e com bastante dificuldade, adequar-se a este estado de calamidade das nossas rodovias.

Clamando por medidas normalizadoras, visando somar as dificuldades com o transporte da safra, diversos lavradores abandonaram o trabalho no campo para tapar buracos nas rodovias, com todas as despesas por conta própria.

Como protesto em várias rodovias no noroeste do Estado, PR-467, PR-182, BR-376, PR-180 e PR-218. Nesta última, plantaram em trechos da pista, pés de mandioca, banana, milho, cana de açúcar, utilizando os buracos como "covas", promovendo um bloqueio pacífico na pista, pois consideram a situação das estradas como um

atentado contra o patrimônio do Estado. As estradas intransitáveis acabam refletindo numa queda da economia da região e por extensão do Estado.

O Ofício nº 42/2000-GP, do senhor presidente da Federação da Agricultura traduz com muita clareza a situação aflitiva a que se encontra o produtor rural, por esta razão, estamos certos que providências urgentes deverão ser tomadas e ficaremos no aguardo de respostas do senhor governador para transmitirmos aos interessados.

"Ofício nº 42/2000-GP

Curitiba, 29 de janeiro de 2001

Senhor Governador.

A Assembléia Geral dos Sindicatos Rurais do Paraná, reunida dia 26 de janeiro último, na Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, discutiu e aprovou um voto a respeito de um problema crucial para a agropecuária paranaense: está sendo iniciada a colheita de uma nova safra, que se espera seja recorde, que vai enfrentar sérios problemas de transporte.

Em primeiro lugar o custo do frete rodoviário, em razão da alta dos preços dos combustíveis e da abusiva tarifa de pedágio do Anel Rodoviário, escoadouro da produção agrícola paranaense. Quanto aos combustíveis, espera-se o cumprimento do compromisso do governo federal de que seus preços oscilariam sempre que houvesse mudanças nos preços internacionais, em queda atualmente.

Quanto ao pedágio, manifestamos repulsa aos sucessivos, inexplicáveis e abusivos aumentos nas tarifas cobradas pelas empresas concessionárias, sem que haja transparência, por parte do governo do Estado, em relação aos cálculos e às seguidas correções.

Por outro lado, as demais rodovias paranaenses se encontram em situação de sucateamento, criando problemas sérios ao escoamento dos produtos agropecuários e onerando o seu transporte. O governo do Estado simplesmente abandonou as estradas, muitas das quais se tornaram intransitáveis.

Os produtores rurais têm dificuldade em transportar sua produção. As pessoas correm risco de vida, quer transitando pelas rodovias ou se delas precisarem para socorro médico. Não há mais segurança.

Além de tarifas de pedágio extorsivas, os produtores rurais e todos os proprietários de veículos do Estado pagam o IPVA, cuja cobrança, pelo segundo ano consecutivo, foi antecipada pelo governo. Contudo, nenhum centavo desta arrecadação foi utilizado para colocar as rodovias em situação de tráfego normal, o que representa um abuso contra o contribuinte.

Em face desta situação, os delegados representantes dos sindicatos rurais junto à Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, consideram que o governo do Estado precisa com urgência:

- rever as tarifas de pedágio para reduzir o valor dos fretes nos transportes de produtos agropecuários;

- providenciar a recuperação do restante da malha rodoviária, antes que a colheita atinja seu volume maior, inviabilizando o transporte da produção, com a possível perda irreversível das rodovias.

Sendo esta a manifestação dos representantes dos sindicatos rurais, fazemos com que chegue às mãos de Vossa Excelência para que conheça o ânimo e as necessidades de nossos produtores rurais e tome as providências necessárias.

Atenciosamente.

(a) ÁGIDE MENEGUETTE
Presidente”

REQUERIMENTO Nº 012

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor prefeito municipal de Curitiba, doutor Cássio Taniguchi, no sentido de determinar ao setor competente, providenciar estudos para a Prefeitura patrocinar a volta espontânea às cidades de origem aos moradores de ruas e favelados desempregados.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na Prefeitura de São Paulo, está em fase de elaboração um plano para patrocinar a volta espontânea dos moradores de rua às suas cidades, com o pagamento das despesas de viagem. Eles seriam seduzidos pela possibilidade de deixar a solidão das ruas, violentas e degradadas, reencontrando a família - ambiente em que talvez fossem mais respeitados e valorizados.

Entendemos perfeitamente que a oferta de emprego seria a solução, mas, com isso teria que aumentar muito, e não vemos possibilidade imediata para eles abandonarem a rua, pois a maioria não detém a principal qualificação necessária.

É triste, é muito triste levantarmos cedo para nossa labuta diária e depararmos com nossos irmãos ainda dormindo ao relento.

Algumas cidades já oferecem esse tipo de ajuda para a volta “espontânea” às suas cidades de origem aos irmãos desempregados, como é o caso de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, onde não existe nenhum trabalhador desempregado.

REQUERIMENTO Nº 014

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, solicitando para que determine aos órgãos competentes a vistoria e instalação de para-raios nos prédios públicos estaduais, especialmente nas escolas de todo o Estado.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos meses, temos assistido no interior do Estado, bem como a imprensa paranaense e nacional tem divulgado os prejuízos causados por raios. Inúmeras pessoas foram mortas atingidas por raios, cujo número é um dos maiores registrados nos últimos anos, pois o total até agora é o dobro registrado do que ocorreu no último verão.

No país, perto de 30 pessoas já teriam morrido este ano. Somente na cidade de São Paulo, caem em média, 12 mil raios por ano, e, o número está aumentando.

No Paraná as características climáticas são absolutamente imprevisíveis, por esta razão, é bom prevenir, que remediar.

Estamos certos que o Excelentíssimo senhor governador, determinará estudos urgentes para uma vistoria completa nos prédios pertencentes ao Estado, instalado onde não houver para-raios especialmente nas escolas.

REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente com caráter de urgência ao Excelentíssimo senhor ministro de Estado da Saúde, doutor José Serra, cientificando-o do posicionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, contrário com a pela publicitária sobre AIDS, estilizando as figuras de um anjo e de um diabo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, bem como a Sua Excelência Reverendíssima Dom Ladislau Biernaski, Bispo Auxiliar da Arquidiocese Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nós católicos entendemos como é perfeitamente válida a preocupação da igreja católica com as enormes despesas com publicidade anualmente sobre a AIDS, pois, a maioria da população pobre do país não tem acesso a um simples comprimido para um pequeno resfriado. Este ano, o Ministério da Saúde está lançando a Campanha com o lema: “Não importa de que lado você esteja, use camisinha”, usando as figuras de um anjo e um diabo para chamar a atenção.

A estratégia da campanha é um abuso ao próprio dinheiro do consumidor, induzindo, inclusive a libertinagem a promiscuidade e a permissividade sem respeitar a ética na informação, pois, carnaval deve ser tempo de alegria e não sinônimo de libertinagem. o que podem pensar pais com filhos adolescentes diante da televisão com uma mensagem dessa natureza induzindo o sexo livre?

A sociedade está revoltada com propaganda dessa natureza a custo do dinheiro público, antes disso deveria o Ministério da Saúde vestir-se de luto e ensinar seu irmão a agir cristamente com sua conduta e exemplos cristãos: “Ao levantar, transmita um sorriso a Deus. Agradeça sua vida e vá viver sua caminhada com amor. “Ao invés das figuras de um anjo e um diabo, “De um sorriso para seu irmão, mesmo que seja o mais humilde”.

REQUERIMENTO Nº 019

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública, doutor José Tavares da Silva Neto, no sentido de determinar ao setor competente da Polícia, ações rápidas e enérgicas contra os maus esportistas que comparecem aos estádios de futebol para praticarem cenas de violência e vandalismo que já se tornaram uma triste rotina nos últimos anos.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA;

O futebol é um esporte eminentemente popular, que deveria ser como antigamente, como lazer e encontro social entre as famílias.

Hoje em dia não se tem mais tranquilidade para assistir a uma partida de futebol, sob pena de participar de cenas de vandalismo e violência como as registradas nos último domingo no Estádio Couto Pereira.

A Polícia, deve e pode encontrar uma solução rápida entre seus órgãos para conter a violência e estabelecer ordem durante e depois das partidas de futebol para evitar cenas que já se tornaram uma triste rotina os confrontos entre as torcidas, pois, não havendo correção, continuará havendo reação, do contrário, o esporte rei será sucumbido lentamente no Paraná, permitindo que a segurança da população seja ameaçada dentro e fora dos estádios de futebol.

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente.

O deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes no sentido de enviar a esta Casa cópia do Contrato de concessão estabelecido entre o Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), e a empresa que opera os Ferry-Boats na Baía de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo senhor governador Jaime Lerner, vetou o Projeto de Lei nº 597/99, aprovado por unanimidade pelo Plenário desta Casa, que limitava a circulação

de caminhões e carretas sobre os ferry-boats, na travessia na Baía de Guaratuba, sob a alegação, entre outras que poderia ser comprometido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão com a empresa que opera os ferry-boats, o que motivaria a obrigatoriedade de reequilíbrio tarifária, que seria arcada pelos demais usuários do serviço de transporte de ferry-boat. Isto quer dizer que para que os caminhões saíssem dos ferry-boats os automóveis teriam que pagar tarifas maiores.

Por esta razão, esta Casa deseja conhecer o contrato de concessão estabelecido entre o Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), e a empresa operadora os ferry-boats.

REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao doutor Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, para que informe, por gentileza, a esta Casa, onde se encontra o acervo histórico do Banestado como: quadros, prêmios, troféus, diplomas, etc, especificando o número exato de cada um.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A preocupação da Assembléia legislativa, é com o acervo histórico pertencente ao banestado entre outros: quadros, prêmios, troféus, diplomas, tapetes, telas etc.

Esta Casa está apreensiva, e, para tranquilizar a todos os senhores deputados e a população em geral, pois, entendemos que sem o passado não haveria presente, e, sem o presente o que será do futuro? O passado é o espaço de tempo mais importante, portanto, a tradicionalidade se faz presente.

A história pode até ter polêmicas em fatos semi-esclarecidos, mas o tradicionalismo paranaense transcende as fronteiras do Estado.

Por esta razão, estamos certos que o Excelentíssimo secretário de Estado da Fazenda tranquilizará esta Casa dos representantes da população do Paraná, informando exatamente a quantidade e onde se encontram todos os objetos pertencentes ao acervo histórico do Banestado.

REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1. Requer envio de expediente à Universidade Federal do Paraná, ao CREA-PR (Conselho de Engenharia do Paraná), para que os mesmos procedam rigorosa vistoria em todo o duto, desde Araucária até Paranaguá, bem como nas instalações da REPAR (Refinaria do

Paraná), para que desastres ecológicos destas proporções não voltem a acontecer em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a reincidência de desastres ecológicos causados pela Petrobrás em nosso Estado, faz-se necessária uma rigorosa fiscalização no duto em toda sua extensão desde Araucária até Paranaguá e também nas instalações da Repar-Refinaria do Paraná.

Considerando que as vistorias realizadas pela própria empresa e suas subsidiárias não foram suficientes para evitar os vazamentos e que o IAP - Instituto Ambiental do Paraná não dispõe de tecnologia e pessoal apropriado para um trabalho metucioso de vistoria técnica na área de engenharia e tão somente na área ambiental, concluímos que a melhor solução seria um trabalho conjunto entre a Universidade Federal do Paraná-Crea-PR (Conselho de Engenharia e Arquitetura) e IEP (Instituto de Engenharia do Paraná), os quais são qualificados para a realização destes trabalhos.

REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Guaruapuava, que solicita com a máxima urgência a recuperação na PR-470, trecho que liga a Colônia Samambaia ao Parque Industrial da Agromalte - Agrária.

Requer ainda, após aprovado que se dê ciência aos senhores Airton Alves Bonifácio, João Alberto Farah e Joel Iatskiu, vereadores da Câmara Municipal de Guaruapuava, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 3466 - CEP 85010-970- Guaruapuava- PR.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 045

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Novo B - Sítio Cercado, principalmente nas proximidades da rua General Julião Muller Meira de Lima, tendo em vista a existência de muitos vândalos e desocupados, que ficam perturbando e assaltando a população. O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, a fim de obter maior segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 046

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Janete Wiens, residente à rua Alto Paraná - Jardim Demeterco, referente a limpeza das valetas existentes na rua em que reside, bem como as das proximidades. Ocorre que praticamente todas as valetas do bairro encontram-se sujas, repletas de lixo e mato, e ao chover, ocasionam alagamentos nas ruas e residências, causando muitos transtornos para toda a comunidade. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone de número 223-2764.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 048

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Albertina Santos, residente à rua Bendito Vieira Guimarães nº 386 - Itaperuçu, a qual, em nome dos usuários do terminal de ônibus de Almirante Tamandaré, pede providências quanto aos cães que ficam nas proximidades e até no interior desse terminal, causando transtornos para as pessoas. Segundo ela, há muitos cães no local e já é a segunda vez que ela faz tal pedido para essa prefeitura e nenhuma providência é tomada. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9903-5649.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 049

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Iracema de Lima e Silva, residente à rua São Clemente Hofbauer nº 161, esquina com a rua das Águias - conjunto Diadema II - CIC, a qual pede agilização e previsão de instalação do terminal telefônico referente à inscrição feita através do CPF 317.965.409-00 em 13 de maio de 1997. Segundo a senhora Iracema, na rua das Águias foram instalados os terminais de nºs 245-8028 e 288-2678, porém as inscrições foram feitas em tempo posterior à sua inscrição. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 277-1698 (comercial).

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Madalena de Melo, residente à rua Rio Tejo nº 201 - Bairro Iguaçu I - Município de Fazenda Rio Grande, a qual, em nome dos moradores desse bairro, pede a instalação de um aparelho telefônico público nas proximidades de onde reside, para atender toda a comunidade. O telefone público faz muita falta para os moradores, principalmente quando ocorrem acontecimentos urgentes. Pede-se a maior brevidade no atendimento do presente pedido. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 627-7150.

Sala das Sessões, em 19.02.2001

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Almerinda de Oliveira, residente à rua João Henrique da Rosa, nº 15 - Jardim Curitiba, que pede a limpeza de manilhas e bueiros existentes na rua em que reside, os quais estão entupidos e com as últimas chuvas ocasionaram alagamentos em sua residência.

Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 621-6414.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Maria do Carmo Fávaro, residente à Rua Frei Basílio Roewer, nº 10 - Guatupê, que pede a limpeza do terreno baldio sito ao lado da Academia Guatupê, tendo em vista que no local existe muito mato, lixo, insetos nocivos à saúde das pessoas, além de animais mortos.

Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 382-2685.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Vicelli, residente à rua Castro, 765 - Bairro Guaraituba, que pede a colocação de saibro na rua em que reside, devido a existência de muitos buracos na mesma.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 666-9384.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Vicente Troiano Neto, sugerindo à Comissão de Organização e Divisão Judiciária daquele egrégio tribunal, que faça constar no Anteprojeto de Lei de Reestruturação do Judiciário, a criação de mais uma Vara Cível e uma Vara de Família, Infância e Juventude na Comarca de Colombo, Paraná.

Requer, ainda, seja encaminhado, com urgência, o respectivo anteprojeto à Assembléia Legislativa para deliberação, pela necessidade de melhorias na estruturação do Judiciário Paranaense.

Justifica-se tal solicitação, para atender a Comarca de Colombo, que tem jurisdição no município de Colombo, atualmente com aproximadamente duzentos mil habitantes, e necessita com urgência a criação de mais uma Vara Cível e ainda a Vara de Família, Infância e Juventude, criando assim melhores condições no atendimento judicial à população colombense.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Serlopar solicitando informações conforme especifica.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Diante da veiculação de informações pela imprensa paranaense de que muitas casas de jogos (bingos) encontram-se irregulares no nosso Estado, solicitamos ao Serviço de Loterias do Paraná - Serlopar, as seguintes informações:

01 - Quantas casas de jogos (bingos) estão cadastradas na Serlopar;

02 - Quem são os titulares de cada uma destas empresas?

03 - De que forma estas empresas comprovam sua movimentação financeira mensal?

04 - Fornecer um balancete pormenorizado dos recolhimentos destas empresas à Caixa Econômica Federal, à Serlopar, ao Ministério do Esporte e Turismo e às entidades filantrópicas;

05 - Relação das entidades filantrópicas e cópia de contratos firmados com as mesmas;

06 - Cópia de convênio assinado entre a Serlopar e a Caixa Econômica Federal;

07 - De que forma a Serlopar autoriza o funcionamento destas casas de jogos (com base em que dispositivos legais)?

08 - Diante da constatação de bingos irregulares no Paraná, quais as providências que estão sendo tomadas pela Serlopar?

09 - Qual o prazo para regularização dos bingos?

10 - Quantos novos pedidos de licença estão sendo analisados pela Serlopar e quais os critérios para análise?

REQUERIMENTO Nº 083

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Copel, solicitando informações referentes a venda de dados cadastrais de usuários.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme veiculado pelos órgãos de imprensa do nosso Estado na semana passada, a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica estaria efetuando a comercialização (venda) de dados cadastrais (nome e endereço) dos usuários de energia elétrica fornecida pela Empresa de todo o Paraná e empresas particulares.

A comercialização de banco de dados nos parece invasiva à privacidade do usuário, já que seu nome e endereço vão parar nas mãos de terceiros que, dizem, fazem uso destes dados para efetuarem divulgação comercial.

Com o avanço da informática, o processamento eletrônico permite o fluxo de dados através de fronteiras imagináveis, gerando um intercâmbio de informações com finalidades as mais diversas. Se, por um lado, isso abre perspectivas fantásticas de democratização da informação e a racionalização das relações entre o cidadão e o Estado, por outro lado, pode colocar em risco o direito ao sigilo, em relação a terceiros, dos dados pessoais informatizados, restringindo liberdades individuais.

Diante do exposto, requer à Copel as informações abaixo relacionadas:

01 - A Empresa Copel confirma a venda de dados de cadastros pessoais a terceiros?

Se confirmada a veracidade da informação acima, favor informar:

02 - A quantos empresários foram vendidos os cadastros/Relacionar as empresas;

03 - Desde quando a empresa vem comercializando estes dados?

04 - A que valor é vendido cada cadastro individual?

05 - Quantos cadastros foram vendidos até agora?

06 - Quanto o valor total arrecadado até agora com esta prática?

07 - A venda destes cadastros foi precedida de consulta aos consumidores de energia elétrica?

08 - Qual a base legal utilizada para esta prática?

REQUERIMENTO Nº 085

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando as seguintes informações:

- Nomes das empresas contratadas para prestação de serviços ao governo nas áreas de limpeza, segurança, aluguel de veículos e alimentação; e,

- Cópia dos contratos e prestação de serviços e os respectivos valores envolvidos nas contratações.

JUSTIFICATIVA:

Por ser prática muito comum, neste governo, a terceirização de serviços através de contratações de empresas privadas, torna-se fundamental o esclarecimento a esta Casa e a sociedade paranaense a natureza desses contratos e de que maneira foram firmados, pois, entre outros possíveis questionamentos, é mister verificar se estão sendo atendidos os princípios da economicidade e razoabilidade.

Portanto, para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelo senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 094

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando determinar aos órgãos competentes no sentido de providenciar a colocação de sinalização adequada na rodovia que liga Realeza a Santa Izabel do Oeste, ao trevo para Francisco Beltrão, e ao trevo para Cascavel.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Percorrendo o interior do Estado, recebemos inúmeras solicitações das populações interioranas, quanto à conservação e especialmente sobre a sinalização como a que recebemos de apelos angustiantes do Rotary Club de Realeza, no sentido de solicitar a sinalização na rodovia que liga Realeza a Santa Izabel do Oeste, ao trevo para Francisco Beltrão e ao trevo para Cascavel, pelo menos horizontalmente.

A referida rodovia encontra-se sem sinalização alguma, causando transtorno para os usuários.

A sinalização pretendida evitará os constantes acidentes automobilísticos.

Estamos certos que o senhor secretário Nelson Justus determinará as providências necessárias, informando-nos para que possamos transmiti-las aos interessados da região.

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, doutor Ramiro Warhraftig, solicitando que seja fornecida a este parlamentar relação dos doutores e mestres formados às expensas da Universidade Estadual de Maringá, nos últimos cinco anos, bem como resposta às seguintes indagações:

- os doutores e mestres encontram-se no exercício de suas funções na própria universidade?

- se houveram transferências, para quais universidades?

- ao término das graduações, quantos se aposentaram e quanto tempo após?

- a Universidade Estadual de Maringá informa que 289 professores encontram-se em cursos de doutorado e mestrado. Gentileza informar nomes, onde se encontram cursando e previsão de término do curso.

Solicita ainda o requerente que seja enviada cópia do presente requerimento à Reitoria da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado, informações sobre onde se encontra e qual a situação do Projeto de Resolução nº 034/91, de autoria do deputado Algaci Tulio, que prevê a descentralização das atividades da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 086

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para que a Mesa Executiva nomeie uma Comissão Especial para apurar denúncias que envolvam membros do Tribunal de Contas em irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Maringá e que estão sendo investigadas pelo Ministério Público.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A razão da instalação desta Comissão Especial de Investigação é apurar as denúncias pela imprensa paranaense, é apurar as denúncias veiculadas pela imprensa paranaense nos últimos dias envolvendo a cidade de Maringá, caso específico do ex-secretário da Fazenda Luiz Antonio Paolicchi, no qual foram citados membros do TC.

O Tribunal de Contas do Paraná é um órgão auxiliar à Assembléia Legislativa, cabendo aos deputados a constante função fiscalizadora. A criação desta Comissão Especial de Investigação tem como meta principal preservar a imagem da instituição Tribunal de Contas e seus membros.

REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da entrevista do deputado federal Luiz Carlos Hauly, ao jornal Gazeta do Povo, de 04 de fevereiro de 2001, à folha 17, sob o título: "Sistema tributário impede desenvolvimento".

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao senhor deputado Luiz Carlos Hauly, bem como ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, o eminente deputado federal Luiz Carlos Hauly, traduziu muito bem o assunto sobre privatizações e especialmente o sistema tributário que impede o desenvolvimento.

A sociedade brasileira está farta com a carga tributária, pois entendemos e participamos dos mesmos ideais contra esse sistema tributário injusto e maior do mundo. A manifestação do senhor deputado Hauly, sensibilizou-nos profundamente, porém, discordamos da cobrança do Imposto de Renda sobre salários, pois julgamos que salário não é renda. Sua cobrança prejudica sensivelmente os assalariados, especialmente os da classe média-baixa, todavia, apesar das teorias filosóficas e dos esforços dos estadistas, a luta do assalariado por melhor compensação de seus serviços, ainda continuará. E o mal-estar que se nota, tanto na baixa remuneração como na desproporção

entre o lucro das grandes empresas e a remuneração e o Imposto de Renda do assalariado.

Numa democracia, com efeito, tudo se pode resolver. Está nas mãos dos nossos congressistas a solução muito bem levantada pelo deputado Luiz Carlos Hauly para a adoção de único imposto. Citamos como exemplo o Estados Unidos, onde, na compra de uma caixa de fósforo ou uma simples agulha, recebemos a nota já com o imposto incluído.

Somados os impostos cobrados pela União, pelos Estados e pelos municípios, o brasileiro paga atualmente cerca de 41 (quarenta e uma) taxas. Tantas cobranças fazem da carga tributária do país - cerca de 33% do Produto Interno Bruto - PIB, a mais pesada do mundo, se comparada à qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão. “É o único país com carga de primeiro mundo e serviços de país emergente. Além disso, temos um sistema troglodita de arrecadação” (afirmação do jurista Ives Gandna Martins).

Além dos impostos, quem pode ainda paga aposentadoria complementar, plano de saúde, despesas com segurança e outros mais, para suprir a deficiência do governo.

“Ninguém desconhece que, a cada dia, uma enxurrada de dinheiro é despejada sobre o insaciável lago das finanças públicas, enxurrada que se forma em dezenas de fontes tributárias que se criaram permeando os passos da sociedade, dinheiro que é descontado dos vencimentos públicos e dos salários privados; das empresas; das operações de compra, de venda, de doação e até das heranças; do uso de veículos, de taxas e tarifas a mancheias, algumas até ferindo todos os princípios legais tributários e constitucionais, cobrados duplamente, como é o caso da CPMF, na qual o cidadão paga o imposto que incide sobre a operação comercial e paga um imposto pela utilização da moeda. Sim, porque não é outra coisa senão a moeda simplificada, mas institucionalizada, com a particularidade de que somos obrigados a pagar para usá-la. E esse pagamento vai se somar à enxurrada que, a cada 24 horas, ingressa no erário.

Pois, apesar desse incrível moto-contínuo financeiro, o Estado está sempre sem recursos para satisfazer ao menos as suas atribuições essenciais.

Toda essa torrente monetária que deságua nos cofres públicos, na relevante etapa da sua aplicação, sofre uma triste e injustificável corrosão. Não se nega que uma parte se destina a atender finalidades de interesse público - como determina a lei e como é dever do governo - mas uma parcela ponderável se perde nas incontáveis vertentes que afetam e depreciam o dinheiro do povo.

E o vocábulo vertente é apropriado à questão, pois o que ocorre é como se estivéssemos apertando uma porção de água com nossas mãos e o líquido a verter por entre nossos dedos.

Como é lógico e contabilmente correto, o dinheiro entra no Tesouro e dele sai. As maiores vertentes, por certo, estão na saída, conforme se demonstrará, mas a

vertente, eventualmente, pode começar na entrada do dinheiro. Sim, cada vez que um tributo deve ser recolhido e não o é, ou cada vez que é recolhido abaixo do que seria correto, aí estará uma grave vertente.

Se quisermos, portanto, ter, no futuro, um Estado bem conduzido e os dinheiros do povo bem administrados, haveremos que exigir no próximo século, a cada final de exercício, despesa inferior à receita. Exatamente como precisamos fazer quando administramos o nosso próprio dinheiro” (do livro *Vertentes do Dinheiro Público*, do doutor João Féder).

REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da entrevista do senador Álvaro Dias ao jornal Impacto - Paraná, de 03 a 09 de fevereiro de 2001, às folhas 20, 21 e 22, sob o título: “Paraná está à beira da inviabilidade”.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao senhor senador Álvaro Dias, bem como ao jornalista Luiz Fernando Fedeger, diretor do jornal Impacto - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O senhor senador Álvaro Dias, em entrevista exclusiva ao jornal Impacto - Paraná, colocou seu posicionamento nas diversas questões, muito especialmente sobre o Banestado, Copel e a política administrativa do Estado do Paraná.

O sentimento paranista autoriza-nos a solicitar a transcrição da mencionada entrevista nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como resgate histórico das raízes paranaenses.

A decidida vocação em prol da causa pública, tem feito do senador Álvaro Dias um político, no bom sentido, inspirado no desejo de servir com coragem e abnegação, entregando-se ao estudo dos problemas do povo, com sacrifício de seus próprios afazeres, abdicando do direito ao descanso, para trabalhar pelos interesses da população, sacrificando o aconchego da família para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos.

Não fugiu ao mandato que lhe foi outorgado, antes o nobilitou, pela serenidade e patriotismo de suas atitudes.

Não fez e não faz da tribuna parlamentar pelourinho para atacar adversários, nem pedestal para a estátua da vaidade, antes dela, tem servido para combater o bom combate pela justiça e pela democracia.

REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo sob o

título “Apreciação Errônea sobre João Goulart”, de autoria do doutor Léo de Almeida Neves, publicado dia 28 de janeiro último no jornal Folha do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor Léo de Almeida Neves, bem como à direção do jornal Folha do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

João Belchior Goulart, nasceu em 1º de março de 1918, na mesma terra em que nasceu Getúlio Vargas, São Borja, Rio Grande do Sul, fronteira do Brasil com a Argentina.

João Goulart, o mais velho de uma família de 7 (sete) irmãos, aos 23 anos se encarregou dos negócios do pai, um rico estancieiro cuja fortuna aumentou percorrendo o Rio Grande do Sul, à pata de cavalo, nas lides de tropeiro, para comprar e vender gado.

Grande pecuarista, sentiu de imediato o grave empecilho na comercialização de gado, cujo comércio era donimado por frigoríficos pertencentes a grupos multinacionais. Iniciou movimento, sentindo o problema da classe, com a finalidade de dar proteção aos criadores de gado e preservar os interesses brasileiros na comercialização do produto.

Pela forma de atuação, desde logo, Goulart foi granjeando simpatia com respeito e sem demagogia, desenvolvendo uma política nacionalista e voltada inteiramente para a defesa das classes trabalhadoras e do Brasil.

A seriedade no trato dos problemas afetos aos pecuaristas, lhe valeu a confiança do povo e uma projeção no cenário político do país, ocupando sucessivamente os cargos de deputado estadual, deputado federal, secretário do Interior e Justiça, ministro do Trabalho, vice-presidente da República, duas vezes, presidente do Senado e presidente da República.

Vice-presidente no governo de Kubitschek, sobretudo por meio do PTB, deu suporte a seu governo, assegurando tranqüilidade ao regime, até 1960, quando as tensões do desenvolvimento aguçavam as lutas sociais.

Reeleito vice-presidente no governo de Quadros, que foi sustentado pela oligarquia financeira e pelas mesmas forças que derrubaram Vargas em 1954, que tinha sido eleito com um respaldo de 6 milhões de votos.

Com a renúncia de quadros, ao contrário do que os adversários difundiam, Goulart não estava despreparado para dirigir o País. Chegando ao Brasil, após dez dias de crise, em 7 de setembro de 1961, tinha mais condições para exercer o cargo de presidente da República do que Jânio Quadros. Levava um programa de governo e das reformas de base e larga experiência na política federal, o que lhe dava uma visão mais ampla, menos provinciana dos problemas brasileiros.

Goulart, no entanto, recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte. A renúncia de Quadros

expressava essa necessidade. Ele julgara a Constituição estreita, inadequada, e tentou traumatizar a Nação com aqueles gestos, a fim de compelir o Congresso a ampliar os poderes do presidente da República. Falhou. E o resultado foi que a maioria conservadora no Congresso aproveitou a oportunidade para dar o golpe e reduzi-los, com a emenda parlamentarista, cujo hibridismo sacramentava o impasse constitucional. Nem Goulart nem o Conselho de Ministros, aprovado pelo Congresso, tiveram forças para enfrentar a situação que a aspiral inflacionária determinava.

O deputado Tancredo Neves, incumbido de compor o primeiro gabinete parlamentar da República, encontrou o País como ele próprio dizia: “numa situação já bastante difícil”, com uma reforma cambial drástica iniciada, cuja implementação impunha medidas ainda mais drásticas. Quadros não teve coragem ou condições para tomar, sem dúvida a Instrução 204, da Sumoc, deflagrando a reforma cambial, privou o poder público de recursos - o saldo dos ágios - tão ou mais importante para seu esquema financeiro que o Imposto de Renda. Da posse de Quadros, em janeiro de 1961, até quando Goulart assumiu a presidência da República, o governo emitiu cerca de 87 bilhões de cruzeiros, dos quais 58 bilhões em apenas duas semanas durante a sedição dos três ministros militares.

Grupos financeiros, externos e internos, procuraram criar, com a elevação desenfreada do custo de vida e a especulação no mercado cambial, uma situação insustentável, que justificasse perante o povo, a implantação de uma ditadura de direita.

A questão agrária, com seu potencial revolucionário, entrava em pauta ainda no tempo de Kubitschek, ao se organizarem, em Pernambuco, as Ligas Camponesas. Desde então, invasões de terras, em Pernambuco, se sucederam e se alastraram pelos Estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e daí para todo o Brasil, como consequência ainda a expansão capitalista que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos. Era necessária a reforma da propriedade agrícola, conforme Goulart já em 1958 preconizava, inclusive para possibilitar a ampliação do mercado interno. Mas, a burguesia brasileira, subordinada às finanças internacionais e ligadas umbilicalmente ao latifúndio, relutava em promover ou mesmo rechaçava qualquer mudança na estrutura agrária, embora a estrutura dos trabalhadores se deteriorasse cada vez mais. Dois meses após a investidura de Goulart, de 15 a 17 de novembro de 1961, um Congresso Camponês reuniu em Belo Horizonte cerca de 1600 delegados, com faixas e cartazes que diziam: “Reforma Agrária já, Reforma Agrária na lei ou na marra”.

O Regime Parlamentarista não oferecia ao presidente da República a necessária força para implantar as reformas de base que se fazia necessário, quando, então, começou a campanha através de plebiscito, para que o País retornasse ao Regime Presidencialista.

O povo brasileiro não seguiu o conselho da Record American - o que era bom para os Estados Unidos, naturalmente não seria bom para o Brasil. E cerca de 9 milhões de eleitores em 10 milhões, ratificaram o mandato de Goulart, dizendo “sim” ao presidencialismo e ao programa de reformas de base, que se vinculava à sua restauração. Goulart considerou aquele resultado como outra eleição, sua verdadeira eleição para Presidente da República. A mais expressiva de toda a história do País, maior do que a de Quadros, até então recorde, com 6 milhões de votos.

Goulart, na sua administração, encontrou as mais diversas dificuldades, tanto de ordem social como econômica. O País estava novamente em situação lastimável, apresentando um quadro econômico dos mais tenebrosos e uma espiral inflacionária que já chegara ao limite de estrangulamento.

De acordo com as cifras oficiais, US\$1.814 (hum bilhão e oitocentos e quatorze milhões de dólares) em empréstimos e investimentos, entraram no Brasil entre 1947 e 1960, e saíram no mesmo período, US\$2.459 (dois bilhões e quatrocentos e cinquenta e nove milhões de dólares) sob a forma de remessa de lucros e juros, deixando um saldo negativo da ordem de US\$645 milhões de dólares, que em realidade era muito maior, pois sob a rubrica “serviços”, ainda se evadiram mais de US\$1.022 (hum bilhão e vinte e dois milhões de dólares), com remessa clandestina de lucros. Com a aprovação da nova lei de remessa de lucros, em fins de 1961, não só as empresas estrangeiras intensificaram a transferência de recursos para suas matrizes, reduzindo, por conseguinte, a taxa de reinvestimento em mais de 50%, como também uma Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, comprovaria os investimentos diretos daquele país no Brasil entre 1961 e 1962, somando US\$22 milhões de dólares, enquanto as transferências de lucros de suas empresas montaram a mais de US\$59 milhões de dólares, dando-lhes um saldo positivo de US\$38 milhões de dólares em apenas dois anos.

O governo de Goulart não se limitou apenas a reagir em defesa da economia nacional, como no caso das importações de petróleo e de matéria prima pela indústria farmacêutica, buscando contornar, mesmo em oposição aos Estados Unidos, o déficit da balança de pagamentos. Ele adiantou uma série de importantes medidas, ofuscadas na época pelas questões políticas e posteriormente, pelos seus adversários. A diplomacia de Goulart não se resumiu a condenar as ofensas à soberania nacional e ao direito de autodeterminação. Identificada com o Terceiro Mundo, ela visou a criar condições para que o Brasil expandisse e diversificasse o seu mercado exterior. Dentro desse princípio, o governo de Goulart estabeleceu relações com a República Popular da China e se voltou para os países da África e da América Latina, ampliando tanto quanto possível o intercâmbio comercial.

Sua política interna se definiu pela preocupação social. Goulart convocou a III Conferência Nacional da

Saúde para debater o Plano Nacional de Saúde, proposto pelo Ministro Wilson Fadul, e indicou a solução como consequência do desenvolvimento econômico e da melhor distribuição da renda.

Na área do Ministério do Trabalho, o governo de Goulart determinou a venda, com financiamento a longo prazo, dos conjuntos construídos pelos Institutos de Previdência, em todo o Brasil, beneficiando cerca de 100.000 famílias. Iniciou a execução do projeto de instalação de hospitais regionais da previdência social e instituiu a aposentadoria especial em função da natureza do serviço. Também incentivou a formação de sindicatos rurais, cujo número saltou de 300, em julho de 1963, para cerca de 1500 em março de 1964.

Apesar de todas as vicissitudes que conturbaram a sua administração, Goulart realizou ainda inúmeras obras e assentou as bases de significativos empreendimentos, muitos dos quais frutificaram após a revolução de 1964. Regulamentou o Código Brasileiro de Telecomunicações, nacionalizando os serviços de telefonia, telegrafia, radio-difusão, alargando a rede de telex, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações, que passou com a ampliação da rede de telex a cobrir além do Rio de Janeiro e Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, por meio de convênios com empresas internacionais a 72 países.

Em seu governo foi criada a Eletrobrás e reformulada a legislação sobre o Fundo de Eletrificação que ampliou de forma extraordinária os recursos da empresa, e, em menos de um ano e meio de efetivo funcionamento, a Eletrobrás investiu cerca de Cr\$24 bilhões de cruzeiros, assegurando a capacidade nacional na geração de energia elétrica. Com o mesmo objetivo, ele decidiu, ainda promover o aproveitamento de Sete Quedas, no Rio Paraná, determinando a elaboração de estudos para a construção de gigantesca usina, com capacidade instalada de 10 milhões de kw cerca de 150% de todo o potencial então existente no Brasil. E para tornar possível a concretização do projeto, para o qual elegeria a localidade de Itaipu, o Itamarati, já àquela época iniciou os entendimentos com o Governo do Paraguai.

Durante sua administração, Goulart, incentivou a Companhia Vale do Rio Doce a construir o porto de Tubarão. No curso de seu governo ele inaugurou três grandes usinas - Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória - e autorizou a Petrobrás a desenvolver atividades no setor de distribuição a granel de derivados de petróleo, concedendo-lhe finalmente monopólio para o fornecimento aos órgãos do governo, até então a cargo dos trustes internacionais.

As atenções do governo de Goulart, se voltaram igualmente à indústria de bens de capital, cujo desenvolvimento a Instrução 113 prejudicava, possibilitando a importação maciça de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Essa política vigente desde a gestão de Café Filho, e mantida na de Kubitschek, mudou através da Instrução 242, da Sumoc. O governo de Goulart

proibiu, terminantemente, o registro de financiamento estrangeiro para a importação de máquinas e equipamentos que a indústria nacional pudesse fabricar.

Goulart procurou desse modo, recuperar o projeto de Vargas, retomar-lhe o caminho, reorientando o processo de industrialização, distorcido pela Instrução 113, para os setores de base para a produção de bens de capital com o objetivo de viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capital brasileiro. E suas medidas de sentido nacionalista, contrariaram os interesses de poderosos cartéis internacionais, particularmente dos capitais norte-americanos.

Vinha Goulart desenvolvendo um trabalho dos mais promissores em defesa dos interesses nacionais, dando apoio às iniciativas privadas fundamentadas em projetos que atendia as normas de expansão, ampliando o crescimento da indústria nacional de forma democrática e num clima de harmonia, adotando uma política expansionista, sem contudo criar instabilidade econômica e financeira ao País.

Mas, logo os trustes estrangeiros começaram a sentir que seus interesses estavam sendo ameaçados, pois o Brasil estava num processo de industrialização em franco crescimento e tirando as multinacionais a perspectiva de continuarem a dominar o comércio brasileiro, notadamente nos setores industriais, com a fabricação de bens de consumo duráveis, ou seja, máquinas para as indústrias e equipamentos para as atividades agrícolas.

A partir de então, começaram novamente, como ocorreu no governo de Getúlio Vargas, as tramas para criar no País um clima de insegurança e descontentamento do povo, forçando por meio de expedientes obscuros com a participação de grupos brasileiros engajados aos interesses norte-americanos fomentando com propaganda contra o governo de Goulart a formação de greves generalizadas no País, provocando a elevação dos índices de inflação a um espiral quase insustentável.

O governo norte-americano através de seus órgãos de representações diplomáticas no Brasil, chefiados pelo embaixador Lincol Gordon e com a participação direta e objetiva da CIA, iniciou, certamente, forçado por grupos multinacionais daquele país, aqui instalados e com seus interesses ameaçados, um clima de traição, começando por corroer as bases governamentais, numa atividade espúria, tendo lastimavelmente a participação de brasileiros anti-nacionalistas, que certamente com os olhos ofuscados pelo brilho do dólar americano, tramavam contra a política desenvolvimentista adotada por Goulart, bem como tramavam contra o regime de democracia plena que sempre nortearam o governo de Jango.

A pressão norte-americana ao governo de Goulart, se tornava a cada dia mais violenta, a partir do assassinato de Kennedy. E o deputado Sérgio Magalhães, observou que o crime de Dallas possivelmente ainda não resolvera as contradições entre as correntes reacionárias dos Estados Unidos, a exaltada e a moderada, e que a luta prosseguiria, talvez durante algum tempo. Advertiu então

o povo brasileiro para que ficasse numa atitude de expectativa e, antevendo a ameaça de uma ofensiva sem precedentes contra a soberania dos países latino-americanos, previu que a primeira consequência da nova política norte-americana seria o golpe nas nossas instituições para facilitar os acordos antinacionais e calar a voz dos nacionalistas.

Assim enquanto o departamento de Estado se empenhava na secessão do Brasil e na desestabilização do governo de Goulart, a conspiração, estimulada pelo aguçamento das contradições internas, evoluiu da defensiva, como alguns dos seus líderes e apresentaram, para a ofensiva, isto é, para o desencadeamento não de simples golpe de estado, mas de uma guerra civil. Os artifícios do movimento esperavam a resistência de Goulart, contavam com a possibilidade de instalação de um governo de esquerda no Nordeste, com a erupção de focos de guerrilha no centro Sul do País.

O governo de Goulart só poderia contar com os trabalhadores urbanos e rurais, segmentos das classes médias e setores frágeis e descontentes com a burguesia nacional, que resignavam contra o capital estrangeiro. Com efeito dentro das circunstâncias criadas, Goulart optaria pelo caminho de permanecer fiel às suas origens políticas e coerentes com seus objetivos, empenhado em levar a efeito a campanha pela reforma agrária. Estendeu aos trabalhadores do campo os benefícios da previdência social, assistência médica, auxílio-doença e aposentadoria tanto por invalidez como por idade. Assinou decreto obrigando as empresas com mais de 100 empregados a proporcionar-lhes ensino gratuito e enviou ao Congresso Mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário e instituiu a escala-móvel para o reajuste de seus vencimentos, direitos já aprovados para operários.

Outras medidas que tomou, feriram o imperialismo norte-americano. Iniciou processo com o objetivo de promover a nulidade ou a caducidade das autorizações para pesquisa e lavra de minérios em todo o País. Cassou a cessão da Companhia de Mineração Curral Del Rey, subsidiária da Hanna Co.

Tabelou os óleos lubrificantes vendidos pela Esso, Shell, Texaco, etc. quebrou o domínio da Gas Ocean sobre o mercado brasileiro e outorgou à Petrobrás o monopólio das importações de petróleo, através dos quais até então, as refinarias particulares aliadas aos trustes estrangeiros, transferiam recursos do País para o exterior, fraudulentamente, pagando por um tipo de óleo mais caro, quando na verdade recebiam outro de qualidade inferior.

Essas medidas contrariaram frontalmente os interesses norte-americanos e os nacionalistas já exigiam, como complementação do governo que estabelecesse o monopólio estatal do câmbio e das exportações de café. A mais importante medida de Goulart, que afetava as raízes do imperialismo norte-americano no Brasil, constituiu, porém, na assinatura do decreto regulamentando a lei sobre as remessas de lucros para o exterior. O embai-

xador americano tentou evitar, com pertinácia, que ela se concretizasse e fez tanto pessoalmente, quanto através de amigos com acesso à intimidade presidencial. E a cada medida tomada por Goulart em favor dos interesses brasileiros, era uma ferida aberta no dominante capital estrangeiro que reagiam cada vez com mais força auxiliados por inescrupulosos brasileiros que a cada passo entregavam o país da mesma forma de que Judas traiu Cristo, só que não foram com apenas 30 moedas de prata, mas sim, hipnotizados por altas somas de dólares americanos.

Goulart já vislumbrava muitos caminhos.

Se nunca pensou seriamente em dar o golpe de estado, apesar de todas as pressões que sofrera, também nunca, em realidade cogitou em renunciar. Acreditava, intimamente, que sua trincheira era a legalidade, e em nome da qual assumiu a presidência. E não alimentava as aspirações comunistas que seus adversários lhes atribuíam. Sua grande ambição era realizar as reformas sobretudo a da estrutura da propriedade rural, e as incompreensões com que se defrontava no exercício diário do governo embaraçava-lhe os passos.

Mais que defender o governo, portanto, importava, naquele momento, conservar sua liderança. O governo, apesar e por causa de suas realizações e medidas contra o imperialismo e o latifúndio, enfrentava graves dificuldades no exterior e no interior do País. Conseguira reduzir o déficit da balança de pagamentos de trezentos e quarenta e três milhões de dólares, em 1962, para 248 milhões, em 1963, tendo as exportações brasileiras aumentado de US\$1250 milhões para 1.370 (um bilhão trezentos e setenta milhões de dólares), no mesmo período. Mas, obrigações externas assumidas pelo governo de Kubitschek e Quadros, ascendiam a quase US\$3 bilhões de dólares dos quais cerca de 60% exigíveis no biênio de 1964-65, comprometendo cerca de 70% das exportações brasileiras em moedas conversíveis. E essa situação se tornava mais dramática devido ao rigoroso cerco econômico e financeiro que os Estados Unidos promoviam contra seu governo.

Perante uma população de 200 mil pessoas o governo de Goulart anunciou que remeteria ao Congresso Nacional mensagem propondo as reformas seguintes:

1 - Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro;

2 - Reforma política com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças do pré;

3 - Reforma universitária, assegurado pela liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade da cátedra;

4 - Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao presidente da República;

5 - Consulta à vontade popular, através de plebiscito, para referendun das reformas de base.

Estas reformas evidentemente, não visam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas, sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia. A reforma agrária, que a burguesia

nacional, retardatária, raquítica e vinculada ao latifúndio, não tivera condições de executar, pois constituía sobretudo, num instrumento para a espoliação do mercado interno, necessário ao desenvolvimento do próprio parque industrial do país. Numa população de 70 milhões de habitantes, 3.350.000 possuíam terras, sendo que 2,2% ou seja 73.737 proprietários ocupavam 58% da área total dos hectares, e Goulart se orientava no princípio de que o uso da propriedade é condicionada ao bem estar social.

A cada dia que passava, mais grave se tornava a crise interna no país e o governo de Washington acionava a operação que consistia na expedição para o Brasil de um força-tarefa, composta por porta-aviões, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados com armas e mantimentos, bem como, quatro petroleiros com um total de 136.000 barris de gasolina comum, 272 mil barris de combustíveis para jatos, 87.000 barris de gasolina para aviões, 35.000 barris de óleo diesel e 20.000 barris de querosene. A fim de atender as necessidades mais prementes, enviou também 7 aviões de transporte C-135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões tanque, um avião de comunicação e um posto aéreo de comando. Estabeleceriam uma ponte-aérea ligando as bases norte-americanas e o Brasil. O general George S. Brow chefiava a operação, que contaria ainda com a participação de uma força ultra-secreta do Exército, Marinha e Aeronáutica e CIA., posta em ação na base do Panamá.

Essa mobilização, certamente, não visa apenas fornecer apoio logístico, mas também intervir militarmente no Brasil, se necessário. Os chefes conjuntos do Estado-Maior do Pentágono tinham diversos planos, pois já tinham desembarcado no nordeste cerca de 5.000 oficiais, sub-oficiais e sargentos norte-americanos, os “boinas-verdes”.

Uma operação de tamanha magnitude, não se realizaria, certamente, sem a convivência e o conhecimento, pelo menos em linhas gerais, de alguns brasileiros. Havia a necessidade de condená-la, pois feria nossa soberania. Mas, no entanto, essa mobilização estaria coordenada com a sublevação interna, que, sem o apoio imediato dos Estados Unidos, Goulart poderia reprimir. Por isso e não por dedução, como alegaria Walters, soube que a sedição de Minas Gerais ocorreria em 31 de março. A CIA. colaborava com as diversas correntes de oposição a Goulart, seus agentes se reuniram, algumas vezes com o marechal Denis. Na véspera da eclosão do movimento, a CIA. também transmitira as declarações de um comandante de tropas de Minas Gerais afirmando: “O Presidente Goulart deve ser removido e removido as pressas. Não há possibilidade de solução legal. Se as Forças Armadas não agirem agora, cedo elas ficarão sem líderes”.

Nos dias em que o golpe de Estado se desenvolveu, Goulart ouviu de oficiais superiores frases como esta: “Os oficiais não estão contra o presidente, mas, sim, contra os comunistas”. Havia soviéticos no Rio de Janeiro,

ou São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o C.G.T., esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo cumprir os salários, queria interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava a remessa de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses imperialistas norte-americanos, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era enfim, a própria democracia que com a presença do Goulart na presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.

Efetivamente, pela primeira vez no Brasil, a pressão dos trabalhadores alcançava o nível da presidência da República, influenciando o comportamento e as decisões políticas do governo. Este fato aguçou a crise de dominação de classe, à medida em que a Burguesia, na trilha do imperialismo norte-americano bandeou-se para a oposição e não sobrou a Goulart como respaldo, em meio a turbulência social, senão a massa de assalariados. E essa contradição entre o Estado burguês, intacto e o governo trabalhista liquidaria Goulart, a menos que ele se dispusesse ou a liderar uma revolução social, arrastando às consequências de uma guerra civil e da intervenção norte-americana ou a capitular diante das classes dominantes e permitir a repressão dos organismos de representação popular.

Na tarde de 31 de março de 1964, as tropas de Mourão Filho evoluíam na direção do Rio de Janeiro e as do general Guedes avançava, contra Brasília. Kubitschek, que rechaçara o convite do deputado José Maria Alkimim para aderir ao movimento de Minas Gerais, procurou Goulart e lhe propôs uma solução política para o problema, mas essa solução tão somente atendia seus interesses no sentido de preservar a legalidade constitucional, a fim de assegurar eleições de 1965, e conseqüentemente sua provável reeleição para a Presidência da República.

À noite na presença de alguns ministros, Goulart recebeu um telefonema de Krueel, comandante do II Exército, que impôs para servir como mediador, condições notadamente antidemocráticas, Goulart não aceitou aquelas exigências, pois ele não queria um governo fraco, pior que o Parlamentarismo e que ele não seria um presidente decorativo. Em seguida, ao perceber o tom de “ultimatum”, passou a tratar Krueel cerimoniosamente, dizendo-lhe com rispidez: “General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições, eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas convicções. Ponha as tropas na rua e traia abertamente”.

Na manhã de 1º de abril a situação já definia o governo de Goulart, nada mais podia se fazer. Se concordasse em renunciar as forças e restringir os direitos dos trabalhadores, não continuaria no governo. Mas não o faria. O governo pelo governo não interessava. Se em janeiro dissera a Wilson Fadul, ministro da Saúde, que preferia ser deposto a enrolar a bandeira das reformas,

não capitularia, agora, quando as baionetas, tanques e canhões o ameaçavam, com a cobertura dos Estados Unidos.

Naquela noite de 1º de abril, Darcy Ribeiro enviou ofício ao Congresso Nacional, comunicando que Goulart viajara para Porto Alegre. Não obstante, sabendo que ele se encontrava em território nacional e não renunciara. O senador Auro Moura Andrade, presidente do Congresso, convocou uma Sessão Extraordinária e, ao abri-la declarou em breves minutos, violentando as normas constitucionais e o próprio Regimento Interno da Casa, a vacância do cargo de presidente da República, consumando-se assim, o golpe de Estado. O senhor Ranieri Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados, chegou dessa maneira ao Palácio do Planalto. Não observou qualquer formalidade legal, como por exemplo, a votação do “Impeachment”. Mas bastou para que o embaixador americano, Lincol Gordon, recomendasse o reconhecimento do novo governo, ilegítimo e inconstitucional. E Johnson telegrafasse imediatamente a Mazilli, felicitando-o pela sua investitura na presidência da República.

E assim, mais uma vez a pressão dos capitais estrangeiros se fizeram presentes na política brasileira e mais uma vez um líder nacionalista da mesma linha de Vargas e como ele, foi impedido pela força do arbítrio em levar avante uma política defensora dos interesses nacionais e para o povo brasileiro. A injustiça contra Goulart, não cessou em 64, ela veio até 6 de dezembro de 1976, quando faleceu em sua fazenda em Mercedes, norte da Argentina, longe de sua pátria, longe de seu povo, no exílio. E a injustiça ainda se faz presente até nossos dias desta vez contra sua memória

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da mensagem de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, na Homilia da bênção da nova Capela da Assembléia Legislativa do Paraná realizada hoje, por ocasião da inauguração com a Santa Missa, concelebrada por Dom Pedro Fedalto, Reverendíssimo padre Gustavo Henrique Pereira Filho, nosso querido capelão e pelo diácono Lando Kroetzer.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Assistimos hoje a inauguração da nova Capela da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a Santa Missa, bênção do prédio, dos paramentos, sacrário, cálices, patenas, cibórios, âmbulas, etc., sob a coordenação de Dom Pedro Fedalto, e, com a presença de vários

senhores deputados e respectivas famílias, funcionários da Casa e convidados.

Foi deveras edificante ouvir as palavras de Dom Pedro Fedalto e o entusiasmo de todos os participantes da Santa Missa, com essa abençoada oportunidade de um maior estreitamento entre a Igreja Católica e todo o corpo da Assembléia Legislativa do Paraná para testemunhar a sua fé de modo solene e publicamente em torno do altar, com a felicidade em seu sentido pleno.

Estas as razões que nos levam a requerer a transcrição da linda mensagem nos Anais da Casa, para que sirva de exemplo para a posteridade.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criado na estrutura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Centro de Estudos da Memória Política Paranaense, destinado a pesquisa histórica e documental de eventos e fatos marcantes passados, presentes e futuros de repercussão na vida política do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Comissão Executiva regulamentará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a aplicação do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A vida política do Estado do Paraná sempre foi repleta de fatos e momentos que repercutiram na história nacional, muitas vezes mudando o rumo desta mesma história.

Os paranaenses de hoje e de amanhã precisam conhecer a memória política de nosso Estado para poderem seguir os passos daqueles que no passado e mesmo no presente lutam pelos princípios republicanos da liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens. E que pessoas, assim como atitudes políticas fizeram ainda mais forte o brado da cidadania, da democracia e do verdadeiro estado de direito.

A criação deste centro tornará exequível tão preeminente necessidade, através de suas pesquisas, coletas de documentos, fotos, informações, depoimentos, etc.

Sem dúvida alguma, acreditamos que os serviços prestados por este centro em muito beneficiará e incrementará a produção intelectual de estudos sobre a memória política paranaense.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam criados 150 (cento e cinquenta) cargos de motorista com a simbologia 6-C.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O início desse novo tempo está marcado pela modernização dos trabalhos desta Casa de leis, exigindo novos padrões de competitividade atrelados ao conhecimento e capacidade, binômios inseparáveis para se garantir a sobrevivência no mundo atual.

A nova Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, vem procurando dentro do possível e com certo êxito, adequar-se a este novo comportamento desenvolvendo medidas que modernizem os trabalhos da Casa, respondendo com isso as expectativas de todos os setores.

Consciente deste panorama, pretendemos desenvolver ações sempre centradas no homem capacitado possibilitando uma oferta de recursos de qualificação.

A Assembléia Legislativa não possui em seu quadro a categoria de "motorista", por esta razão estamos propondo com este projeto de resolução, a criação de 150 (cento e cinquenta) cargos para o preenchimento dessa lacuna.

Com a evolução do novo processo de trabalho e com a superação de alguns obstáculos, prevemos a implantação gradativa de outras ações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 04/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo Estadual a proceder a alienação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia Paranaense de Energia - Copel e dá outras providências.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa a revogação total da lei autorizativa da venda das ações preferenciais e ordinárias da Companhia de Energia do Paraná - Copel, para que se evite a privatização. Como é do conhecimento

desta Casa de Leis, o Governo do Estado do Paraná já alienou a totalidade das ações preferenciais da Copel e uma parte substancial das ações ordinárias (que detém o poder de voto), permanecendo hoje tão somente com algo em torno de 30% da totalidade das ações da empresa, entre as quais, somente 58% das ações com poder de mando.

Quando da edição da lei que ora se pretende revogar, o programa de privatização estabelecido pelo governo federal, encontrava-se no auge. Aprovada a lei, naquela ocasião e passados mais de dois anos, o Governo do Paraná não formalizou a venda da companhia.

O programa de privatização estabelecido pelo governo federal e da qual o estadual é uma reprodução, tem sofrido críticas severas quando a sua forma e praticidade. Passada a euforia da privatização, hoje se apresenta as mazelas da moralidade. Ademais, se o governo federal através de legislação própria proíbe as estatais de obter empréstimos, o que é necessário para a manutenção de investimentos, cabe ao governo estadual, enfrentar esta situação para que se modifiquem essas condições, afim de permitir às boas estatais, que efetivamente dão lucro, que possam como uma empresa privada, obter financiamentos para os investimentos necessários.

Não pode o governo estadual se conformar com a estagnação da empresa, por imposição federal. A briga assim é para o fortalecimento da mesma e não para a sua entrega à iniciativa privada. Os resultados da Copel nos últimos seis anos tem demonstrado a sua solidez e este patrimônio do povo paranaense deve ser preservado.

Ademais conforme falamos, a ocasião é outra, a realidade brasileira é outra, e este não é o momento de se vender a companhia, sem uma ampla discussão, com os poderes constituídos e a sociedade de uma forma geral.

Estes, senhores deputados, são os motivos que me levam a apresentar o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 07/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.868, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol, com sede e foro nesta Capital.”

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) Hermas Brandão

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de alterar o nome, a sede e o foro na entidade declarada de utilidade pública pela Lei nº 12.868.

Em Assembléia Geral do dia 12 de julho do ano passado, foi decidida a troca do nome da então Associação Paranaense de Veteranos e Amigos do Basquetebol para Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol, transferindo, também, a sede do município de Piranguara para a nossa capital.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI Nº 08/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação dos Moradores da Vila São Vicente”, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art.2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.02.2001

(a) NELSON JUSTUS

Apoio: Antonio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Vila São Vicente com sede e foro no Município de Paranaguá - Pr., foi constituída no dia 7 de janeiro de 1989, sob a forma da Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócio comunitários aos moradores da Vila São Vicente de Paranaguá e as comunidades circunvizinhas.

A instituição em epígrafe, vem proporcionando a seus associados condições adequadas para a plena realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e se desenvolver.

Face as características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 09/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor doutor Edgard Antonio Lippmann Júnior.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2001

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O doutor Edgard Antonio Lippmann Júnior, tem ao longo de sua vida profissional se destacado como homem

sensato, arrojado, firme e corajoso. Nascido no planalto de Guarapuava, assumiu desde cedo os ensinamentos de sua família, de que a justiça deve imperar sempre, doa a quem doer. Filho de gente com sólida convicção nos princípios de honestidade e retidão, seguiu sua caminhada sem desviar um milímetro dos ensinamentos paternos. Assim é que foi adquirindo a confiança e admiração não só dos companheiros de atividade, mas de toda a população.

Como Juiz Federal, revolucionou a área judiciária com decisões corajosas, não se intimidando com o grau social das pessoas envolvidas em seus despachos. Por todos os lugares onde passou, tanto em Rondônia, como aqui no Paraná, até ser convocado para integrar o Tribunal Regional Federal sediado em Porto Alegre, fez escola como um magistrado que aplicou a lei, fazendo a justiça prevalecer sempre. E, como é bom constatar exemplos iguais a esse principalmente num mundo cheio de vícios, imperfeições e injustiças. A população está carente de pessoas fazendo o bem; que revelam valores positivos.

Edgar Antonio Lippmann Júnior, é um orgulho para nós paranaenses. Se teve uma atuação destacada em Rondônia e mais tarde aqui na terra onde nasceu, não está sendo diferente agora como integrante titular da 4ª turma do Tribunal Regional Federal, com sede em Porto Alegre, e que abrange as comarcas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Precisamos não ser tímidos e reconhecer os valores das pessoas. Muitas saem do anonimato e caminham por estradas difíceis até chegar a posições de grande visibilidade. Se por um lado existem aqueles que merecem exposição por seus feitos poucos recomendáveis e infelizmente estes são sempre agraciados com enormes espaços na mídia, denegrindo o nome do nosso Estado, há também aqueles que de maneira positiva e sem alarde engrandecem a sua gente mostrando ao Brasil que aqui tem valores, pessoas que pensam grande, que agem com retidão, crescem por méritos e fazendo o bem.

Esta Assembléia Legislativa, que é Casa do povo do Paraná, precisa se manifestar e realçar os bons exemplos que surgem aqui na nossa terra. O título de Cidadão Benemérito do Paraná ao doutor Edgard Antonio Lippmann Júnior é uma homenagem modesta, mas é um reconhecimento do povo do Paraná a um filho seu que tanto tem se destacado na vida forense e por conseguinte tem orgulhado todo o nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 10/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica o poder Executivo autorizado a doar ao município de Paiçandu, imóvel situado naquele município, constituído pelo lote de terras nº11-A, da Quadra nº 27, com 6.000m2, registrado sob nº 1.356, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Maringá.

Art.2º - O imóvel referido no artigo 1º desta lei, será utilizado exclusivamente para a escola municipal Doutor Prudente de Moraes, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venha a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Com tal propositura objetiva-se atender a solicitação do município de Paiçandu, legalizando a situação do imóvel onde se encontra a escola municipal Doutor Prudente de Moraes.

A escola supracitada foi construída com recursos do município e vem sendo mantida pela prefeitura desde o ano de 1976. Portanto, nada mais justo que assegurar ao município o imóvel referido.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 11/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Toda empresa comercial, no âmbito do Estado do Paraná, fica obrigada a afixar com destaque e em local visível o seguinte:

“SONEGAR É CRIME”

O cidadão consciente, na compra de mercadorias exige a Nota Fiscal, pois sabe que o Estado para melhorar a saúde, educação, segurança e tudo mais, depende da arrecadação.

Art. 2º - As letras da expressão a que se refere o artigo anterior serão impressas em negrito, medindo 2 cm de altura para as palavras SONEGAR É CRIME”, 0,5 cm de altura para o texto complementar.

Art. 3º - O descumprimento desta lei acarretará ao infrator a pena pecuniária de 10 (dez) UPF (Unidades Padrão Fiscal).

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir a obrigatoriedade para as empresas comerciais no âmbito do Estado

do Paraná, a afixar com destaque e em local visível a expressão “SONEGAR É CRIME”.

Muitas vezes o cidadão deixa de exigir sua nota fiscal por mero esquecimento, deixando desta forma de contribuir para o seu próprio bem estar.

Nossa intenção com o referido projeto de lei é de que tanto o cidadão paranaense quanto o estabelecimento comercial façam uso de seus direitos, punindo o sonegador.

Contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 12/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os servidores civis e militares do Estado do Paraná, ficam autorizados a faltar ao serviço até (quatro) dias por ano, para doação voluntária de sangue, sem prejuízo do salário.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo, autorizado a regulamentar esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com este projeto de lei, incentivar a doação de sangue nos hemocentros que padecem de falta de doadores, colaborando com os órgãos governamentais que tratam da saúde pública.

Os médicos recomendam ao doador habitual a doação de sangue três a quatro vezes por ano. Ela é benéfica tanto para o doador quando para o receptor.

Trata-se de um trabalho que deve surtir efeito imediatamente.

É necessário praticar a caridade para com todos vivendo profundamente a humanidade.

Hoje o povo precisa de doadores disponíveis que tenham tempo para doação especialmente para os pobres e marginalizados, como recomenda o sermão da montanha, nas bem aventuranças: “Bem aventurados, os pobres de espírito, porque deles é o Reino dos Céus”. (MT. 5,3,LC 6,20).

Precisamos de muito mais doadores de sangue que promovam a alegria da família, sem fazer distinções em seus corações. (TG. 2,2-4).

Que a opção evangélica preferencial pelos pobres não seja o mero chavão. A raiz familiar é também garantia de perseverança na doação de sangue.

Concluimos, solicitando a todos os senhores deputados a aprovação rápida desta proposição para que surta os efeitos necessários.

PROJETO DE LEI Nº 13/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através dos meios previstos em Lei, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

§ 1º - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - Copel e ou das que forem criadas nos termos do artigo 2º.

§ 2º - A reserva de que trata o parágrafo anterior não poderá ser dada em caução ou garantia de qualquer espécie.

Art. 3º - O Poder Executivo destinará parte das ações colocadas à venda, proporcionalmente a sua espécie, aos empregados, atuais e aposentados, da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Art. 4º - Os recursos decorrentes de venda ou alienação de ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel, serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 70% (setenta por cento) na área previdenciária sobre responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento) nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos.

Art. 5º - Para consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo constituir fundo específico, bem como utilizar-se de consultoria de órgãos ou entidades vinculadas à União.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CARLOS ZUK, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, SÉRGIO SPADA, AUGUSTINHO ZUCCHI, NEREU MOURA, ADEMIR BIER, ELI GHELLERE, EDSON STRAPASSON, ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER, RENATO GAUCHO, SERAFINA CARRILHO, LUCIANA RAFAGNIN, BERAL-

DIN, HERMES FONSECA, MOISÉS LEÔNIDAS, ANTONIO ANIBELLI, PASTOR EDSON PRACZYK e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em epígrafe tem por escopo anular a autorização concedida ao Poder Executivo, através da Lei nº 12.355/98, para a alienação de ações da Copel e adoção de outras medidas correlatas.

Preliminarmente é necessário elucidar que a época em que o projeto que deu origem em causa, foi apreciado por esta Casa, segmentos minoritários de parlamentares manifestaram-se contrariamente a sua aprovação, porém, baldados todos os esforços, quedaram-se vencidos diante da significativa maioria que comungava com os propósitos do governo, convergindo para a aprovação do projeto que deu origem a malsinada lei.

Agora, porém trazida ao conhecimento público a estória da compra de títulos podres dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, e municípios de Guarulhos e Osasco, cuja operação ultrapassa a ordem de R\$350 milhões e que ações da Copel caucionadas, garantem esta absurda operação, as coisas tornam-se mais claras, dando a perceber que o produto da venda das questionadas ações tem no artigo 7º da lei que ora se pretende revogar.

Diante de tais fatos, há de se convir que se esta Assembléia Legislativa outorgou ao Executivo, poderes para vender a Copel seja qual tenha sido a razão, há que assumir agora, diante dos fatos que se configuram como lesivos ao patrimônio do Estado, o dever de corrigir a postura anteriormente adotada, com a revogação da indigitada lei.

Definitivamente não pode e não deve este Parlamento ficar inerte diante de mais esta absurda pretensão do governo estadual permitindo que, a exemplo do que ocorreu com o Banestado e com a Sanepar, venha o governo agora, “jogar fora” a Companhia Paranaense de Energia - Copel, que além de ser uma instituição eminentemente paranaense, altamente lucrativa, configura-se como a melhor empresa geradora de energia do País.

Assim sendo, cabe a nós parlamentares lídimos representantes do povo paranaense, defender seus interesses maiores, contra atos discriminatórios e altamente lesivos ao seu patrimônio, como o que ora se apresenta consubstanciado na pretendida venda da Copel, razão pela qual clamamos aos nobres pares o devido apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 14/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Arns Curandi, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Arns Curandi para executar ações de mobilização, conscientização e atividades de interesses, voltadas em defesa da comunidade.

É uma Associação sem fins lucrativos e visa, dentro de uma política filantrópica, metológica e cultural, desenvolver junto aos seus associados uma melhor integração destes à Política Social Brasileira, assim como, dar-lhes assistência terapêutica, através da música, esportes e lazer.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Queria nesse nosso reencontro, onde iniciamos os trabalhos desta legislatura, cumprimentar a Mesa Executiva e desejar ao Hermas Brandão, ao nosso 1º secretário Rossoni, a todos os demais integrantes da Mesa Executiva que tenham aquilo que nós desejamos a todos nós, que é o sucesso e, principalmente, a defesa do interesse do Paraná.

Três assuntos, senhores deputados, nos trazem nesta tarde a ocupar esse Pequeno Expediente e alertar a este nosso Estado. O primeiro e fundamental deles é a venda da Copel. Tomamos conhecimento através da imprensa que um senhor deputado, nosso colega deste Parlamento, deputado Sérgio Spada estará entrando com um Projeto de Lei no qual veta alguns artigos daquela autorização dada por este Parlamento para a venda daquela estatal.

Quero também dizer que temos um projeto em andamento nesta Casa que cerceia Sua Excelência o senhor governador da venda de qualquer autarquia, qualquer órgão ligado ao governo do Estado, onde ele seja o majoritário. Tomamos essa iniciativa já no ano passado quando sabíamos de antemão que o governador nesta segunda etapa da sua administração, nós que conhecemos de perto a máquina administrativa, seja ela municipal, estadual ou federal, teria ele as dificuldades que encontra: fez um mau planejamento governamental, não teve ao seu lado agentes capacitados na área financeira, contaminou o erário estadual, dificultou a vida dos senhores funcionários não dando em nenhuma parte aumento algum, fazendo valer a sua vontade de transferir ao País e ao exterior que o Paraná era um oásis, fez com que naquela presença, neste plenário, de Sua Excelência o então

secretário da Fazenda ou de Finanças - Giovani Gionédís, que aqui veio e mostrou o número da conta do débito do governo do Estado do Paraná para com a nação brasileira, para com os organismos internacionais e a dívida interna deste Estado com os seus fornecedores. Não correspondeu com aquilo que nós da Oposição apresentamos. Foi, na oportunidade o líder do Governo - Valdir Rossoni tentou de todas as formas possíveis e ao seu alcance mostrar de que aqueles números levantados pela Oposição não eram verdadeiros. E o foram. Agora, ilustre deputado Nereu Moura, aquele número que Vossa Excelência apresentava nesta tribuna, neste mesmo microfone corresponde com a verdade do que o governo deve e não com aquele número fantasioso que era apresentado pelas autoridades financeiras do Paraná.

Muito bem. O governo, vendo-se acuado, qual é a forma da saída? Vender o patrimônio que possui o Paraná, não tendo a competência gerencial para fazer com que o Paraná fique com o patrimônio e ele administre o Estado, com competência, com serenidade, e principalmente com capacidade que não possui, faz com que seja dilapidado o patrimônio público de todos os paranaenses.

Estaremos, em outras oportunidades, senhor presidente e senhores deputados, fazendo valer nossa voz, não só nossa voz, nem nossos meios constitucionais, ainda a base jurídica de uma providência será tomada, pela Bancada da Oposição.

Queremos, nesta ocasião, tão somente dizer do nosso lado, ao lado do povo do Paraná, não contra o governo, mas contra os desmandos que comete o governo do nosso Estado.

Segundo assunto, senhor presidente e senhores deputados, é o que ocorreu com a greve dos caminhoneiros no nosso Paraná. Greve esta ordeira, pacífica, com alguns "senões", que não era da parte dos caminhoneiros, mas de gente infiltrada e faziam com que a ordem fosse controlada pela Polícia Rodoviária Estadual, pela Polícia Rodoviária Federal, do nosso Paraná. E ainda mais, pela Polícia Militar. Naquela primeira greve, os excessos denunciados e os fatos ocorridos e relatados pela nossa pessoa e pelos deputados fez com que a Polícia Militar, com mais prudência, com mais respeito, e agora, realmente, numa condição melhor, fizesse com que a greve fosse ordeira e pacífica.

Qual a surpresa nossa, uma força-tarefa da Polícia Rodoviária Federal, aporta à nossa cidade, vinda de Brasília, vai a um posto de gasolina. Coincidentemente, o dono do posto de gasolina, senhor Neuri Lebert, era e é o presidente da Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais, e lá foi a força-tarefa, vinda de Brasília, manda chamar às cinco da manhã este cidadão, na sua residência, no aconchego do seu lar, repousando. Chegando ao posto - prestem atenção, senhores deputados - chegando ao posto o presidente da Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais, a Polícia Rodoviária Federal de Brasília. E agora, um outro adendo, antes de

contar o que aconteceu: o secretário de Estado de Segurança, José Tavares, não sabia e não pediu, o governador do Estado também não sabia e não pediu a força-tarefa da Polícia Rodoviária Federal. E eles vieram, para cometer arbitrariedade que depõe contra a gloriosa Polícia Federal do Estado do Paraná, que é tão bem comandada e tem em suas fileiras pessoas educadas, responsáveis e capacitadas, para dentro do que a lei permite, coibir todos os abusos.

Mas, estes que vieram de Brasília, chegando ao posto o nosso presidente da Associação, de Ponta Grossa, eles ordenaram que ele descesse do carro. Ele assim o fez. E foram vasculhar seu carro. Pegaram uma nota de 50 reais falsa, jogaram dentro do carro do presidente da Associação e o prenderam, dizendo que aquele dinheiro era falso, sem ter a testemunha de duas pessoas, na apreensão da nota e muito menos, ainda, fazendo qualquer exame na nota que eles diziam ser de propriedade daquele cidadão.

Quando o prenderam, trouxeram eles esta força-tarefa da Polícia Rodoviária Federal de Curitiba. Entregaram, aqui, à Polícia Federal e retornaram a Ponta Grossa e foram até Foz do Iguaçu. Nós comparecemos, junto com outras lideranças, como deputado Nereu Moura e outros deputados, para verificar na Polícia Federal a veracidade daquilo... E requeiro o Horário destinado ao PDT, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mais cinco minutos, então.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

No PDT tenho 10 minutos, senhor presidente, da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

São doze Partidos na Casa. São sessenta minutos para as lideranças. Cada liderança terá cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Obrigado, senhor presidente. O que vale, senhor presidente e senhores deputados, é que aqui em Curitiba, na Polícia Federal, a versão já era outra, diziam os senhores policiais rodoviários Federais de Brasília que a nota estava na bolsa da mulher do proprietário do posto. O delegado de plantão vendo que não tinha consistência alguma naquela prisão arbitrária, naquela prisão que desonra a Polícia Federal de Brasília, não do Paraná, porque não foi nenhum elemento do Paraná que assim procedeu, liberou o presidente da Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais, nós trouxemos ele a esta Casa para que este Parlamento testemunhasse naquele dia, e na presença do ilustre deputado presidente Caíto Quintana, essa arbitrariedade feita por essa força tarefa despreparada.

Agora, pasmem os senhores, o pior, Sua Excelência, o ministro, quando foi inquerido dessa força tarefa

que veio ao Paraná e fez essas arbitrariedades, não só com o presidente mas com toda a imprensa de Ponta Grossa, porque ameaçou prender a imprensa que divulgasse o fato, que fotografasse o fato ocorrido naquela oportunidade no pátio do posto; Sua Excelência o ministro da Justiça, disse que não autorizou e não sabia, e só autoriza quando o governo do Estado foge das suas mãos o controle da situação, da ordem e da segurança. E o governador do Estado do Paraná não requisitou, vieram aqui de livre arbítrio. mancharam o nome da Polícia Rodoviária Federal cometendo essa arbitrariedade.

Tenho a certeza absoluta, senhor presidente e senhores deputados, que o comando que os membros da Polícia Rodoviária Federal estão realmente envergonhados, como nós estamos, de ter em Brasília uma força tarefa despreparada desta natureza.

Falo isso, senhor presidente e senhores deputados, para ficar registrado nos anais desta Casa aquilo que ocorria anos passados, quando sem mandato de prisão, quando sem prova concreta, com quase sem nada, a não ser a sua ideologia de ser contra o regime era preso. Agora, parece que engenham alguma coisa pior do que aquilo, pegando uma nota falsa, colocando dentro da propriedade, e argumentando de que aquela nota pertenceria ao proprietário do veículo.

É uma vergonha o que fez essa força tarefa do Estado do Paraná. Mas o presidente com o seu advogado irá tomar as medidas cabíveis e nós seremos, como o ilustre deputado Luiz Carlos Alborghetti, também o é, testemunho de fatos que desta natureza o Paraná não precisa, peguem essa força tarefa e levem em outros quadrantes da Nação, aonde o desrespeito ali, aonde a ordem pública e aonde em tudo aquilo que acontece em solo pátrio, não é reprimido pela força tarefa de Brasília.

Último assunto, senhor presidente, já que estou no limite do meu tempo, é no que concerne as rebeliões do Estado de São Paulo.

Tenham a certeza, senhores deputados, que logo virão ao Estado do Paraná. Providência nós teremos que tomar não só nas palavras, mas nas ações e na recuperação do nosso sistema penitenciário, mas o Paraná tem em mãos elementos nos quais nós dispomos realmente daquilo que é necessário, que é o tirocínio administrativo dentro daqueles homens que fazem do Paraná o exemplo desta Nação. E no sistema penitenciário nós urgentemente necessitamos que alguma coisa ocorra para não sermos irmãos das tragédias e dos infortúnios que ocorrem lá em São Paulo.

Tenham a certeza que voltaremos ao assunto novamente para que possamos dar ao Paraná a tranquilidade que nós desejamos.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Nereu Moura, Pela Ordem.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, formulo uma Questão de Ordem a Vossa Excelência.

Vossa Excelência falou que são doze partidos, com assento nesta Casa. Seria possível sabermos quais são os partidos, que têm representação nesta Casa? Vossa Excelência poderá, se quiser, na sequência, responder.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, a quem tenho a honra de saudar, neste momento como presidente desta Casa, e a quem desejo todo o sucesso, sorte e felicidades no comando da nossa Casa, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, bem como a toda a Mesa Executiva.

Senhor presidente, o que me traz à tribuna, neste início de trabalho é mais uma tragédia provocada pela Petrobrás.

Não faz apenas seis meses, tivemos a tragédia, aqui, em Araucária, que atingiu os rios Barigui e Iguaçu, quase chegando a Foz do Iguaçu, em um vazamento de quatro milhões de litros de óleo diesel.

Nem bem nos refizemos ainda dessa situação. Nem bem o cidadão paranaense, em especial, aquele ribeirinho dos rios Iguaçu e Barigui se refez do impacto causado por aquela tragédia, depois daquilo já tivemos mais três vazamentos, em outros pontos distintos. E, agora, lamentavelmente, neste final de semana, um dos pontos mais críticos do Estado do Paraná - quando falo crítico, falo pela fragilidade do nosso ecossistema, que são a Serra do Mar, o Parque do Marumbi, os afluentes do rio Nhundiaquara, que chegam à Baía de Paranaguá. Uma região em que todos nós sendo ligados ao meio ambiente ou não, temos um carinho e um respeito muito especiais pela fauna, flora da Serra do Mar, por toda aquela extensão do nosso meio ambiente. Lamentavelmente, na última sexta-feira, ocorreu um novo vazamento de óleo, atingindo o litoral do Estado do Paraná.

A primeira notícia, senhores deputados, quero chamar a atenção de todos os senhores, a Petrobrás, querendo enganar a população, aos técnicos, as ONGs, sai com a informação de que apenas 1.200 litros - o que significa, deputado Beraldin, Vossa Excelência é outro companheiro ligado à área do meio ambiente, 1.200 litros, talvez, seja a caixa d'água de uma residência um pouco maior, com dez ou doze pessoas, dentro de casa. E 1.200 litros não criariam todo o problema e a tragédia, que aconteçam em nosso Litoral, neste final de semana.

No sábado, pela manhã, fui até o local, ao ponto Zero, na localidade de Carambiú, em Morretes. Estive lá, enfrentando a estradinha, com difícil acesso e fui verifi-

car de perto o que estava acontecendo. Conversando com uma senhora moradora da região, uma nativa, me dizia ela, que a Petrobrás estava sabendo deste problema e já havia sido avisada de que alguma coisa irregular estava acontecendo naquele ponto da tubulação, mas nenhuma providência foi tomada. O resultado, é que na madrugada de sábado ocorreu o vazamento. O vazamento só foi tomado conhecimento por volta das nove horas da manhã, porque o cidadão responsável de fazer o trajeto de fiscalização estava em outro ponto, a 10 km abaixo, até ele chegar na sua casa, avisado pela esposa que alguma coisa de irregular estava acontecendo, já havia ocorrido um enorme vazamento. Até ele fazer o contato com a Petrobrás, através de seu celular, e só batia na secretária eletrônica da Petrobrás, porque era sábado, não tinha ninguém de plantão e aí, somente lá por volta do meio-dia é que a Petrobrás teve ciência do fato e começou a tomar providências. Até chegar o maquinário, equipamento tudo o mais, no local, até preparar uma ação de barreiras nos vários pontos do rio, imaginem os senhores, quantos mil litros e não apenas os 1.200 tinham vazado.

E eu falo isso porque estive no local...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedemos o horário da liderança do PTB a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, Excelência.

Estive no local, para ver, de perto, tudo isso, não me conformei, especulei junto a técnicos da Petrobrás, do IAP, da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, das ONGs quanto eles imaginavam que tinha sido derramado de óleo. E cada um vinha com uma informação, até que se chegou a aventar a hipótese de 600.000 litros, que evidentemente, achamos até certo ponto exagerado e não confirmamos isso na imprensa. Dissemos que, pelo que ouvimos falar, poderia chegar a isso. Resultado, senhores deputados, ontem eu voltei ao local, fui novamente ao ponto zero, fui a cinco pontos de barreiras e depois ainda sobrevoei, juntamente com o secretário da Saúde, Armando Raggio, sobrevoamos toda a extensão dos rios que foram atingidos por esta malha de vazamento. E o quadro na verdade é desolador, vemos os rios com as enormes manchas de óleo, que já mataram peixes, que já causaram problemas para alguns ribeirinhos que, às vezes, até se utilizam desta água para sua alimentação ou para tratamento da criação que possuem. O quadro, realmente é lamentável. E ao final da tarde a Petrobrás admite que não seriam 1.200 litros, mas chegaria perto de 50.000 litros.

Ora, primeiro a empresa fala em 1.200, que é um absurdo, depois admite que quem sabe chega a 50.000. Se ele admite 50 podemos imaginar, quem mentiu primeiro, no mínimo poderemos ter o dobro disso aí, desse vazamento.

Então esta Casa, senhor presidente, que tem uma Comissão de Meio Ambiente, que eu já vim à Tribuna, da outra vez, do desastre que vitimou aqui a região de Araucária, a Assembléia tem uma Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e que tem que agir, tem que movimentar, tem que buscar elementos, tem que criar uma lei, possivelmente, para exigir maior fiscalização e maior atenção da Petrobrás. Não é possível, no mesmo dia, que se anuncia um lucro extraordinário da empresa, no mesmo dia temos a notícia desse desastre, minimizado pela imprensa, como tipo até de gozação a nós, paranaenses, em falar em 1.200 litros. Alguém pode dizer: Mas você falou 600.000 litros, deputado. Não sou técnico, sou leigo, a minha informação foi por informação que eu recebi. Agora, os técnicos, nunca poderiam ter dito 1.200 litros, erraram muito mais do que este parlamentar.

Então, é hora, é momento de, aqui nesta Casa, fazer valer esta comissão, e eu encareço ao presidente desta comissão, deputado Kielse Crisóstomo, que nos devemos nos reunir, imediatamente, ainda na tarde de hoje, para tomar algumas providências. Chamar às falas o pessoal da Petrobrás, não é possível, minha gente, este duto tem 27 anos de existência, este duto que passa pela Serra do Mar e nunca recebeu segundo os moradores nativos, nenhum tipo de manutenção. Imaginem. E aconteceu a 3 metros de uma estradinha, imagina se acontece lá no meio da floresta, onde o acesso é difícil. Quando é que iríamos saber que estava ocorrendo o vazamento?

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Algaci Tulio, quero cumprimentá-lo por usar a Tribuna, na tarde de hoje, para trazer a público, aqui na Assembléia Legislativa, um assunto tão importante e tão grave que preocupa a todos nós, paranaenses. A vista disso eu encaminho hoje à Casa um requerimento solicitando à Universidade Federal do Paraná e ao Crea para que faça um estudo do duto de Paranaguá até a refinaria de Araucária. Porque não é possível nós estarmos à mercê de notícias desagradáveis desse tamanho sem termos uma fiscalização técnica, rigorosa da situação que se encontra o duto como disse Vossa Excelência já há 27 anos instalado e sem uma revisão, sem uma auditoria técnica fundamental e necessária como é este o caso.

Então, encareço a Vossa Excelência também no sentido de que possamos todos nós fazer com que a Petrobrás faça uma auditoria, porque nós não podemos estar à mercê dessa notícia, como já disse Vossa Excelência, e é da mais grave, aliás a ANP deve muito para o Brasil, Agência Nacional de Petróleo, se é o órgão que merece uma atenção especialíssima de nossa parte é a ANP, que tem permitido adulteração de combustíveis, que tem permitido crimes ambientais, que tem permitido graves problemas a este país, e aí me lembro de solicitar também aos nossos senhores deputados federais, no sentido de que intercedam junto à Petrobrás, para que eles possam fazer essa revisão técnica e evidentemente calcu-

lar um eventual, um novo acidente como aconteceram nesses 3 últimos acidentes.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Para concluir, permito o aparte ao deputado Marcos Isfer, depois do deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, e rapidamente vou dizer deputado, que dentro do que Vossa Excelência fala, a Petrobrás nos últimos 6 meses tem somado desastres ecológicos em todo o País. Não podemos mais admitir que apenas multas sejam dadas à empresa, porque essas multas imediatamente se transformam e se incorporam ao preço do combustível, acabando de ser paga pela própria população.

Então, nós precisamos efetivamente como diz Vossa Excelência reunir a Comissão de Meio Ambiente, propomos leis e principalmente fiscalizarmos com muito rigor o que a Petrobrás vem fazendo no nosso Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Algaci Tulio, parabéns pelas suas colocações. Hoje ainda de manhã, falando com o prefeito Elder de Morretes, não é nem 1.200 nem 42 mil, passa de 100 mil. Basta ver o que está acontecendo lá embaixo, o número de viaturas e caminhões, helicópteros, olha, o estrago é incalculável. Agora, precisamos saber com tudo que está acontecendo com a Petrobrás em nossa região. É sabotagem? É falta de manutenção? O que está acontecendo? São as terceirizadas da Petrobrás que não estão funcionando? A terceirização da Petrobrás não é condizente?

Queria fazer um apelo e sugerir ao presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, acima até da Comissão de Ecologia da Assembléia, a Assembléia Legislativa como um todo que entrar firme nesta questão, não podemos aceitar, seremos cobrados pela população, temos que ir lá “in loco”, entendo que uma Comissão deveria sair agora da Assembléia Legislativa, após a sessão e ir até Morretes, para levar a solidariedade da Assembléia que é a Casa do Povo, ao povo de toda aquela região.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Luiz Carlos Martins, na verdade o assunto é sério, pode no volume não ser tão extraordinário como foi aqui de Araucária, mas tem que se pensar na questão do Ecossistema, na questão do Parque do Marumbi, que é uma reserva mundial a questão do meio ambiente, que é a nossa Serra do Mar, e que tem que ser levada com muito carinho, com muito respeito. Peço então a Vossa Excelência que atendendo até o apelo do deputado Luiz Carlos Martins, determine alguma providência ou uma reunião urgente da Comissão de Meio

Ambiente, para que possamos tomar algumas decisões ou quem sabe, de repente, Vossa Excelência autorize uma formação de uma Comissão, para que ouça lá no local IAP, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, enfim, as Ongs que estão fazendo um trabalho extraordinário neste momento de orientação.

A Prefeitura de Morretes que se uniu com uma causa desse tamanho, colocou toda a sua estrutura, desde 6ª feira noite, para poder orientar à população Ribeirinha.

O caso é muito sério e merece desta Casa aqui toda a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, o senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Vossa Excelência me passou à relação dos partidos com direito, com assento nesta Casa.

Queria fazer primeiro uma Questão de Ordem. - O artigo 10 do Regimento Interno, diz que:-

“Para um Partido ter Líder é preciso ter dois ou mais membros”.

Então, Vossa Excelência, pelo que observo o PSC não possui membros. Dessa forma o PSC não tem direito ao Horário da Liderança.

Qual a interpretação que Vossa Excelência vai ter a esta Questão de Ordem?

Queria pedir a Vossa Excelência, se for possível fazer a relação dos deputados desta Casa com os devidos Partidos, até porque nós sabemos que houve mudança partidária. Para podermos ter conhecimento de em qual Partido, os parlamentares se encontram na presente data.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a Vossa Excelência primeira Questão de Ordem. Informamos o seguinte: - Realmente, houve um erro de informação da nossa Assessoria, porque são onze (11) partidos, que têm direito ao Horário da Liderança. O partido do PSC, que tem só um representante nesta Casa, ele terá uma vez por semana o direito de usar o Horário da Liderança.

Então, a distribuição ficou para os dias normais, que não tenha a participação do PSC, 5 minutos e quarenta e cinco segundos, para cada Liderança.

E sobre a segunda questão de Ordem: - Já determinamos que a Mesa, que os nossos auxiliares informem aos deputados a origem partidária.

Dando continuidade ao Horário do Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente Hermas Brandão, 1º secretário deputado Valdir Rossoni, 2º secretário deputado Antônio Anibelli.

Quero expressar os meu votos, que essa Executiva representada pelo presidente, 1º e 2º secretários possam nesses dois anos de mandato, aprofundar as relações da nossa Assembléia com a sociedade paranaense. E que a Assembléia sirva e seja na realidade um forum, um espaço, aonde os conflitos da sociedade possam aqui serem um palco privilegiado para os grandes debates com relação às questões do Estado do Paraná.

As minhas boas-vindas ao deputado Eli Ghellere, suplente do deputado Edgar Bueno, nosso querido companheiro que se elegeu prefeito da cidade de Cascavel. Seja, bem-vindo a esse período Legislativo e a nossa deputada Luciana Rafain, que já teve oportunidade de estar aqui alguns dias, substituindo o deputado Irineu Colombo, quando esteve licenciado. Agora assume em função da eleição na Prefeitura de Ponta Grossa, do deputado Péricles de Mello.

São duas notícias, uma ruim e uma boa. A notícia ruim é que o censo do IBGE que analisou as cidades de todo o Brasil, considerou o Estado do Paraná como o segundo Estado aonde há maior número de percentual da população do interior, que abandonou as pequenas e médias cidades, migrando para os grandes centros.

Movimento que nós tínhamos detectados há algum tempo, mas agora do ponto de vista da estatística, do critério científico, foi comprovado pelo IBGE.

Problemas que se agravam, porque a população do interior deixando as cidades do interior e do campo, trazem problemas não só para a administração dessas cidades, mas acarretam problemas de infra-estrutura urbana nos grandes centros, como Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e outros centros. A boa notícia é que tive oportunidade de conhecer e aqui quero prestar minha homenagem aos 3500 agricultores que se reúnem numa Cooperativa chamada Coopavel, o chamado Show Rural.

Tive a oportunidade a convite do presidente da Casa - ainda o deputado Caíto Quintana que substituíra o deputado Nelson Justus, junto com o deputado Orlando Pessuti, junto com o deputado Hermas Brandão e deputado Caíto, estivemos presenciando o que é o Show Rural. Eu, acostumado aqui em Curitiba, a frequentar Canguiri, onde há algum tempo o governo do Estado já não patrocina algo de importância para a agropecuária no Estado. Porque os dois últimos eventos foram um fracasso, se transformam, na realidade, em shows para músicos, shows de folclores, de atividades da agropecuária muito pouco aconteceu.

Mas fui para Cascavel pensando em assistir algo parecido, de que em Cascavel iria, na realidade, ver um boiadeiro lançando um terneiro, um peão montando e domando com 3 segundos, 8 segundos em cima do lombo de um boi. Um lançador lançando um cavalo. Máquinas agrícolas em exposição. E a surpresa foi muito grande e positiva que me levou, aqui, no primeiro dia da Assembléia, fazer o registro. Porque não há nenhum evento esportivo e não há nenhum espetáculo acontecendo. Essa

cooperativa chamada Coopavel, segundo informações que tenho, é a 4ª cooperativa do Estado do Paraná em produção e é a 10ª cooperativa do Brasil. De todos os produtos que seus associados plantam ou criam: gado, porco, galinha, feijão, leite, todos os produtos, os pequenos produtores vendem para esta cooperativa, que tem 17 indústrias que reprocessam o resultado da atividade, seja na pecuária ou seja na agricultura. E no caso, por exemplo, de soja, de milho, reverte esses produtos para os pequenos produtores em forma de ração ou subproduto. Quer dizer: agregam valor, melhorando as condições de plantio e de sobrevivência no campo. Lá tive a oportunidade de assistir o que chamei de “campeonato de Fórmula I”. Eram 15 tratores: um da Ford, um da Massey Ferguson, um da Fiat e outras marcas, todos enfileirados e 15 plantadeiras de diversas marcas do mundo inteiro ali presentes. Tinha um locutor em cima de um caminhão de som, e ele fazia como se estivesse fazendo um show:

“E agora vai sair um trator Massey Ferguson capacidade tal, com a plantadeira tal da marca X”.

Esse trator largava e a plantadeira ia começando a plantar no campo. E um grupo de 50, 60 agricultores acompanhando o plantio.

Os agricultores puderam acompanhar, *in loco*, qual o melhor trator para o melhor tipo de semente e o melhor plantio. E poder optar pelo aparelho tecnológico que melhor poderá servi-lo. E assim, para todo o ramo de atividade que se possa imaginar na agropecuária no Estado do Paraná. Fiquei impressionado por duas razões: primeiro, porque a tecnologia que dispõe o mundo que os agricultores americanos, que os agricultores europeus dispõem para extrair a riqueza do solo, nós aqui no Paraná temos à nossa disposição essa tecnologia. Em segundo lugar, porque essa iniciativa é única e exclusiva da iniciativa cooperada dos agricultores do Oeste do Estado do Paraná, sem nenhum apoio do Poder Público, a não ser representados pela Emater e representados pela Embrapa, que ainda, me parece, continuam sendo organismos do Poder Público. A Embrapa tinha um stand, algo maravilhoso, porque a gente entrava, era um túnel onde tinha o campo com todas as atividades, desde a criação de gado até o plantio de uma forma errada sem a curva de nível e os malefícios que isso poderia trazer para o campo. E quando você passava no túnel e ia para o outro lado, tinha todas as atividades economicamente rentáveis mas que podem trazer riqueza para o agricultor do outro lado, como é o correto, preservando a qualidade de vida, entendendo que o solo, o meio ambiente é um valor que a humanidade tem que se preocupar.

Então está de parabéns a Coopavel e os pequenos agricultores, e estendo esse meu voto de louvor a todos os agricultores que labutam com muito esforço no Paraná e no resto do Brasil.

Talvez se o governo do Estado do Paraná entendesse o que os agricultores vêm fazendo no nosso Estado por conta própria, os problemas das pequenas e médias cidades que estão deixando os seus lavradores abandonar

as suas roças e migrarem para as grandes cidades na busca de uma vida melhor, isso não estivesse acontecendo. Além da riqueza, além de procurar potencializar a atividade econômica, estas cooperativas trabalham na educação, 250 mil crianças passaram pelo convênio da agricultora de valores de ensinamento dos valores da agricultura, das técnicas de que crianças tem que preservar e tem que amar as atividades que os seus pais levam no interior do Estado. Duzentos e cinquenta mil pequenos filhos de agricultores passaram por atividades educacionais em convênio com a Coopavel. É algo que não podemos deixar de citar neste momento.

Por último, gostaria de me somar ao pronunciamento do Deputado Algaci Tulio e aos apartes concedidos a alguns deputados aqui na Casa. Não dá mais para assistir o que vem acontecendo com a Petrobrás em território paranaense. Em primeiro lugar, o rio Iguaçu, e agora um acidente muito mais grave, a quantidade de óleo é menor, coletaram - vi a entrevista do superintendente - até ontem, quase 50 mil litros de óleo, e no rio Iguaçu foram 5 milhões de litros. Mas, tem uma diferença: esses 50 mil litros de óleo coletados caíram em rios onde você pode beber a água, e o ecossistema da mata atlântica é o único e o grande preservado de todo o território nacional que tem esse restinho de mata que existe aqui no Estado do Paraná.

Então, a minha proposição, senhor presidente, senhores deputados, é de uma relevância maior do que simplesmente da comissão "X" ou da comissão "Y". Acho que a Assembléia Legislativa, e estou sugerindo que os deputados assinem junto comigo, que solicitemos a presença do superintendente da Petrobrás aqui na Assembléia Legislativa para dar explicações aos representantes do litoral do Estado, aos representantes do povo do Paraná e ao superintendente do IAP, que é o organismo que tem a responsabilidade de proceder a fiscalização e a concessão de alvarás para o funcionamento das empresas, resguardando o meio ambiente do nosso Estado.

Então, que esses dois representantes venham à Assembléia Legislativa e possam explicar os problemas que estão acontecendo com a Petrobrás e que o IAP possa nos sugerir o que a Assembléia pode fazer para que nada disso volte a acontecer nos próximos dias, nos próximos anos em território paranaense.

Então, o meu requerimento está apensado na Mesa Executiva, e gostaria que os deputados - não é um requerimento do deputado Vanhoni, acho que esse requerimento é do deputado Algaci, do deputado Marcos Isfer, de todos os líderes de Partido, para que possamos aprovar e estes senhores venham à Assembléia, para que possamos cobrar deles tanto a fiscalização em nome do Estado quanto desta estatal, que tem trazido prejuízos para o nosso povo e à nossa natureza, aqui no nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente e nobres parlamentares, a razão que me traz, no Pequeno Expediente, é primeiramente saudar os amigos que estão participando do Plenário pela primeira vez; outros não pela primeira, mas voltando de forma efetiva; também saudando o presidente desta Casa, doutor Hermas Brandão, desejando-lhe muito sucesso e direção para o alto, para que possa tomar as decisões mais corretas e as melhores, para o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa população.

Queria saudar o companheiro Aparecido Custódio, que toma assento nesta Casa, desejando-lhe, também, as bênçãos de Deus, para que ele possa tomar a melhor decisão, a mais correta. Que Deus te abençoe.

Ao companheiro Eli Ghellere, lá da nossa região de São Miguel do Iguaçu, nós que conhecemos aquela região, temos votos lá, gostaríamos de saudar o companheiro Eli e desejar-lhe todo o sucesso e toda a sabedoria do alto, para que possa ocupar a sua função como parlamentar, nesta Casa. Temos a alegria de tê-lo como companheiro, neste parlamento.

Também a senhora Luciana Rafagnin, que já esteve aqui e retorna a esta Casa de forma efetiva, da mesma forma desejo a ela todo o sucesso.

E ao companheiro Durval Amaral, que hoje inicia nova responsabilidade, de ocupar a Liderança do Governo.

Senhor presidente e nobres companheiros: não fiz aparte ao companheiro Algaci Tulio porque pretendia ocupar esta tribuna, hoje. Mas, queria dizer ao companheiro Algaci e também ao companheiro Ângelo Vanhoni, quando tomar discurso da defesa do meio ambiente, a preocupação dos rumos que está tomando o nosso meio ambiente. Queria ocupar, neste momento, esta tribuna, para dizer também que estou somando, lado a lado, a defesa desta situação insustentável que estamos percebendo e que está acontecendo no dia-a-dia, senhor presidente. Esta tragédia do meio ambiente nos faz questionar, neste momento, os rumos que estão tomando o mundo em que vivemos.

Neste momento não é preciso fazer o exercício, o uso da imaginação para olharmos estes filmes de ficção que mostram o mundo, o chamado "after day", um dia após estas hecatombes e estas desgraças às quais o mundo está sujeito e que poderá acontecer num futuro muito breve. Gostaria de dizer aos nobres companheiros que precisamos tomar a iniciativa, senhor presidente, me somo a este Requerimento que o companheiro Ângelo Vanhoni está trazendo a esta Casa, porque este não é um problema partidário, este não é um problema de cor ou de doutrina partidária. É um problema de todos nós, que temos a responsabilidade de deixar para o futuro uma sociedade melhor. Não será difícil fazer o exercício da

imaginação, ver um mundo caótico, ver nossos filhos tendo dificuldades em alimentação, fome, pestes chegando num grau muito maior, diante do quadro que se estabelece no momento em que estamos vivendo. Entre o ontem e o amanhã temos a responsabilidade de tomar decisões sérias, medidas sólidas e drásticas, para que os nossos filhos não tenham como legado um mundo totalmente destruído, um mundo onde já não há mais água potável, onde já não há mais convivência como inúmeros seres que estão em extinção, e isso nós já estamos vendo nesse quadro presente. Entre ontem e amanhã nós temos que verificar que hoje podemos tomar soluções, podemos procurar saídas para que a nossa sociedade não venha cobrar depois de cada um dos parlamentares a nossa omissão. Aí estão bombas-relógio que vão explodir mais cedo ou mais tarde...

Senhor presidente, poderia usar o horário do PST.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a Vossa Excelência o horário do PST.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

E dizer aos companheiros desta Casa que não podemos nos tornar omissos. E peço ao senhor presidente junto ao requerimento do companheiro Ângelo Vanhoni que todos nós possamos participar e tomar a iniciativa, porque a sociedade vai cobrar de nós a nossa postura, vai cobrar de nós essa possível omissão, que alguns acabam deixando pelo marasmo, pelo desinteresse, os problemas que nós temos que tomar hoje para que os nossos filhos, os nossos netos não herdem uma sociedade comparada a um lixo diante do quadro que se avizinha, ou que talvez nós já estamos vivendo hoje.

Não é preciso ser um ambientalista para prever os perigos que estamos vendo num futuro que já está aparecendo hoje.

Não posso resolver os problemas dos meus bisavós, como não posso resolver os problemas dos meus bisnetos, mas posso ajudar a tomar soluções efetivas hoje para que possamos encontrar a saída, para que não venham as gerações futuras cobrar de nós a omissão por não termos tomado as iniciativas necessárias e a responsabilidade necessária para que esses problemas sejam afastados da nossa convivência, do nosso dia a dia.

Senhor presidente, peço a sensibilidade de Vossa Excelência e da Executiva que ora ocupa esse cargo para que hajam medidas efetivas, e que este Parlamento e que esta Casa tomem a iniciativa para que possamos encontrar as soluções de um futuro que é caótico diante do que nós estamos vendo nos dias de hoje.

Não quero com isso trazer aqui a mensagem de um profeta do caos, mas é claro que estamos vendo a situação, estamos percebendo com inúmeros vazamentos, problemas na degradação do meio ambiente, animais em extinção. E se nós não tomarmos, ou procurarmos soluções, medidas corretas e com seriedade irmos ver esse mal não muito longe, não muito depois desses dias que

nós ocupamos esse parlamento, e por isso mesmo temos a responsabilidade de procurar medidas sérias e com responsabilidade para encontrar as soluções que a sociedade vem cobrando de nós, e que aqueles que estão aqui e que são parte da elite pensante, daqueles que fazem a opinião e que procuram trazer as soluções, possam tomar medidas para que não venhamos sofrer num futuro muito próximo.

Quero também, ao concluir senhor presidente, dizer aos nobres parlamentares que outra bomba-relógio é o problema dos nossos presídios, que falta uma maior agilidade de todos nós, para também nesse parlamento procurarmos as saídas, as soluções para resolver. Não é difícil resolver o problema da exploração carcerária, não é difícil se houver vontade política e desejo dos nossos companheiros desta Casa, sejam da Situação ou Oposição, procurar medidas. Estava conversando agora com o líder do Governo, companheiro Durval Amaral, para que seja feito um convite ao secretário, ainda que seja feito de forma à liderança, para que os companheiros possam conversar porque essa bomba-relógio estará não somente explodindo em São Paulo, mas a questão, não é preciso ser inteligente para saber que em questão de dias ela virá explodir aqui porque o problema da explosão carcerária existe, e nós precisamos buscar a saída para que amanhã ou depois alguém não diga que não procuramos falar aqui neste Parlamento. Peço aos companheiros desta Casa que pensem com maior responsabilidade a ajudar encontrar a saída para esses problemas que estamos vendo no nosso dia a dia, senão não vale a pena nós estarmos aqui, não há razão de nós estarmos aqui nesse parlamento.

Senhor presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Continuando no Horário do Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Em primeiro lugar quero, neste momento, saudar a nova Mesa Diretora desta Casa, na pessoa do senhor presidente, deputado Hermas Brandão. E dizer, que o parlamento paranaense vive um novo momento, uma grande mudança e uma grande transformação. Temos a certeza e a convicção de que sob a batuta do deputado Hermas Brandão, acompanhado dos membros da Executiva desta Casa, sem dúvida nenhuma, o Legislativo paranaense dará demonstrações para todo o Brasil.

Desejamos muitas felicidades na condução dos destinos desta Casa, nos próximos dois anos. Queremos saudar também a todos os deputados que, aqui, estão: aos novos que estão iniciando e aqueles que já pertenciam a esta Casa e que, no dia de hoje, iniciam os seus trabalhos, para mais uma Sessão Legislativa.

Quero neste momento fazer um encaminhamento, senhor presidente, acabei de entregar à Mesa dois requerimentos. O primeiro deles é para que seja solicitado à Secretaria

ria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, uma auditoria externa, para que possamos apurar as denúncias que foram formuladas pela revista Veja, há duas semanas atrás, em que em uma das matérias levantou-se uma questão que está trazendo muita intranquilidade, para a minha cidade e para a cidade do deputado Cezar Silvestri e para toda a região Centro-Oeste e, principalmente, para o Paraná, no sentido de preservar uma instituição como é a Unicentro, que é fruto de uma luta de muitos anos e de muitas pessoas e de uma grande comunidade, não podemos concordar com a matéria veiculada da imprensa que possa denegrir a imagem daquela instituição e com isso denegrindo a imagem de seus mestres, educadores, pesquisadores, alunos e ex-alunos. Vejam os senhores que no momento em que alguém apresentar o diploma da Unicentro, poderá ser motivo de chacota, tendo em vista que a revista Veja, em sua matéria afirma que por delegação da Unicentro ou escritório, teria fornecido dois diplomas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. E esses diplomas foram dados para dois animais: para uma égua e uma cachorra. Nós não podemos concordar com isso.

Em defesa da instituição, dos seus professores, daqueles que têm um diploma, não podemos deixar que isso fique embaixo do tapete. Temos que trazer a público e esclarecer os fatos, porque a Unicentro é uma instituição respeitada, que obteve nas avaliações feitas pelo Ministério da Educação um alto conceito, uma das melhores universidades em diversas áreas.

Um segundo requerimento, senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares, fazemos no sentido da instalação de uma Comissão Especial de Investigação, que seria composta por 05 membros, com um prazo de duração de 180 dias para averiguarmos outras denúncias que também consideramos seriíssimas que vêm atingir um órgão respeitável, de credibilidade nacional e internacional, de mais de 50 anos, que é o órgão assessor do Poder Legislativo, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a Vossa Excelência o horário da liderança do PTB.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Obrigado, senhor presidente.

Nós, nos últimos meses, temos sido bombardeados até por notícias, mais notícias, envolvimento de homens públicos com corrupção e desvio de dinheiro público. E acreditamos que isso é muito lamentável, isso que vai fortalecer, cada vez mais, a nossa democracia. E recentemente, lá em Maringá, em depoimento ao Ministério Público, assessores do ex-secretário da Fazenda, Paolicchi, mencionaram que havia envolvimento de membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no esquema de desvio de recursos daquela prefeitura. E eu acredito que não podemos aceitar calados! Não podemos permitir

que denúncias como estas possam manchar um órgão como o Tribunal de Contas que, sabemos, tem respeitabilidade internacional, tendo em vista que é quem fiscaliza recursos de empréstimos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Reconstrução e, por conseguinte, não podemos deixar que denúncias lançadas na imprensa, venham macular este órgão.

Por isso faço o encaminhamento deste requerimento, senhor presidente, senhoras e senhores deputados....

O Sr. Cezar Silvestri

Permite um aparte, senhor deputado?

(Assentimento)

Gostaria de falar sobre o primeiro requerimento de sua autoria que diz respeito a denúncias que foram publicadas na revista Veja e reeditadas por diversos jornais de circulação estadual, com relação à nossa universidade, a Unicentro. É uma universidade que faz parte da história do nosso município, Guarapuava, até porque diz muito respeito à minha pessoa, à minha família. Foi meu pai, Moacir Julio Silvestri quem criou essa universidade, na época, como faculdade e depois, graças ao trabalho de diversos deputados e com a participação efetiva desta Casa, transformada em universidade.

Conheço a direção, deputado Ribas Carli, da Unicentro e conheço o reitor, Carlos Alberto Gomes, uma pessoa que tenho um respeito e uma admiração muito grande e tenho absoluta certeza que estas denúncias não passam de denúncias vazias. Até porque não acredito que uma pessoa que tem a credibilidade e o respaldo do reitor Carlos Alberto Gomes, e têm todo o corpo docente da nossa Universidade, jamais venderiam o diploma, por R\$20,00 como ali foi divulgado. As informações preliminares que nos dão é que não passa de armação de uma pessoa, proprietária de uma empresa que teve os seus interesses contrariados, procurando, como Vossa Excelência muito bem disse, não denegrir a pessoa do reitor, a pessoa de um professor qualquer, mas denegrindo a imagem de uma universidade que é respeitada em todo o Paraná e em todo o País.

Até porque, recentemente, vários cursos da nossa universidade, tiveram conceito A junto ao MEC, mostrando que realmente é uma entidade respeitada e tem um alto nível universitário que transmite aos seus alunos.

Com relação ao segundo requerimento que Vossa Excelência faz e diz respeito a denúncias que ocorreram e foram também divulgadas através de nossos jornais, principalmente os de circulação estadual, de envolvimento de membros do Tribunal de Contas com o caso Paolicchi, no município de Maringá, acho que é nosso dever e de todos os deputados desta Casa, independente de partidos políticos, de darem apoio votando favoravelmente ao seu requerimento, até porque quando fica sob suspeição o Tribunal de Contas do Paraná, esta Casa está também sob suspeição. Não podemos esquecer que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa;

então temos o dever cívico de realmente apurarmos essas denúncias.

Por isso, antecipadamente, gostaria que Vossa Excelência contasse com o meu apoio e o meu voto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçó com atenção o seu pronunciamento, nobre deputado, e vejo a importância que tem em se investigar as denúncias que a mídia, a grande mídia estadual está trazendo com relação ao envolvimento de membros do Tribunal de Contas do nosso Estado, junto a tudo aquilo que está sendo investigado do secretário da Fazenda do município de Maringá - Paolicchii. É importantíssimo esta Casa se manifestar, formar uma comissão para investigar e trazer à tona a realidade, que é isso que nós deputados precisamos, porque o Tribunal de Contas, um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa do Paraná, está na denúncia junto a tudo aquilo que Maringá está vivendo com relação ao seu secretário da Fazenda, e temos que saber realmente se existe envolvimento ou não, e esta comissão com certeza vai trazer à tona a realidade das denúncias que acontecem no nosso Estado do Paraná com relação a esse envolvimento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Concedo aparte ao deputado Divanir Braz Palma, que é de Maringá, e certamente trará muito mais luz às palavras que acabei de pronunciar.

O Sr. Divanir Braz Palma

Realmente, nobre deputado Ribas, nós que somos de Maringá, dos deputados eleitos mais votados, temos a responsabilidade e a obrigação de dar respaldo a essa sua nobre iniciativa, no sentido que se apure esta denúncia que a todos preocupa.

Maringá realmente vive momentos difíceis, a exemplo de Londrina também, o que vem a respingar a todos que praticam atividade política no nosso Estado.

Nós de Maringá, quando Vossa Excelência apresentou requerimento, não hesitamos em apor a nossa assinatura em apoio a esta iniciativa porque é preocupante. Nós que mantivemos um relacionamento de colaboração com o ex-prefeito Jairo Gianoto, nosso prefeito na época, e nós deputados representando Maringá, trabalhamos para o bem de Maringá, e muitas vezes fomos no Tribunal de Contas retirar certidão negativa de débitos da prefeitura e levamos em mãos para o prefeito do município de Maringá.

Então, veja Vossa Excelência o constrangimento a que estamos sendo expostos, uma vez que depois que o Ministério Público de Maringá verificou o grande rombo, o Tribunal de Contas esteve lá e apurou que só na administração do prefeito Jairo Gianoto, houve um desvio acima de 56 milhões de reais, só num período de 4 anos, passando portanto de mais de um milhão por mês, dinheiro este retirado em "cash" da prefeitura, dinheiro este que poderia ter sido aplicado na saúde, na educação,

na segurança, enfim, dinheiro do contribuinte que deveria ter o destino certo, seria para a melhoria da qualidade de vida maringaense.

Então, vejo isso - como bem disse o nobre deputado Cezar Silvestri - a responsabilidade desta Casa que tem no Tribunal de Contas um órgão que está sob sua guarda, sob sua orientação e foi criado para dar apoio a esta Casa. Não queremos pré-julgar, diante dessa iniciativa, só queremos tomar esse interesse devido, como deputados, para possamos apurar o que realmente aconteceu.

Qual a falha ou as falhas que ocorreram?

Para não só apurar o caso de Maringá, mas para que o próprio Tribunal estabeleça parâmetros para que não mais aconteça isso. Caso contrário, colocaremos aqui em dúvida a necessidade de se ter um Tribunal de Contas que tão caro custa para a comunidade paranaense.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Carli, gostaria de dizer a Vossa Excelência que não é do nosso perfil cercear aqui qualquer tipo de trabalho, qualquer tipo de investigação.

Queria dizer também que participei de perto nos escândalos que envolveram Londrina e de lá tirei assim algumas lições.

Hoje, Vossa Excelência está requerendo que se investigue algo do Tribunal de Contas, e não deve ser realmente cerceado, mas gostaria até que Vossa Excelência se atentasse para algumas situações que vimos em Londrina, ou seja: o escândalo estava formado e algumas pessoas, quando estão se afogando, elas se pegam em alguns galhos secos envolvendo nomes de outras pessoas para tentar se livrar. Lamentavelmente hoje no Brasil passamos por esta questão: primeiro o cidadão já é - pela imprensa, que faz o trabalho correto, porque tem que divulgar - devidamente condenado. Já vai para a execução para depois dar a conclusão que o cidadão não tinha nada, estava perdoado, não com a mesma ênfase que a imprensa dá.

Então, o requerimento apresentado por Vossa Excelência tem procedência, mas precisamos acautelarmos de que se o depoimento de um réu, que é hoje o caso de réu confesso, o caso do senhor Paolicchii, se o depoimento dado por ele vai ter a mesma fé pública de um cidadão comum, que não é ladrão, que não rouba e que não está preso.

Porque de repente o Tribunal de Contas - não sou advogado do Tribunal de Contas, pelo contrário - mas acho que nomes que são envolvidos, que às vezes são enxovalhados antes do acontecido.

Acho até que Vossa Excelência está correto. Vou até votar com o seu requerimento.

Precisamos tomar essa cautela, porque vi em Londrina, cidadãos que foram envolvidos, que não tinha nada a ver, que apareciam em uma lista.

Tinha uma lista lá, de um cidadão chamado Carlos Júnior, com quem convivi e conheço. Parecia a Lista de

Schindler, todo mundo que aparecia já ia para a câmara de gás e era devidamente condenado e queimado em praça pública.

Tenho muito receio disso, porque se falhas existem no Tribunal de Contas, que não é também perfeito, nem aqui e em nenhum lugar do Brasil, mas também lá, existem pessoas honradas que às vezes podem ter os seus nomes - não sei nem quem são as pessoas - mas algumas poderão ser injustamente citadas.

Vou votar com Vossa Excelência, mas queria esta cautela para que não passássemos o que eu vi em Londrina, pessoas condenadas, queimadas, fritas, para depois a imprensa mesma ter que divulgar que eram inocentes.

Temo por isso, embora o senhor Paolicchi também esteja a cada dia, com uma notícia diferenciada de que ele vai denunciar alguém. Sempre tem alguém! Isso também é uma forma intimidatória, que Vossa Excelência como homem público, já de vida reconhecida e com a experiência que tem, sabe que também precisa ser investigado.

Só queria fazer este aparte para aqui não cometermos injustiças ou julgamentos antecipados.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente e senhores deputados, quero agradecer a todos os que me apartearam e dizer ao nobre deputado Moysés Leônidas, que é exatamente em encontro dessa preocupação que o senhor levanta, que estamos pedindo a Comissão Especial de Investigação.

Porque já foi veiculado pela imprensa que tem nomes no Tribunal de Contas envolvidos e não podemos permitir isso.

Acho que é um dever desta Casa apurar se realmente são verdadeiras aquelas afirmações, porque senão a coisa fica no ar.

Então, a Comissão Especial de Investigação vai ao encontro dessas provas, para ver se realmente são verdadeiras as afirmações e quem são as pessoas, porque como dizia ao iniciar a minha preleção, não podemos jogar na lama uma instituição cinquentenária, uma instituição que fiscaliza a aplicação dos recursos públicos por parte do governo do Estado e por parte das prefeituras do Paraná. Tenho convicção que todos os membros desta Comissão Especial de Investigação terão todo o cuidado em não divulgar nenhum fato antes de ser apurado. Porque senão esta Casa vai ficar sempre na esperança ou aguardando que o Ministério Público fiscalize, quando, na verdade, temos esta função fiscalizatória.

Agradeço seu aparte, mas posso lhe afiançar, posso lhe garantir que já participei de Comissões Especiais desta Casa e não houve nenhum vazamento de informações até que fosse realmente constatado o envolvimento das pessoas.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado, senhoras e senhores deputados. Conto com o voto para a aprovação desse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de aproveitar o momento para fazer um registro. Primeiramente saudar a presença aqui em nossa Casa, do diretor do jornal de Francisco Beltrão, "Jornal de Beltrão", jornal mais importante da nossa região, sem demérito aos demais meios de comunicação. E, ao tempo em que saúdo o diretor Ivo Pegoraro, quero também aproveitar o momento para cumprimentar os demais parlamentares que tomam assento nesta Casa, o deputado Eli, o deputado Custódio e de forma especial, fazer nossa saudação à deputada Luciana - companheira da região Sudoeste do Paraná, onde dividimos a mesma base, que é Francisco Beltrão. E tenho certeza que juntos, Luciana, faremos muito pela região, como também os demais parlamentares que compõem esta Casa e representam a região, vão se somar às lutas maiores do Sudoeste do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado, deputado.

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Com alegria ocupamos a tribuna na tarde de hoje quando reiniciamos os trabalhos legislativos, referentes a este novo século, a este novo milênio. E é muito bom e é uma honra ser deputado nesta Casa, marcar a história do Paraná quando iniciamos uma nova jornada. Quero, antes de mais nada, me congratular com a Comissão Executiva desta Casa, que recentemente encerrou seu mandato, brilhantemente presidida e conduzida pelo deputado Nelson Justus e, na seqüência, pelo deputado Caíto Quintana. Foi um trabalho extraordinário que fez com que a Assembléia Legislativa do Paraná, melhorasse, e muito. Uma caminhada difícil após o falecimento do deputado Anibal Khury, mas temos que registrar aqui, sim, senhor presidente, os avanços que a nossa Casa teve, o crescimento que tivemos, a melhoria da Assembléia Legislativa do Paraná, e por isso a Comissão Executiva merece o nosso aplauso, merece o nosso reconhecimento.

Por outro lado, quero desejar à Comissão Executiva que assumiu o comando da Assembléia Legislativa do Paraná, muito sucesso. Que possa, esta Comissão, no final deste período, ser comemorada e congratulada por todos os deputados que compõem este Parlamento. Que a nossa Assembléia Legislativa do Paraná seja transparente, seja progressista e possa ela traduzir com amplitude o sentimento do povo do nosso Estado.

Que a Comissão Executiva que hoje preside esta Casa e comanda pela primeira vez, tenha sucesso neste período, fazendo com que o povo do nosso Estado tenha orgulho deste Parlamento, deste Poder.

Quero também, senhor presidente, dar as boas-vindas aos parlamentares que começam hoje aqui viven-

ciando esta nova fase, a nossa querida amiga, deputada combativa, Luciana Rafagnin, do Partido dos Trabalhadores, que aqui já esteve e brilhantemente ocupou uma vaga nesta Casa, queremos agora na sua companhia podermos travar boas lutas na defesa do povo do nosso Estado; igualmente ao deputado Tureck, companheiro que volta a esta Casa; ao deputado Eli Ghellere, de São Mateus do Iguaçu, seja bem-vindo e que possamos trabalhar em defesa do povo do Paraná; ao deputado Aparecido Custódio da Silva, que aqui nesta Assembléia possa ajudar o povo de Curitiba e do Paraná a melhorar a condição de vida.

Senhor presidente, vou apresentar um projeto de lei nesta Casa visando reduzir o recesso parlamentar. Entendemos que o recesso é demasiadamente longo e precisamos encurtá-lo, porque neste período de dezembro até agora, muitas coisas se passaram neste Estado e necessário se fazia a nossa vigilância aqui neste Parlamento. Por isso, iremos já apresentar essa proposta de lei, porque entendemos que ela atende plenamente os anseios do povo do Paraná que quer que a Assembléia Legislativa possa estar funcionando o maior espaço de tempo possível para que a população não esteja órfã, seja bem representada e bem defendida.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a Vossa Excelência o horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Muito obrigado.

O Paraná neste período viveu uma angústia muito grande, o governador ausente, viajando ao exterior, a polícia batendo severamente nos caminhoneiros, o funcionalismo público desesperado com a notícia que o seu salário seria atrasado, o governador recebido nas cidades do interior com a ira da população, chegando ao ridículo de ter que fugir de solenidades públicas. Quando é que nós imaginávamos que o povo do Paraná, tão pacífico e ordeiro, fosse receber o governador, a nossa maior autoridade, com tanto desdém, com tanto pouco caso? É um sentimento de tristeza e abandono que faz com que a população vá à rua para repelir aquelas pessoas que não lhe atendem.

O Paraná, senhor presidente, esquecido impiedosamente por essas pessoas que lamentavelmente desgovernam o nosso Estado, viveu um período de turbulência nesse período em que a Assembléia passou em recesso. E é por isso que temos que encurtá-lo para que possamos discutir aqui neste Plenário os problemas que o nosso Estado enfrenta. E é neste sentido que iremos apresentar o nosso projeto de lei, é com este teor e é com esta filosofia.

Queremos também que esse período que hoje começamos seja um período sacrossanto, seja um período de idéias férteis, de idéias úteis, que aqui nesta Casa a boa semente seja jogada na terra, assim como o agricultor rasga a terra e joga a semente no chão, nós também,

deputados, possamos arregaçar as mangas e jogar a boa idéia no solo, para que as idéias fortaleçam, cresçam e possam dar bons frutos, e que possamos fazer com que este Parlamento e este Poder sejam independentes e não capachos do Poder Executivo, que não sejamos subservientes aos mandos que vêm do 3º andar do Palácio Iguaçu, que sejamos transparentes para a opinião pública, que os nossos atos sejam vislumbrados com muita serenidade pelo povo do Paraná, que possamos cumprir que o governo do Estado do Paraná cumpra com a lei orçamentária e que não a desfigure, como tem feito paulatinamente. E que ele pague os doze mil convênios que assinou com as prefeituras, aplicando o maior calote da história do Paraná. E que cessem as viagens internacionais às custas do dinheiro do nosso povo. E assim, senhor presidente, que possamos dar exemplo de sabedoria, inteligência, que possamos mostrar ao Paraná que o salário que recebemos é um salário bem pago, porque vamos produzir para atender aos interesses do nosso Estado. E que a Assembléia Legislativa seja respeitada, dignificada, em qualquer lugar por onde andemos.

Da parte do PMDB será assim a nossa atuação. O nosso partido vai se comportar como tal, com respeito, com dignidade. Por isso mesmo, deputado Durval Amaral, queremos desejar sucesso a Vossa Excelência, que terá uma espinhosa missão, a de defender o governo, um governo moribundo, um governo desfalecido. Desejamos a Vossa Excelência muita inteligência para que possa, com coragem e determinação, defender um governo que é indefensável, sob todos os pontos de vista. Assim como teve coragem o deputado Valdir Rossoni, que cumpriu aqui nesta Casa com seu papel, deputado Valdir Rossoni, que mesmo lá daquela tribuna... para concluir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para concluir, senhor deputado.

O SR. NEREU MOURA

Espero que Vossa Excelência tenha a mesma condescendência que teve com os oradores que me antecederam... com posições diferentes, foi firme, corajoso e teve que enfrentar uma espinheira danada e carregar o governo do Jaime Lerner nos ombros aqui neste Parlamento. E, infelizmente, recebeu como tratamento um tratamento que não gostaríamos que fosse dado nem ao pior inimigo.

Todavia, para encerrar, senhor presidente, a nossa primeira palavra aqui é, não com um sentido amargo, mas com o coração aberto, para que possamos produzir muito aqui neste Parlamento, discutir, questionar, colocar os nossos pontos de vista, respeitando a opinião, o posicionamento dos colegas parlamentares, mas que no conjunto destas discussões o povo do Paraná seja o grande ganhador, para que ele possa comemorar com as vitórias que este Poder irá dar ao povo do nosso Estado.

Concedo a palavra, brevemente, ao deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Deputado Nereu Moura, quero cumprimentá-lo por ter proferido...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só queremos lembrar o deputado Beraldin que o tempo do deputado Nereu Moura já esgotou. Vamos dar um minuto. O deputado Nereu Moura já passou dois minutos do seu tempo, já usou do Pequeno Expediente, já usou do horário destinado à Liderança do PMDB. Então, um minuto, por favor, deputado Beraldin.

O Sr. Beraldin

Vossa Excelência já demonstra serviço...

O SR. NEREU MOURA

Imparcialidade.

O Sr. Beraldin

...intervindo neste aparte. Vossa Excelência se apresenta como o novo vice-presidente da Casa, com certeza vai exercer com muito brilhantismo. E nós, como soldados, aqui, queremos...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Agradecemos os elogios, deputado Neivo Beraldin, mas é questão regimental.

O Sr. Beraldin

... ser firmes no sentido de dar sustentação à vossa magnitude, a Vossa Excelência, senhor presidente Elio Rusch.

No entanto, deputado Nereu Moura, para concluir o meu breve aparte, queria dizer que ontem vi uma entrevista do presidente da Câmara dos Deputados em Brasília, Aécio Neves, e ele também colocava essa questão de diminuir o período legislativo, das férias, ou o recesso parlamentar. E que talvez fosse oportuno aguardarmos o que Brasília determina para que de repente encontremos aí uma saída harmônica para resolver esse problema. mas de qualquer sorte, cumprimento Vossa Excelência porque traz um assunto importante e efetivamente o período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro é um período bastante longo e nós poderíamos, com certeza, diminuí-lo e a população naturalmente ficaria muito mais feliz vendo seus deputados debatendo os temas que envolvem o interesse da população do nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, concluo dizendo a Vossa Excelência que vamos ter aqui o maior respeito por Vossa Excelência ou por quem vier presidir a Mesa, todavia gostaríamos que todos fossem tratados com o mesmo

peso e com a mesma medida, que nenhum deputado aqui tivesse tratamento diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Grande Expediente, deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Infelizmente voltamos a essa tribuna passando quase um ano após aquele problema que tivemos com a Repar-PR, onde passamos mais de quinze vezes, mais precisamente dezessete vezes acompanhando todos os projetos, o andamento, a contenção, a redistribuição e a limpeza dos rios que cortam a Região Metropolitana de Curitiba, principalmente o rio Iguaçu. Foram usados naquele momento quase dez milhões de reais em investimentos diretos e indiretos. E voltamos a esta tribuna, também sobre este assunto, para tratar de mais um impacto negativo para a nossa Petrobrás.

Estivemos sábado pela manhã no município de Morretes aonde pessoalmente acompanhamos naquele momento menos de cem homens da Petrobrás que lá estavam tentando conter a invasão dos rios do Meio, Carambuí, Sagrado e Nhundiaquara. Visualizamos que até a intenção da Petrobrás seria eficaz se eles tivessem de imediato fechado já a distribuição de óleo diesel que teria, pela notícia dada pela Petrobrás, sido liberada apenas mil e duzentos litros avançando no rio.

Mas infelizmente, como falou o deputado Algaci Tulio, como falou o deputado Marcos Isfer, como falaram vários deputados aqui, temos nesse momento um problema mais sério, senhor presidente, um problema que invoca talvez a Assembléia de uma forma negativa para que não só o deputado Zuk, Vossa Excelência, deputados Elio Lino Rusch, Traiano, Durval Amaral, Nereu, representante da Oposição, para que tomemos uma medida cautelar em cima da Petrobrás. Como chegamos atrasados aqui, doutor Marcos, porque estávamos ao vivo na Rádio Cultura com o secretário de Meio Ambiente, doutor Andriguetto, que comentava que a partir dos mil e duzentos litros já foram resgatados cinquenta mil litros de óleo diesel, fora o que foi evaporado, o que foi disperso na baía de Paranaguá.

Por isso tomamos duas medidas: hoje pela manhã mantemos contato com a Repar-Petrobrás, convocamos o diretor-presidente que está na gerência geral da refinaria, doutor Paulo Rosa de Campos, que já encaminhou até a Transpetro, que o deputado Algaci Tulio também está acompanhando em paralelo, pela pessoa do senhor Carlos Ermiliano Leite para que amanhã, pela manhã, uma Comissão Interpartidária, onde peço aos líderes de Partido que indiquem os seus deputados, para que possamos chegar até Morretes e verificar o que foi feito na sua base, em seguida irmos a Paranaguá, onde o diretor da Transpetro - até o seu nome é interessante, porque dá a entender que é vinculado a alguma associação não

governamental - doutor Ong Li (sic). Ele, com certeza, já está sob a pressão de mais de 30 ONG's - como já ocorreu quando do vazamento do oleoduto, aqui, em Araucária, no rio Iguaçu e também junto ao terminal de Paranaguá, onde os diretores estarão nos aguardando.

Faço uma ressalva, senhor presidente. Todos os deputados têm uma co-responsabilidade em cima dos meios de comunicação, de transmissão e de segurança deste Estado.

A Petrobrás não está mostrando, infelizmente, o que ela mostrou nos seus lucros do ano 2000, deputado Vanhoni - foram dez bilhões e cem milhões de lucro aferido à Petrobrás, sem contar as suas subsidiárias. Dez bilhões que investidos em nosso Estado sequer chegaram a vinte milhões na área ambiental.

Temos um projeto onde discutimos com vários diretores da Petrobrás - temos um requerimento aqui, na Mesa Executiva - e queremos a votação desta Assembléia, para que a Petrobrás apresente todos os relatórios, que foram feitos por suas empresas terceirizadas, pelas subsidiárias, na questão ambiental, também na sua distribuição e recolocação desses produtos, oriundos da Refinaria Repar, para que possamos ter um controle em parceria com a Secretaria da Estado de Meio Ambiente, onde o doutor Andriguetto e o diretor-geral, doutor Razera (sic), já propuseram uma equipe de técnicos, que será subsidiada, aí sim, pela Petrobrás, para que fique permanentemente monitorando, codificando com a Assembléia, num código, em computador, como é que estão sendo feitas as manutenções.

Tivemos seis grandes problemas ambientais, no final do ano passado, até o começo deste ano. Problemas ambientais que chegaram à cifra de mais de 35 milhões de prejuízo à Petrobrás. Esses 35 milhões poderiam ter sido revertidos na questão de manutenção, preservação e investimento na área ambiental e com certeza, teríamos tido um outro resultado e não esse que estamos acompanhando.

Vamos estar na próxima semana no Rio de Janeiro, conversando com os diretores, após o Carnaval, com o diretor-presidente da Petrobrás - que já conversamos - com o ministro José Sarney Filho, tratando objetivamente de uma ação positiva, não só em nosso Estado apenas, porque esses rios que banham as margens, não só de Piraquara, de Pinhais, passando toda a região metropolitana e chegando a Foz do Iguaçu, também estão sendo afetados por outros problemas que a Petrobrás está aferindo, em cima de problemas técnicos.

Acreditamos que toda a discussão, deputado Renato Gaúcho, passa também pela mídia, como passou pelas mãos do deputado Ricardo Chab, do meu companheiro Carlos Simões e pelas mãos de todos os radialistas, principalmente, aqueles que têm vinculação com o litoral do nosso Estado, sabendo o quando é importante a manutenção dessa distribuição e, principalmente, de óleos e combustíveis, que estão sendo afetados.

Gostaríamos de chegar ao ponto, dizendo que a Petrobrás seria uma empresa perfeita. Mas, a partir do momento que tentamos a modificação de um nome, um investimento de mais de um milhão de reais, trazendo prejuízo moral internacionalmente, como já identificamos em Nova Iorque, onde viramos chacota, quando tentaram mudar o nome de Petrobrás para Petrobrax. E aí podemos imaginar o que pode estar acontecendo dentro da nossa empresa, que tanto é respeitada internacionalmente, mas nacionalmente está trazendo vexames atrás de vexames.

Gostaríamos dessa indicação de todos os líderes que aqui estão, que amanhã, a partir de nove horas da manhã, nos deslocássemos antes da vinda do então presidente da Petrobrás aqui à Assembléia para que, pessoalmente Vossas Excelências acompanhem o que já foi feito e o que deve ser feito, principalmente a camada de óleo que já avançou, dentro da baía de Paranaguá, deputado Pessuti, já foram identificados animais mortos, contaminação de veios de perfuração de poços artesanais vizinhos, como já citei, são quatro grandes rios que banham o litoral do Paraná e principalmente a mata Atlântica do nosso Estado.

Acreditamos que com a presença de Vossas Excelências, sabendo quanto é importante a dedicação desta Assembléia, não só nesse problema momentâneo, mas em todos os demais problemas que já tivemos com a Petrobrás, inclusive devemos cobrar um maior patrocínio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, porque entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Ibama já foram multas de mais de R\$300.000.000,00, apenas no ano de 2000. R\$40.000.000,00 já foram pagos diretamente à Secretaria de Meio Ambiente, que foram indicados a um fundo especial de Meio Ambiente e vamos indicar a proposta de co-relação da necessidade de aplicação desses recursos, vamos buscar também a atenção do governo federal para que não tenhamos problemas, como este que estamos passando.

Acreditamos que Maringá está sofrendo neste momento, que Pato Branco está sofrendo, que Dois Vizinhos está sofrendo, que Foz do Iguaçu está sofrendo, que todas as cidades, como Ibiporã, também sofrem nesse momento. Mas queremos que a Petrobrás, aqui no Paraná, tenha o respeito novamente dos paranaenses. Queremos que, de Foz do Iguaçu até a nascente do Iguaçu, possamos falar, em alto e bom som, que estamos sendo, no mínimo, respeitados. Vamos estar presentes amanhã, quero a presença de Vossa Excelência, deputado Algaci, não só como interlocutor novamente, nesse assunto mas também como braço direito, como os demais membros da Comissão de Meio Ambiente mas aos deputados que tenham vinculação e que tenham sentido o tamanho do problema que talvez passe em todos os municípios do Estado do Paraná.

Vamos querer um relatório da manutenção de todas as linhas de distribuição, como já foi passado às mãos do Caxias, na Mesa Executiva, queremos aferir com técni-

cos, até do governo do Estado, para que não tenhamos nenhum tipo de discussão “a posteriori” a esse discurso. Queremos a Petrobrás unida com o governo do Estado, com as prefeituras que lá estão gerando recursos e emprego mas queremos, acima de tudo, que o meio ambiente seja respeitado.

Queria entrar num outro assunto, senhor presidente, aproveitando até a discussão sobre a questão de co-relação do Tribunal de Contas e esta Casa, onde chamo a atenção do deputado Fernando Ribas Carli. Tivemos contato com o ex-presidente que Vossas Excelências conhecem, ex-deputado e meu pai, Kielse Crisóstomo da Silva, tivemos contato também com o atual presidente Rafael Iatauro, onde, querendo ou não, a figura do Tribunal de Contas também passa por este Parlamento, queremos deixar muito claro que não existe nenhuma possibilidade de cerceamento, por parte do Tribunal de Contas, de qualquer notícia ou denuncia contra qualquer membro daquela instituição.

Queremos claramente, a verdade do que está acontecendo, lá em Maringá, em Londrina, em qualquer canto deste Estado. Não estamos aqui para acobertar qualquer um que tenha feito mal contra o governo do Estado ou contra as suas prefeituras. Nós queremos a clareza do assunto, quando se trata da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas. Vamos estar atentos, o presidente daquela instituição, conselheiro Rafael Iatauro vai estar esperando até essa convocação e em cima das notícias que nós temos, pela mídia, nós queremos as provas também contra estas pessoas que provavelmente serão indicadas, seja no Tribunal de Contas, seja no Ministério Público, seja em qualquer outra prefeitura, na Câmara Federal ou até mesmo aqui, na Assembléia Legislativa, estamos esperando esta resposta também.

Por isso nós reiteramos a esta presidência este primeiro assunto que é a questão Repar Paraná, quanto a questão Transpetro e a questão da invasão destes rios que não só estão sendo desviados do aproveitamento da coleta de água aos municípios, mas estão nesse momento oferecendo até perigo às comunidades vizinhas por este problema gerado a partir de Morretes.

Vamos tentar levantar cada vez mais o nome da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, da Comissão Especial do Meio Ambiente desta Casa, tentando defender, mesmo com problemas, mesmo com discussões internas, todos os preceitos que são me dados como presidente desta comissão, mas quero também a participação direta e indireta de todos os parlamentares.

Estaremos amanhã aguardando às 9 horas da manhã, os parlamentares que serão indicados por esses partidos ou por esta Presidência, como lhe couber, presidente, como ficar melhor, para que amanhã já nos desloquemos a Morretes para que pessoalmente, não só pela presença na quarta-feira do então presidente que está chegando de viagem, doutor Rubens, substituindo já o ex-presidente, após o problema Repar-Araucária, que era o doutor Eduardo, tivemos várias discussões com ele, para

que ele possa explicar o quanto será aplicado esse ano na conservação de oleodutos, que há mais de 30 anos foram já instalados em nosso Estado, muitos sem manutenção, como vocês estão acompanhando.

Queria agradecer esta presidência, dizer que a Comissão do Meio Ambiente está aceitando também mais idéias não só na questão da Petrobrás, mas em todas as questões pertinentes à conservação desses rios que já estão poluídos, principalmente os que margeiam a região metropolitana, e que estamos buscando parcerias na iniciativa privada para que venham conservar os rios que estão neste momento abastecendo as nossas casas.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passa-se ao Horário das Lideranças:
PL, PSL, PFL, deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Inicialmente, quero ressaltar aqui a forma como a nova Mesa Executiva em especial o seu presidente Hermas Brandão, vem conduzindo os trabalhos desta Casa.

Inicialmente, na última semana, fomos chamados representando o Partido da Frente Liberal, com os demais líderes desta Casa para debater junto com o presidente e com todos os representantes de cada Partido, a elaboração da Ordem do Dia, prerrogativa especial do presidente da Casa, e que o deputado Hermas Brandão, discute ampla e democraticamente com todos os membros e deputados para podermos juntos esclarecer os projetos, os vetos, para serem colocados na Ordem do Dia, para que aqui neste Plenário possamos discutir e votar e democraticamente decidir a maioria dos votos para que possamos aprovar ou rejeitar os assuntos que por aqui passam.

Quero fazer uma saudação, senhor presidente, aos deputados do Partido da Frente Liberal que oficialmente se colocam neste Plenário, nesta Casa de Leis, como o caso do deputado Nelson Tureck, deputado suplente que oficialmente ocupa o seu espaço nesta Casa com a saída do nosso amigo deputado Beto Richa, que assumiu a vice-prefeitura de Curitiba, e no seu lugar o deputado Nelson Tureck aqui assume, representando aquela região, e o município de Campo Mourão, município importante do centro do Estado do Paraná, e que aqui Nelson Tureck vai responder pelos anseios dos moradores e eleitores daquela região e daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Plauto Miró, com a vossa permissão, suspendemos o trabalho por 5 minutos já que a Assembléia Legislativa recebe nesse momento o embaixador da França, neste recinto.

(Está suspensa a sessão)

(Reaberta a sessão)

Concedemos a palavra ao deputado Plauto Miró, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Para encerrar, senhor presidente, queria aqui fazer a saudação ao deputado Custódio Silva, que representa Curitiba, região metropolitana, e que vem junto com o deputado Nelson Tureck fazer com que o Partido da Frente Liberal passe a ter 10 (dez) representantes nesta Casa de Leis, e dessa forma engrandecendo a discussão dentro desta Casa, no seu dia a dia.

Quero aqui agradecer a todos e tenho certeza que na liderança do deputado Durval Amaral, líder do Governo nesta Casa, também do vice-líder deputado Ademar Traiano, teremos um comando e uma direção clara da bancada do governo no seu dia a dia nas bases de sustentação com o governo do Estado, onde tenho certeza, votações importantes serão dirigidas e discutidas nesta Casa, pela batuta do nosso líder do Governo, Durval Amaral.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra do deputado Sergio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, em primeiro lugar, as boas-vindas aos nossos novos colegas em nome da Bancada do PSDB; em segundo lugar dizer da satisfação de ter ouvido um discurso do estadista, do novo presidente desta Casa na data da sua posse.

Confesso que prestei bastante atenção, no discurso do presidente Hermas Brandão e as suas propostas e os seus projetos vem de encontro aos anseios desta parlamentar, que tenho certeza que são os anseios de toda a sociedade paranaense.

Quero fazer um registro, no último dia 02 de fevereiro o PSDB do Paraná, através do seu Diretório Regional e o Instituto Teotônia Vilela, através da sua presidência o ex-deputado Helio Duque realizaram um encontro, aqui na capital, com o intuito de discutir a Lei de Responsabilidade Fiscal, de repassar e discutir o manual de obtenção de recursos aos prefeitos de todo o Estado do Paraná. Com o intuito natural do PSDB lançar a pré-candidatura de Álvaro Dias ao governo do Estado.

Enquanto foi superprestigiado na presença do ministro José Serra, do então candidato, hoje presidente da Câmara dos deputados Aécio Neves, senador Sergio Machado, Líder do PSDB do senado, das presenças ilustres dos senadores Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias. Dos deputados Gustavo Fruet, deputados estaduais do PSDB, do PMDB Orlando Pessuti, deputado Caíto Quintana, ex-deputado Romanelli, enfim, a quem nós externamos os nossos agradecimentos pela participação no evento.

Mas, o que é mais importante naquela oportunidade, o PSDB do Paraná adotou a posição oficial e formal de lutar contra a privatização da Copel, ou então da venda do restante das ações que estão hoje em poder do governo do Estado do Paraná. Essa moção foi apresentada ao evento pelos seis deputados estaduais da Bancada do PSDB. E, neste final de semana esta liderança, em nome do Partido, em nome da bancada, distribuiu à imprensa um pré-projeto de lei visando exatamente atingir esses objetivos.

Achamos por bem apresentar este projeto embaçado nos seguintes termos: que ficariam revogados os artigos 3º ao 8º e seus parágrafos, da Lei nº 12.355 de 8 de dezembro de 1998. Em síntese. Isso, naturalmente, porque esses artigos apenas discriminam a forma como serão ou seriam leiloadas essas ações e discriminam também obrigações aos futuros adquirentes dessas ações, caso venha a ocorrer a alienação. O artigo 1º e o artigo 10 não teriam a necessidade de ser revogados, até porque tratam da reestruturação da Copel. Não fala em venda de ações e o artigo 10 fala da criação da empresa ParanáInvestimento.

Mas, chegando nesta Casa, conversando com as lideranças de outros partidos: deputados Orlando Pessuti, a quem admiro, respeito, prezo; Luiz Carlos Zuk; Toni Garcia; José Maria; Beraldin. Os deputados, enfim, desta Casa, achamos por bem apresentar um substitutivo, que poderia muito bem ser elaborado pelo Plenário da Casa ou então nas Comissões. Mas, achamos por bem, apresentar de pronto este substitutivo, despersonalizando a proposta, fazendo com que todos os parlamentares, todos os partidos e todas as forças do Paraná que se colocam neste momento contra a venda do restante das ações da Copel, passassem a ser os autores dessa proposta e deste projeto. Foi neste sentido que acabamos, e falo em nome dos seus deputados do PSDB, que acabamos de assinar este projeto. E queremos, daqui para frente, promover uma ampla discussão, um profundo debate com toda sociedade paranaense sobre a conveniência ou não da venda das ações da Copel. Inclusive, na próxima 4ª feira estaremos, e se possível com a presença dos senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, participando de um seminário que vai ser realizado aqui mesmo, nesta Casa.

Para fazer este registro, senhor presidente, em nome do Diretório do PSDB do Paraná e da Bancada do PSDB, é que estou ocupando esta tribuna.

Finalizo registrando, em nome do oeste do Paraná, a minha alegria, a minha satisfação e por dever, o evento de tamanha magnitude, como o Show Rural acontecido em Cascavel. Uma demonstração da pujança da agricultura do Estado do Paraná, iniciativa privada, partida da Coopavel. Uma cooperativa que há pouco tempo estava em dificuldades enormes, mas que demonstra que um cooperativismo bem gerido, bem administrado, tem uma contribuição muito grande a dar à agricultura, ao Paraná e ao Brasil.

Gostaria, se possível, de registrar um voto de louvor, tenho certeza em nome de toda esta Casa, à diretoria da Coopavel e a todos os organizadores daquele magnífico evento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário da Liderança do Governo. Com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados. Neste momento inicial quero render as minhas homenagens ao líder do governo, Valdir Rossoni que me antecedeu, grande companheiro e amigo que com galhardia e muita bravura defendeu intransigentemente o governo durante todo o período que esteve à frente da liderança, fazendo com que as totalidades dos projetos de interesse do governo nesta Casa fossem apreciados, votados e aprovados, cumprimentar também ao presidente da Casa, Hermas Brandão e a toda a Mesa Diretiva, pela grande articulação política e capacidade gerencial que tem o Hermas, e que todos nós, deputados, depositamos ao Hermas, no Rossoni, no Annibelli, enfim, na Mesa Executiva, as diretrizes e trabalhos desta Casa nos próximos 2 anos.

Mas, senhores deputados, em respeito aos companheiros da base de sustentação política e aos deputados de Oposição, com quem tenho uma fraterna convivência; em respeito e consideração ao nosso vice-líder Ademar Traiano, quero lembrar:

(**Lê**):

“Excelentíssimos senhores deputados.

Brava gente da imprensa, funcionários da Casa.

Ilustre brasileiro, de saudosa memória, dizia que “política é arte de engolir sapos”.

Política é mais, muito mais do que isto: é a “arte da esgrima”, do debate construtivo, democrático, cordial, respeitoso. É a fascinante arte de construir as municipalidades, os Estados, as Nações. É a arte de expressar os sentimentos do cidadão enquanto indivíduo e a expressão do querer e da alma das massas, das coletividades. É, enfim, a fascinante arte de construir o futuro.

Devemos muito à civilização grega, aos gregos antigos. Essa gente de espírito aberto, amante dos jogos ao ar livre e da cultura que lançou os esteios da moderna civilização. Assim como a grande herança romana foi a criação do direito e a estruturação do Estado, a grande herança grega foi a democracia.

E tudo começou naquela fantástica Atenas antiga, com o povo reunido em praça pública, discutindo e decidindo livremente, e por maioria, os destinos da Cidade-Estado. E desde então, decorridos 3 (três) milênios não se encontrou fórmula melhor de se conduzir os interesses públicos. Desde então não se inovou apenas se racionalizou o processo: como a população se tornou numerosa criou-se a representação popular e a praça deslocou-se

para o interior dos prédios para as Assembléias para as sedes dos parlamentos.

Esta Casa é a praça onde se reúne o povo de todos os recantos deste Estado, é a praça onde fala e decide o povo, pela voz de seus representantes.

Eis porque apelo a Deus e aos espíritos de parlamentares ilustres que nela tem assento, para que nos iluminem na empreitada de líder do Governo, função que a partir deste momento tenho a honra de assumir.

Se algo tenho aprendido é que tanto na vida quanto na política “quando o caminho se faz resistente, é preciso fazer com resistência o caminho”.

Sei das dificuldades que tenho pela frente. Sei que em política é muito mais fácil ser estilingue do que vidraça. Como dizia Milton Campos, com jeito mineiro e visão de estadista: em política criticar é fácil, fazer e que são elas.

Sei que em política, como em tudo na vida, destruir ou tentar destruir é muito mais fácil do que construir. Talvez mereça reflexão a famosa resposta do escritor ao do crítico literário: criticar é fácil, o difícil é fazer.

Em política não há unanimidade. Não há governo perfeito. Todo o governo é passível de crítica. Mas a crítica justa é aquela que coloca na balança os erros e os acertos do governo. E a crítica política, via de regra, passa ao largo da justiça. Política e crítica justa raramente caminham juntas. É fenômeno que, com raras exceções, ocorre em todos os parlamentos. Como o papel da Oposição é a crítica parcial, no interesse pessoal ou no interesse partidário, o papel do líder, aqui ou alhures, é o de realçar as principais realizações do governo. E de defendê-las.

Os grandes governos deixam uma marca pela qual serão julgados pela posterioridade. E a marca governo Jaime Lerner, é a industrialização do Paraná. E esta marca, por mais que se esforcem os adversários políticos do governo, está gravada com tintas largas no coração e na alma de nossa gente, como uma vigorosa transformação de um Estado eminentemente agrícola em centro industrial.

Quer queiramos ou não, o governo Jaime Lerner conquistou um lugar na História como um marco, um divisor de águas entre o Paraná simplesmente agrícola e o Paraná agrícola e industrializado.

Não quero me estender, por amor à brevidade. Mas deixem-me enfatizar que nenhum país, nenhuma região ganhou foros de “primeiro mundo” sem desenvolvimento industrial. A indústria é, tem sido, e será sempre, aqui ou alhures, o trampolim para o desenvolvimento.

Tenho profunda consideração pelo meus pares nesta Casa. Tenho profundo respeito por todos os parlamentos democráticos. E particularmente pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a nossa Casa, a Casa do povo paranaense, a Casa de Bento Munhoz da Rocha Neto e de Anibal Khury e de tantos outros políticos de saudosa memória, que a engrandeceram. Esta é a casa da

engenharia política e dos debates dos interesses da coletividade. Espero que possamos colocar os interesses da gente paranaense acima dos interesses partidários. Tudo na vida começa em forma de sonho. Sonho que a Oposição seja apenas oposição ao governo, e não oposição aos interesses do Estado, e não oposição aos interesses da brava gente paranaense.

Conto com ajuda dos amigos, dos colegas de sustentação ao governo nesta Casa, e convido a Oposição para a convergência nos temas de interesse da comunidade paranaense e que nos temas controversos, mantenhamos uma relação de divergência respeitosa e se possível cordial, como convém ao regime democrático.

Tenho consciência das dificuldades com as quais me defrontei. Sei que a liderança de um governo, em final de mandato, notadamente em virtude da proximidade de eleições, é sempre tarefa ingrata. Mas como dizia o grande Papa João XXIII “O obstáculo é uma bênção de Deus. Se caminharmos sem empecilho corremos o risco de ir mais longe do que desejamos”.

Agradeço a atenção.

Peço e rogo a todos os companheiros deputados, aos companheiros da Oposição, aos companheiros da base de sustentação política ao governo, humildemente, a compreensão, e que Deus me ilumine, ao deputado Traiano, e a todos os deputados, para que possamos exercer com dignidade as nossas funções de falar a voz do governo Jaime Lerner aqui nessa Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a Liderança de Oposição se fará uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados. É evidente que sendo hoje o primeiro dia de trabalho efetivo desse plenário nessa 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura cabe a nós nesse momento em nome dos deputados da Oposição fazer uma saudação especial à nova Mesa Executiva da Assembléia, constituída por brilhantes parlamentares desta Casa, sob a presidência do deputado Hermas Brandão.

Como disse o deputado Hermas, esta Mesa Executiva foi moldada e constituída espelhando a realidade desse Plenário. E por essa razão tenho certeza que não só o deputado Hermas, o deputado Rossoni, o deputado Annibelli, que compõem a Comissão Executiva, mas os demais integrantes, o Élio Rusch, o Seleme, o Colombo, o Edno Guimarães, o nosso companheiro Nelson Garcia, todos eles haverão de se conduzir dentro do princípio que norteou a formação dessa chapa. Nós temos certeza disso e haveremos de colher bons frutos no trabalho desta gente, que foram por nós escolhidos para tão bem dirigir a Assembléia Legislativa do Paraná.

Também é momento de nos congratularmos com a deputada Luciana, com o deputado Eli Ghellere, integrantes da nossa Bancada de Oposição, e também com o deputado Nelson Tureck que integra as hostes da bancada governista, assim como o deputado Custódio que substitui temporariamente o deputado Nelson Justus.

Teríamos tantos assuntos para falar hoje, senhor presidente, da nossa visita ao Show Rural em Cascavel, onde lá estivemos com diversos companheiros, e esse show sem sombra de dúvidas é organizado pela Coopavel e pela Emater, Empresa Paranaense de assistência Técnica e Extensão Rural que demonstra realmente a força do setor produtivo rural e do setor industrial ligado ao setor produtivo rural. Àqueles que não puderam lá comparecer, fica desde já a sugestão para que no ano que vem possamos lá estar e que possamos comparecer também a outros eventos como a Expodinâmica que acontece no município de Bela Vista do Paraíso, promovido em parceria com a Sociedade Rural do Paraná sediado em Londrina: a Expotécnica, se não me falha a memória que sempre acontece na região de Astorga, que são eventos que demonstram a pujança do campo. Por isso faço aqui referência a esse evento, lá estivemos com o deputado Hermas, com o deputado Vanhoni, deputado Caíto, deputado Élio Rusch, deputado Baratter, deputado Spada na segunda-feira, dia 12, quando da abertura. E nossa presença lá foi muito confortante porque afinal de contas fomos muito bem recebidos pelo Divo Groli, presidente da Coopavel; pelo doutor Rubens, presidente da Emater; e pelo nosso companheiro, deputado Edgar Bueno, prefeito do município de Cascavel.

Um outro assunto que foi falado hoje aqui é com relação à questão do recesso Parlamentar. O deputado Nereu Moura colocou essa questão para discussão.

Quero anunciar a todos os companheiros, na condição de presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, que nos dias 23, 24 e 25 de maio estaremos realizando no Rio de Janeiro a 5ª Conferência dos Deputados Estaduais do Brasil, e um dos temas a ser tratado, debatido, discutido é o recesso parlamentar. Vamos discutir isso sim, porque eu pego por mim, pela minha pessoa o exemplo deste ano desde o dia 08 de janeiro estamos diariamente ou no gabinete ou em viagens pelo Unale ou no interior do Estado do Paraná - não paramos um dia sequer. Mas, na concepção popular estávamos de férias, e a Assembléia Legislativa não estava trabalhando. É bom que se discuta este assunto.

A questão da Petrobrás, senhor presidente, também poderíamos debater sobre este assunto, mas vamos deixar para uma próxima oportunidade. É sempre bom lembrar - é um apelo que faço ao nobre deputado Durval Amaral, a quem desejo pleno êxito na condução da Liderança do Governo - que nesta Casa, desde 1995 tramita um projeto de nossa autoria, instituindo as auditorias ambientais, que foi aqui lembrado pelo deputado Neivo Beraldin, que se as auditorias nos dutos de transporte do óleo cru, do petróleo bruto, acontecessem com regularidade, não te-

ríamos esse problema. Vamos, deputado Durval Amaral, ver da possibilidade de, nesse primeiro semestre, discutirmos o projeto de nossa autoria, que institui auditorias ambientais. Sei que é um projeto do interesse do governo do Estado - já me disse o Andriguetto, que agora é o secretário de Estado do Meio Ambiente. É um assunto do momento e não podemos nele também deixar de tocar.

O que mais me traz à tribuna, na tarde de hoje, além de aceitar a proposta do deputado Durval Amaral, de que possamos ter a convivência harmônica da Oposição com a Situação, de que possamos estar ao lado da situação em temas convergentes, mas que também a Situação possa estar junto com a Oposição, quando esse tema for convergente e do interesse maior da sociedade do Paraná.

Agora, deputado Amaral, estamos aqui hoje, em um grupo de parlamentares, não esses parlamentares ou essa Bancada de Oposição especificamente, mas um grupo de parlamentares supra partidários subscrevendo um projeto de lei que propõe, antes até de dizermos da revogação da lei que autoriza a venda da Copel, mas um projeto de lei que traz à discussão desse plenário o assunto mais palpitante desse momento, que é a privatização da Copel, que é a venda do patrimônio público representado pelas ações da Copel. Nenhum de nós poderá olvidar ou deixar passar ao largo a discussão desse problema. A Copel é uma empresa de vanguarda, estratégica e que está encarnada na vida do mais humilde cidadão. Pode ser que lá no mais humilde barraco da mais humilde favela, não tenha um bico de luz, mas aquele favelado ao percorrer as ruas da sua favela ou da sua via, vai se deparar com um poste, onde tem um bico de luz, que lhe oferece a iluminação pública e ele se beneficia da Copel e de seu serviço.

Vender a Copel neste momento em que estamos, é entregar toda uma história de luta de ilustres paranaenses. É entregar todo um patrimônio cultural e tecnológico. Não podemos vender a Copel por aquilo que vale a sua contabilidade, o seu patrimônio contábil, porque a Copel não é só um patrimônio contábil, é um patrimônio tecnológico, cultural, político e do povo do Paraná, que serviu para desenvolver o meio rural, através de um grande programa de eletrificação rural iniciado pelo Ney Braga, prosseguido pelo Richa, Álvaro e Requião e, agora, pelo governador Jaime Lerner.

A Copel foi a alavanca propulsora, que permitiu ao governador oferecer benefícios, que outros Estados não podiam oferecer na tração de indústrias.

Concordo quando o governador vem aqui à tribuna da Assembléia e diz que o Estado não pode continuar financiando a construção de usinas, gastando dinheiro que poderia ser aplicado em saúde, segurança e educação, para gerar a riqueza em outros estados. Concordo com isso, e digo aqui, tem deputados que são testemunhas, que quando presidi esta Casa, em 93 e 94, percorremos este Brasil, através do Parlasul, denunciando aqui que para o Paraná era uma injustiça grave, que perdura

até hoje, que é a imunidade tributária nas transações interestaduais de energia elétrica, combustíveis e seus derivados. Quero dizer que comungo da idéia do governador, quando ele diz isso, mas para isso temos que encetar novas iniciativas para que possamos buscar outros caminhos para poder reverter esta situação, onde o Paraná leva uma grande parcela de sua energia para outros estados, sem que de lá receba um centavos sequer de ICMS.

Mas gostaríamos realmente, não só nós, como alguns parlamentares têm procurado sugerir, não somos só nós da Oposição, estaremos realizando uma reunião na quarta-feira, estamos convidando a todos, todas as entidades, para iniciarmos um processo de discussão sobre a venda, a oportunidade da venda da Copel, neste momento.

Concedo o aparte ao deputado Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Para fazer uma pequena correção, porque o governador acho que está mal informado, e não dá para concordar com sua afirmação, dinheiro dos contribuintes, do ICMS, da arrecadação do Estado do Paraná, não foram apostos na Copel. Os financiamentos foram externos, o Estado entrou como mutuário de financiamento e a geração de energia elétrica é que pagou os financiamentos externos que a estatal contraiu. Não há um centavo do Estado do Paraná, então o governador não tem como justificar a sua afirmação porque não se retira dinheiro dos contribuintes para fazer uma usina foram financiamentos externos e dinheiro do governo federal que foram pagos com a produtividade da energia elétrica do Estado do Paraná. Então não há retirada de dinheiro de postos de saúde, de educação, para construção de qualquer usina do Estado do Paraná. Isso não aconteceu em nenhuma das cinco usinas do Rio Iguaçu. Por isso o governador estava mal informado. Apenas esta pequena correção.

O Sr. Beraldin

Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento)

Queria dizer a Vossa Excelência o seguinte o governo diz que a Copel não pode contrair empréstimos nacional ou internacional diante da nova lei federal. No entanto este argumento cai por terra quando se afirma que a Copel é superavitária, a Copel é uma empresa lucrativa. Ao contrário de o governo ter que investir na Copel, a Copel pode investir no governo do Paraná. Então me entusiasma Vossa Excelência na tribuna, numa perspectiva de vermos esta Casa numa outra condição. Não aquela da bancada da situação e da bancada da Oposição, estou muito entusiasmado em sentir isso aqui na Casa, de ver que os deputados estão se comportando em diferentes posição, em diferentes temas, não apenas votando cegamente em todas as matérias do governo e nem votando em todas as matérias contra o Governo.

Então há um amadurecimento político, quer me parecer que isso já vem do próprio estilo político do

nosso presidente Hermas que vai imprimir esse ritmo de renascer da Assembléia, abrindo as janelas para o povo, para a sociedade, fazendo com que todos participem e todos possam decidir os destinos do nosso Paraná que é muito maior do que qualquer um de nos que aqui estamos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a participação de Vossas Excelências e ao finalizar, senhor presidente, quero registrar nossa congratulações aos deputados Sérgio Spada e Toni Garcia que também tinha projetos relativos à privatização da Copel e que decidiram fazer um só projeto, para iniciar a discussão. É lógico que este projeto poderá e deverá ser melhorado na sua discussão na C.C.J., nas demais comissões nesta Casa e nesse Plenário.

O dia de hoje é a largada de uma discussão, que espero ser uma discussão supra-partidária e profícua aos interesses do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicito ao 1º secretário, deputado Hidekazu Takayama que faça a leitura dos deputados que compõem a 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura por partido político atendendo solicitação. Questão de Ordem levantada pelo deputado Nereu Moura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hidekazu Takayama**)

(Faz a leitura dos deputados da 3ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura)

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Solicito ainda ao deputado Hidekazu Takayama que faça leitura para informar aos senhores deputados o quociente para organizar as Comissões Permanentes Especiais conforme convenção partidária.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hidekazu Takayama**)

(Faz a leitura do quociente para organizar as Comissões Permanentes Especiais)

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Encerrado o Horário do Expediente.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, quero convidar todos os senhores parlamentares para uma audiência pública que será realizada amanhã, das 9 às 13 horas no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná a pedido da Associação dos Professores do Paraná e do seu sindicato.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, emenda constitucional de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, com apoio dos senhores deputados Renato Gaúcho, Nereu Moura, Irineu Colombo, Algaci Tulio e demais senhores deputados, constante do expediente. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Emenda Constitucional de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, Durval Amaral, Beraldin, Elio Rusch e demais senhores deputados, constantes do expediente. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos senhores deputados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos senhores deputados Moyses Leônidas e Ricardo Maia, constante do expediente, indicando os senhores deputados para líder e vice líder do PSB. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente do gabinete da presidência, subscrito pelo senhor deputado Herma Brandão, constante do expediente, comunicando o quociente para organizar as Comissões Permanentes e Especiais. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº052, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Carlos Alborghetti, Orlando Pessuti e demais senhores deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário. Recebido e de conformidade com o artigo 107 do Regimento Interno e será votado amanhã.

Projeto de Resolução de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Resolução de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei em número de dois (02), de autoria do senhor deputado Herma Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria de diversos senhores deputados: Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Sérgio Spada e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 100, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da Proposição nº 005/96, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única da Proposição 071/93 - Veto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, gostaria de fazer uma solicitação, de que o item 5 fosse colocado em primeiro lugar para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Coloco em votação o pedido de solicitação do deputado Ângelo Vanhoni, solicitando que faça por escrito o requerimento.

Os deputados que apóiam a alteração proposta pelo deputado Ângelo Vanhoni, permaneçam como estão.

Aprovado.

Então, será colocado o item 5.

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 080/95, de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a empreender os estudos de planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 271/95

Curitiba, 20.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 212/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto

no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 080/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder estudos no sentido da criação da "Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal".

A negativa da sanção ao projeto de lei complementar em referência decorre de pareceres técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, por mim endossados, os quais, circunstanciosamente, demonstram ser a medida, pela forma como está posta, contrária aos superiores interesses públicos, também inoportuna e desnecessária, eis que, estudos de tal natureza realizam-se independentemente de lei.

Vale, por oportuno, lembrar a existência do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que vem suprindo, satisfatoriamente, as necessidades pertinentes a estudos e planejamentos, assim como de outras ações nessa tão importante área da atividade pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei complementar que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 080/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal.

Art. 2º - A Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal, terá como função planejar e coordenar as ações do governo do Estado do Paraná, entre outras, nas áreas de:

- I - Infra-estrutura;
- II - Desenvolvimento econômico;
- III - Integração entre municípios;
- IV - Turismo e patrimônio histórico-cultural;
- V - Meio ambiente;
- VI - Saúde.

Art. 3º - O estudo necessário à viabilização da instituição da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal deve ser necessariamente concluído até o final do ano de 1995, de forma a propiciar o planeja-

mento orçamentário necessário à instituição do referido órgão para, no máximo, o início de 1996.

Parágrafo Único - Se o Poder Executivo Estadual possuir a dotação orçamentária necessária, fica autorizado a criar a Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal, de imediato.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.10.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Em que pese possuir natureza geo-política estratégica, principalmente devido ao Porto de Paranaguá e ao potencial turístico, o litoral paranaense permaneceu anos em total abandono por parte do governo do Estado. Com exceção do sistema de abastecimento de águas das praias, há mais de vinte anos não é conhecido nenhum projeto de amplo alcance que tenha como objetivo o desenvolvimento desta importante microrregião.

Com o implemento, a nível global, a internacionalização da economia, que entre nós repercute diretamente com o Mercosul, o Porto de Paranaguá se torna estrutura estratégica para o desenvolvimento do Estado. E para que funcione de forma moderna e eficiente, é necessário que a infra-estrutura que o circunda seja melhorada e modernizada. O quadro atual, principalmente no município de Paranaguá é, entretanto, desesperador. O porto, atualmente, é danoso à cidade, numa estranha relação onde o reverso é que deveria ser regra.

Por outro lado, o crescimento da indústria turística a nível mundial também recoloca as praias, as cidades históricas e as reservas ambientais do litoral paranaense em posição privilegiada. Por isso, é urgente a implantação de uma política de turismo que possa redundar em benefício para o Estado.

E no sentido da busca de uma alternativa concreta e imediata para a problemática da microrregião do litoral que apresento este projeto de lei. Com a criação, por parte do Poder Executivo Estadual, de uma Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná, que sugerimos denominar-se Coderal (Codel???), pensa-se ser possível o estabelecimento de uma política de desenvolvimento integrado do litoral paranaense. Esta proposta, outrossim, tem como paradigma administrativo a Comec, que vem bem agindo na Região Metropolitana de Curitiba.

Esta iniciativa, por fim, se adapta com perfeição ao Projeto Jaime Lerner, onde é prevista a criação de microrregiões de desenvolvimento. Nossa intenção é que a conjugação de esforços entre o Governo Estadual, as Prefeituras e Câmaras Municipais, somada à sociedade civil como um todo, capitaneados pela coordenadoria em criação, possam estabelecer um projeto de desenvolvimento no qual o litoral paranaense tenha sua importância reconhecida e possa retribuir ao Estado, e em última análise, ao País.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 05/96

P A R E C E R :

A proposição em tela traz veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 080/95, de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Tulio, visando "autorizar o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - Coderal.

O chefe do Poder Executivo as atribuições do artigo 87, inciso VII e em conformidade com o disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o projeto de lei por julgá-lo contrário ao interesse público. Além da justificativa constitucional, a negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Do exposto, a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 17.04.1996.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Está em condições de ser analisado pelo Plenário.

Os senhores deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que possuem a expressão "sim". Os contrários da manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que possuem a expressão "não".

Após ter feito a sua opção de voto o deputado deverá colocar a cédula sob carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

A Presidência deseja salientar que para rejeição do veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que 28 senhores deputados votem não, conforme previsão da parte final do parágrafo 04, do artigo 71, da Constituição Estadual.

Solicito ao senhor 1º secretário que dê início a chamada nominal para a votação, deverão ser procedidas 2 chamadas nominais.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, em entendimento mantido com o deputado Algaci Tulio, com o deputado Ângelo Vanhoni e com os demais deputados desta Casa, a Liderança libera os senhores deputados para que nesse primeiro item da pauta os senhores deputados possam votar de acordo com as suas consciências.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hidekazu Takayama**)

(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**)

Quarenta e um senhores deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votaram quarenta e um senhores deputados, Convido os deputados Hermes Fonseca, Marcos Isfer e Cesar Seleme para comporem a comissão escrutinadora dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hidekazu Takayama**)

Senhor presidente, quarenta e um votantes. Trinta e seis “não”, e cinco, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está rejeitado o veto, mantido o projeto.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/93, veto aposto ao Projeto de Lei nº 257/93, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal, que liga os municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 267/93

Curitiba, 21 de setembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 242/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 257/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal denominada “NZ-1”, que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 quilômetros.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na “Lei de Meios”, fere o mandamento contido no artigo 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossas Excelências os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 257/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal denominada “NZ-1”, que liga as sedes municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, com uma extensão de 32 (trinta e dois) quilômetros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 04.08.1993

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

A estrada ora objeto de estadualização é uma rodovia já asfaltada, cujo recapeamento foi feito pela Itaipu Binacional, facilitando com isso o fluxo de trânsito entre as duas sedes municipais constantes do projeto de lei, e de via, também facilitou o acesso à BR-277 do tráfego procedente dos municípios limítrofes e outros ao norte da região de abrangência da via, como também, dos estados do centro-oeste e norte brasileiros, com destino à Foz do Iguaçu.

O que antes era uma simples via de ligação entre duas cidades, transformou-se em uma rodovia de intenso tráfego leve e pesado.

À vista disso, as administrações das unidades municipais de Missal e São Miguel do Iguaçu, não reúnem condições para fazer a manutenção do referido. Portanto, é necessário integrar a rodovia à malha rodoviária do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 257/93

P A R E C E R :

Propôs o autor autorização ao Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga os municípios de Missal e São Miguel do Iguaçu.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.,

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.1993.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

Solicito ao senhor 1º Secretário a proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Entendimento mantido com o deputado Elio Rusch e com os senhores deputados. A liderança do governo libera os senhores deputados, para que possa cada um votar de acordo com suas consciências.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hidekazu Takayama)

(Procede à chamada dos deputados para a votação).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 44 senhores deputados.

Convido os deputados Marcos Isfer, Cesar Silvestri e Luciana para procederem a exatidão dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hidekazu Takayama)

Quarenta e quatro votantes, 38 “não”; 6, “sim”;

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo aos senhores deputados que foi derrubado o veto, está aprovado o projeto.

Item 2,3 e 4 aprovado a Mesa requerimento sob o nº 101, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, que após ouvir o douto Plenário, requer votação em bloco, dos itens 02,03 e 04. **Aprovado.**

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 121/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 423/94 de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, modelo AD-14, ano 1975, conforme especifica. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 031/95

Curitiba, 17 de janeiro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 384/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 423/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Jundiá do Sul, o trator de esteira que especifica, que se encontra cedido àquela municipalidade, conforme Termo de Cessão de Uso nº 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Ainda em que pese a intenção do autor nobre deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, plano de lei em referência não pode merecer acolhimento em face de pronun-

ciamento da Secretaria de Estado dos Transportes, através do D.E.R., manifestando-se contrariamente à pretendida doação, asseverando que a matéria deverá ser reavaliada somente após o término da cessão, que durará até 11 de novembro de 1995, quando, então, estará em condições de analisar a necessidade do retorno do equipamento às atividades operacionais do órgão. Informa, ainda, aquela pasta que, procedida a necessária vistoria na referida máquina, não foi declarada sua inservibilidade, fato que também impede sua doação.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 423/94

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, modelo AD-14, ano 1975, com número de ordem 3TE-089.012, cedido em comodato àquela municipalidade, conforme Termo de Acesso de Cessão de Uso nº 031/93, de 01 de dezembro de 1993.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15.12.1994.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

JUSTIFICATIVA:

O trator de esteira objeto do presente projeto de lei foi repassado em comodato à Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul, sem nenhuma condição de uso e a prefeitura, mediante autorização governamental de doação, mandou executar serviços de reparação no mesmo. Durante a tramitação, exigiu-se “Termo de Inservível”, não fornecido exatamente em razão da reforma executada.

Assim, a forma legal de solução do impasse é justamente o presente projeto de lei que, aprovado, virá suprir as exigências legais.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 423/94

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Jundiá do Sul, trator de esteira marca Fiat.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada

que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.1994.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/95, veto apostado ao Projeto de Lei nº 135/95, de autoria do deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade de Delegacia Anti-tóxico na cidade de Maringá. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 144/95

Curitiba, 19.07.1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 056/95, dessa presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o projeto de Lei nº 135/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 135/95

Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade de Delegacia Anti-Tóxico na cidade de Maringá.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22.05.1995.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o crescimento da cidade de Maringá, e também a necessidade de pessoal especializado nos mais diversos setores, principalmente, na área de segurança pública, novamente verifica-se que o tráfico e o consumo de entorpecentes se expande em proporções assustadoras. Maringá, continua sendo uma rota tradicional da droga, não somente da maconha, consumida pelas camadas de baixa renda, como também a cocaína, que é usada pela camada social mais elevada.

A proximidade com o Paraguai e Mato Grosso do Sul, maiores fornecedores de entorpecentes ao país e o consumo desenfreado, exige a instalação de uma Delegacia Especializada Anti-Tóxico na cidade de Maringá.

Pela relevância do tema, e pelos benefícios que poderá oferecer à população contamos com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 025/95

P A R E C E R

A presente proposição de Veto nº 025, tem por objetivo vetar o projeto de Lei nº 135/95, de autoria do nobre deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia Anti-Tóxico na cidade de Maringá.

O Veto foi apostado dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, a presente proposição estará em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.1.995.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/96, veto apostado ao Projeto de Lei nº 146/95, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Fortes, a ser instalado no Pólo Educacional da sede do município de União da Vitória. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 286/95

Curitiba, 21 de dezembro de 1995.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 218/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 146/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar Colégio Agrotécnico Estadual, a ser instalado no município de União da Vitória.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa deve-se ao fato de ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, conforme pronunciamento expedido pela Secretaria de Estado da Educação, a seguir transcrito:

“O governo do Estado, vem desenvolvendo o projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná em conjunto com a SEED, SEPL e CEFET-PR, a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Este projeto terá a função primordial de organizar a oferta de ensino em função das reais necessidades do mercado de trabalho.

Os colégios agrícolas apresentam características especiais, pois além das salas de aula convencionais necessitam de espaço apropriado para as aulas práticas, como laboratórios específicos e área mínima de 60 hectares para cultivo agrícola e manejo animal, além de anexos indispensáveis para o atendimento dos alunos em tempo integral (refeitório, alojamento e área de lazer).

Estas exigências são decorrentes de Deliberação do Conselho Estadual de Educação, para funcionamento e reconhecimento, o que acarretará considerável desembolso financeiro por parte do governo do Estado para a efetiva implantação.

Considere-se ainda a extinta dos seguintes estabelecimentos que ofertam Ensino Técnico em Agropecuária e Florestal na Região:

- Colégio Agrícola Assis Brasil - Clevelândia;
- Colégio Agrícola Lisymaco Ferreira da Costa - Rio Negro;
- Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro - Guarapuaçu; e,
- Colégio Florestal Presidente Costa e Silva - Irati.

Além destes ainda encontram-se em fase final de conclusão uma Escola Agrotécnica Federal em Guarapuaçu e em funcionamento o Colégio Agrícola Imperatriz Dona Leopoldina no município de Entre Rios.

Portanto, o Departamento de Ensino de Segundo Grau não é de parecer favorável à implantação de mais um Colégio Agrícola na sua rede pois necessita efetuar levantamento criterioso da demanda regional e ter garantia da alocação de recursos orçamentários para as obras que se fizerem necessárias, quer para adaptar um estabelecimento de ensino, quer para construir unidade nova, e o orçamento previsto para 1996 não contempla este gasto.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 146/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Colégio Agrotécnico Estadual “Domingos Forte” a ser instalado na sede do município de União da Vitória e que deverá funcionar nos moldes dos demais Colégios Agrícolas do Estado.

Art. 2º - A direção do Colégio e a Secretaria de Estado a que pertencer, em convênio com a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, firmarão contrato de Comodato em áreas de terras estaduais, disponíveis nos municípios da região para ali realizar as aulas práticas e experimentais.

Parágrafo Único - Fica também autorizado a acolher outros cursos e disciplinas para o aperfeiçoamento das novas gerações rurícolas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.11.95.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora se submete a doura consideração desta Casa de Leis, e que tem por objetivo a autorização para a criação do Colégio Agrotécnico Estadual “Domingos Forte” a ser instalado no município de União da Vitória, fundamenta-se essencialmente nas aspirações de há muito pela comunidade e pelas lideranças regionais, com vistas a oferecer à região a melhor qualidade de ensino aos jovens que terão oportunidade de permanecerem entre os seus e, que num futuro muito próximo tenham chance de trabalho junto às populações tradicionalmente vinculada a agropecuária.

Considerando tais aspectos e movidos por fatores que determinam a urgente necessidade de investir no homem do campo e no crescimento da região estimulando os sentimentos de solidariedade com população trabalhadora, pois trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que abrirá oportunidades para os jovens de toda a vasta região de União da Vitória.

O grande desenvolvimento econômico-social da região determina um tratamento todo especial por parte das autoridades estaduais, permitindo um acesso mais rápido à moderna tecnologia.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social, e que por vários motivos devemos aplicar os mais elemen-

tares preceitos de amor e fraternidade, resgatando uma antiga reivindicação da população da região.

A criação dos Colégio Agrotécnico Estadual “Domingos Fortes” que, com o seu nome estaremos homenageando o saudoso, boníssimo chefe de família, grande empresário, diretor de uma das maiores empresas do ramo da agroindústria do Sul do país, falecido em 21 de abril de 1992. Domingos Forte plantou em todos os cantos do sul paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã, respeitado pela sua visão e pelo arrojo como empresário bem sucedido. Além disso, participou sempre de todos os movimentos sociais e filantrópicos onde foi convocado em favor da causa paranaense.

Foi um símbolo de cidadão, empreendedor e participativo, paradigma dos nossos homens de negócios e paladino das grandes causas.

Com a aprovação deste projeto de lei pelos nobres Pares desta Casa de Leis, homenagearemos o líder ausente, o timoneiro e que seu exemplo seja a inspiração a todos os jovens que frequentarão o futuro Colégio, cuja aprovação pelo Legislativo Paranaense será banhar com a luz da esperança a face de toda a população daquela região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 03/96

P A R E C E R :

Relatório

O governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, opôs veto ao Projeto de Lei nº 146/95, de autoria do deputado Antônio Anibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no polo educacional da sede do município de União da Vitória.

Fundamentação

O plano de lei não foi acolhido pelo chefe do Poder Executivo tendo em vista que o Departamento de Ensino de Segundo Grau não é de parecer favorável à implantação de mais um Colégio Agrícola na sua rede pois necessita efetuar levantamento criterioso da demanda regional e ter garantia de aplicação de recursos orçamentários para as obras que se fizerem necessárias, quer para adaptar um estabelecimento de ensino, quer para construir unidade nova, e o orçamento previsto para 1996 não contempla este gasto.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do veto ao Projeto de Lei nº 146/95.

Sala das Comissões, em 07.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Solicito ao senhor 1º Secretário Hidekazu Takayama, a chamar os senhores deputados para votarem em bloco, itens 2, 3 e 4.

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, comunico aos deputados da Base de Sustentação Política do Governo e aos demais deputados desta Casa, para que nesses itens 2, 3 e 4, que vamos votar em bloco neste momento, que os senhores deputados votem “sim” pela manutenção do veto.

Só este apelo aos deputados: para que votem “sim”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Para encaminhar**)

Como trata-se de matérias autorizatórias, solicitamos à Casa que derrube o veto do governador, até para termos o mesmo procedimento em relação as matérias anteriores. Não podemos ter dois pesos e duas medidas.

Por isso, a atitude mais lúcida desta Casa, é derrubar o veto do governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa solicita ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados para a votação.

(É procedida a votação nominal)
(Votação nominal em bloco)

O SR. 1º SECRETÁRIO

Votaram 40 (quarenta) senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Designamos os deputados: Augustinho Zucchi, Divanir Braz Palma e Plauto Miró para a contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e um (21) votos “sim”.

Dezenove (19) votos “não”.

Vinte e um (21) senhores deputados votaram pela manutenção dos vetos dos itens 2, 3 e 4. **Ficam mantidos os vetos.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Estado do Paraná, a conceder auxílio às famílias carentes, institu-

indo o Programa Criança na Escola e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário de nº 2, de autoria dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Tony Garcia, Ademar Traiano, Moysés Leônidas e Luiz Fernandes Silva Litro, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
DE Nº 2, AO PROJETO DE LEI Nº 57/99**

A presente emenda visa suprimir os artigos 6º e 7º do projeto de lei em questão, renumerando o artigo 8º como artigo 6º, conforme segue:

“Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, 19.02.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, TONY GARCIA, ADEMAR TRAIANO, MOYSÉS LEÔNIDAS, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO.

JUSTIFICATIVA:

A estipulação de prazo para que o Poder Executivo regulamente a lei é incompatível com a natureza autorizatória da proposta legislativa. No mais o dispositivo invade a competência regulamentar que é exclusiva da administração pública segundo critérios de conveniência e oportunidade, precedidos da observância dos princípios constitucionais que regem os atos da administração pública (artigo 27 da Constituição Estadual).

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 59 da Constituição Federal.

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a firmar convênio com o município de Wenceslau Braz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Distrito João Vieira, com sede e foro em Faxinal.

SEM PARECER. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99)

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa Especial de Demissão Voluntária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

**PROJETO DE LEI Nº 097/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a implantar no âmbito da administração direta e indireta, programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos.

Parágrafo Único - O programa terá duração de 01 (um) ano a partir da publicação desta lei.

Art. 2º - O Poder Executivo e os órgãos da administração direta e indireta oferecerão como incentivo ao pedido de demissão voluntária o valor de até 01 (um) salário nominal por ano trabalhado, aos funcionários ou servidores, no valor máximo de 20 (vinte).

Art. 3º - Fica vedada, a qualquer tempo, a recontração do funcionário ou servidor que aderiram ao programa de demissão voluntária.

Art. 4º - No caso de servidor ou funcionário contratado pelo Regime CLT a demissão se processará obedecendo suas normas, garantindo-se o incentivo proposto no artigo 2º.

Art. 5º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de constrangimento visando pressionar o funcionário ou servidor a aderir ao programa especial de demissão voluntária.

§ 1º - O Poder Executivo nomeará comissão composta de 03 (três) membros, sendo um deles promotor de Justiça indicado pela Procuradoria de Justiça do Estado, visando apurar eventuais denúncias de constrangimento.

§ 2º - Recebida a denúncia, a comissão instalará inquérito administrativo, num prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Comprovada a denúncia o autor será demitido a bem do serviço público, e responsabilizado criminalmente pelos danos.

Art. 6º - Excluem-se do presente plano os ocupantes de cargos em comissão.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá adotar ainda outros benefícios que incentivem a demissão voluntária.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.99.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A Nação brasileira assiste importante debate sobre a estabilidade funcional no setor público que é a garantia pela Constituição de 1988. Sem nenhuma dúvida, consideramos este debate o mais importante que se trava nas relações entre o servidor público e o Estado, e temos a certeza que será encontrado um caminho que resguarde os interesses do servidor público e ao mesmo tempo, permita maior flexibilização no referente à administração dos recursos humanos.

Dentre as alternativas que possam atender os interesses dos servidores e do Estado, estamos apresentando à deliberação do douto Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, projeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a implantar programa especial de demissão voluntária, concedendo vantagens de salários nominais aos que aderirem ao mesmo, viabilizando o seu retorno à iniciativa privada.

O projeto coíbe qualquer tipo de constrangimento da parte de autoridades superiores que intentem prejudicar a boa ação e o ato da vontade livre e soberana.

A nosso ver, a aprovação deste projeto de lei fará com que os interessados por uma política de recursos humanos para o setor público não se equivoquem em meras discussões inócuas. O mais importante, e que inclusive fez com que apresentássemos tal proposição, é a busca do papel do Estado em alternativas que solucionem seus problemas.

COMISSÃO DE CONSTITUÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 097/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Beto Richa, tem objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar programa especial de Demissão Voluntária.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós gostaríamos de retirar esse projeto da pauta por 10 sessões, se Vossa Excelência assim concordar, porque nós não podemos votar aqui um projeto dessa envergadura sem uma ampla discussão. Se Vossa Excelência concordar, nós poderíamos retirar para fazermos uma discussão mais aprofundada.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Conforme o Regimento interno desta Casa não é permitido, esse projeto já foi retirado anteriormente por 10 sessões, e nenhum projeto poderá ser retirado mais de uma vez da sua discussão e votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, solicito ao PMDB que vote contra este projeto, porque ele vai prejudicar o funcionalismo público do Paraná. O governo do Estado vai receber, na verdade, uma carta branca para fazer demissões do funcionalismo, que está sofrendo amargamente há seis anos.

Por isso, solicito à bancada do PMDB que vote contra este projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, da mesma forma, nós queremos encaminhar contrariamente a este projeto de lei, primeiro porque é um projeto que já está, digamos assim, anacrônico. Estes programas de demissões voluntárias que foram adotados no Brasil inteiro, já faz algum tempo, está-se recomendando não mais o uso desta fórmula, para sanar os problemas da administração pública. Os problemas do funcionalismo relapso e o inchamento da máquina, se faz através de processo administrativo, competente e com habilidade, e o governo tem que ter postura com relação a isto.

O que vem acontecendo no Estado do Paraná é que em várias secretarias, sobretudo na Secretaria da Educação, nós temos é falta de profissionais. Eles já estão sendo contratados em regime precário, pela CLT, e contratados por uma empresa chamada Paraná Educação. Então, é um desvirtuamento das funções do Estado, ao passo que se contrata um funcionário público que fica de brinquedo: contrata no mês de março e o demite no mês de dezembro, volta a contratá-lo no mês de janeiro e assim por diante. E aí o funcionário não sabe em que setor ele vai trabalhar. Ele fica jogado para cá e para lá.

Então, está faltando para o Estado do Paraná abrir concurso público para efetivar, ter um plano de cargos, carreira e salário. Nós não podemos admitir programa de demissão voluntária sem cargo de carreira e salário, também. Sobretudo para os professores e também os demais funcionários do Estado do Paraná. Há de haver uma lógica de administração pública, em função dos servidores. E este projeto não vem a atender esta demanda. Aliás, tem criado um desvirtuamento: funcionários que efetivamente saem pelo PDV, voltam contratados com cargo de "staf", cargo em comissão, como tem acontecido em vários lugares, sobretudo no Estado de São Paulo, que infelizmente era do mesmo Partido, na época, do deputado Beto Richa, que teve desvirtuamento no processo de demissão voluntária. Portanto, é um artifício administrativo em desuso, pouco recomendado pela administração moderna e sobretudo para o governo do Estado do Paraná, no estágio em que se encontra, de atrapalhadas administrativas. Somos contrários ao projeto.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

De antemão já vemos que a Bancada de Situação irá votar com o projeto. Mas, no dia de amanhã a Bancada de Oposição, senhor presidente, entrará com emenda para retirar da Ordem do Dia este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a discussão. Em votação. Para Encaminhar, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhores deputados, é louvável a preocupação do deputado Nereu Moura e deputados da Oposição, do deputado Irineu Colombo. Este é um aspecto que podemos ser convergentes. Com toda certeza, em benefício, em defesa da sociedade paranaense, muito especialmente dos funcionários do Estado do Paraná. O projeto de Demissão Voluntária apresentado pelo deputado Beto Richa, que não mais se encontra nesta Casa, na verdade, é um projeto para ser discutido, para ser melhor interpretado por todos nós, deputados. E entendemos que não poderíamos, neste momento, votar contra o projeto em 1ª discussão, porque nós estaríamos sepultando o projeto.

Queria fazer um apelo aos nobres colegas da Oposição, para que todos nós pudéssemos votar, neste momento, pela constitucionalidade do projeto. E amanhã, com toda certeza, em 2ª discussão, apresentamos emendas para que possamos melhorar o projeto, porque ele tem boas virtudes, tem alguns erros que podem ser melhorados e acredito que todos nós, em conjunto, poderemos melhorar muito o projeto.

Também entendo que é impossível aceitar um programa de demissão voluntária quando faltam professores, nós devemos proteger, automaticamente os professores do Estado do Paraná, a Polícia Civil, a Polícia Militar, os funcionários da saúde, porque são funções essencialmente do Estado. E nós temos que preservar estas carreiras e estas categorias. Então, fica o apelo para que nós nessa primeira discussão possamos votar favoravelmente e em segunda vamos aprofundar o debate, e aí a Liderança do Governo junto com os deputados da oposição, com o presidente da Casa, nós vamos a exaustão discutindo esse projeto com todos os deputados para que possamos aperfeiçoá-lo. E ao final, se for o caso aprovar finalmente o projeto, ou até mesmo rejeitá-lo definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão. Em votação. Senhores deputados que aprovam o projeto do nobre deputado Beto Richa permaneçam como estão. **Aprovado. Com voto contrário da Bancada de Oposição.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 001, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 003, 072 a 078, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 004 a 00 a 014, 018, 019, 020, 027, 028 e 094 de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 008, 015 a 017, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 030 e 032, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 034, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 035 e 037, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 036, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 038 e 039, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 040, 041, 043, 044, 082 e 083, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 084, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **À Comissão Executiva para as providências**

Requerimentos nºs 045, 046, 048, 049, 050, 051, 053 a 061, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 047, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti, Luiz Carlos Alborghetti, Élio Rusch, Irineu Colombo e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 062 a 071, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 079 e 080, de autoria do senhor deputado Élio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 081, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 085, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADOS (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 088, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, com apoio do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 090, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADOS (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 092 e 093, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 096, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 086 e 087, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti, Nelson Garcia, Nereu Moura e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Em Discussão.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 091, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 042, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente solicitando a retirada de votação do Projeto de Lei nº 057/99, por cinco (cinco) Sessões, **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 069/2000

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 038, 042, 044, 045 e 046/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 030, 097, 103, 144, 165 e 216/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 104/99 e 005/2001.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2001.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2001

“Sistema tributário impede o desenvolvimento

Gazeta do Povo

Haully defende cobrança apenas do imposto de renda

Especialista em reforma tributária e membro da Comissão Especial da Câmara Federal que estuda o assunto, o deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB) afirma estar disposto a ‘catequizar’ parlamentares e o governo federal para que seja implantado no Brasil o projeto de sua autoria que muda o sistema de cobrança de impostos no País. Haully defende que o governo precisa ter coragem para promover uma reforma completa que reduza a carga de tributos para os contribuintes, principalmente para as camadas mais pobres da população e a classe média. Em entrevista exclusiva à Gazeta do Povo, o parlamentar tucano, que também é presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, criticou o processo de privatização conduzido pelo governo do Estado e acredita que vai começar no Paraná um novo ciclo político em 2002, quando o PSDB paranaense deve voltar ao poder.

Gazeta do Povo - O governo federal promete priorizar a reforma tributária? Isso deve sair no seu discurso?

Luiz Carlos Haully - Sou autor dos mais antigos projetos de emenda à Constituição de reforma tributária da Câmara dos Deputados. Meu projeto é de 1991, e reatizei em 1995. Tenho debatido e participado de todos os eventos e reuniões a respeito da reforma do sistema tributário brasileiro. Tenho uma posição e uma visão muito clara dos problemas que a economia brasileira vem sofrendo. A maior parte dos problemas de desenvolvimento brasileiro está relacionado com essa carga tributária

ria e com esse sistema tributário injusto. Temos uma das maiores cargas tributárias do mundo.

- Qual a sua proposta?

- A minha proposta hoje, amadurecida e pensada é de um sistema tributário simples e funcional usando aqueles impostos que são a base do sistema tributário americano e dos países desenvolvidos da Europa. Minha proposta é acabar com o ICMS, o IPI, o PIS, o ISS, o Pasep, o Cofins, a CPMF e a contribuição social sobre o lucro líquido. Tudo isso para que você tenha um sistema único. O imposto de renda tem que ser o grande tributo do País. Um imposto de renda forte, centrado nos salários, no aluguel, nas rendas, nos lucros. Um imposto de renda que possa suprir a necessidade da União, dos estados e dos municípios.

Em complemento, eu colocaria mais o imposto seletivo sobre a energia elétrica, telecomunicações, combustíveis e veículos, itens que são de grande importância na economia brasileira. É a manutenção do imposto de importação e exportação que é regulador, a manutenção dos impostos sobre a propriedade territorial urbana, rural, veículos e transmissão, que são do município.

- Quais seriam as vantagens desse modelo para os empresários?

- O Brasil precisa de um sistema que possa ajudar o desenvolvimento e o crescimento econômico. Esse sistema que estou propondo não vai onerar as empresas. Nós queremos que os empresários paguem o imposto de renda sobre o lucro da empresa e vamos desonerar os trabalhadores pobres e de classe média desse País, que pagam embutido uma das maiores cargas tributárias do mundo.

- E para os trabalhadores?

- O sistema brasileiro é tão injusto que pune as camadas mais pobres da população com essa carga tributária que vai no preço das mercadorias, bens e serviços consumidos pelo povo brasileiro. Quanto maior a renda do brasileiro, menos a carga perante o seu salário por conta dessa brutal carga de impostos indiretos cumulativos e não cumulativos que recaem sobre o preço das mercadorias, bens e serviços.

- Esse sistema é viável para o governo?

- O que estou propondo é que os Estados Unidos e a Europa utilizam há décadas com sucesso e proporcionam um desenvolvimento sustentado. Com esse novo sistema, nós não teríamos a concentração de renda brutal que existe no País e que é derivada do sistema tributários. Você combateria a elisão, a sonegação e os incentivos fiscais, que são três problemas gravíssimos que nós temos hoje no Brasil. Hoje, no Brasil, a empresa que pode pega incentivo fiscal, a que não pode sonega. Mesmo aquela que pode ainda demanda contra o município Estado e a União para não pagar os impostos que são devidos.

- Como o senhor avalia a proposta do governo federal?

- A mudança que o governo federal está propondo é uma mudança paliativa de uma parte do sistema. É pre-

ciso enfrentar com coragem para que o Brasil possa crescer a 8% por ano de uma forma sustentada, objetiva, direta e na qual não haja concentração da renda. Crescimento com distribuição de renda, com justiça social e justiça tributária.

- O senhor acha possível a sua proposta ser implantada pelo governo?

- Uma das coisas que tenho feito no Congresso Nacional é formar opinião. Agora eu peguei para valer. Neste começo de ano, decidi catequizar, doutrinar do presidente da República a todos que queiram debater o assunto sobre a necessidade de adotarmos um sistema tributário como esse que estou propondo.

- Qual a sua avaliação sobre a privatização de estatais?

- De uma maneira geral a privatização é necessária, por exemplo, nos casos de empresas brasileiras onde o governo era sócio, como usinas siderúrgicas, fábricas de aviões e sistema de telefonia precário. Sou contra a privatização da energia elétrica, água, esgoto e sistema financeiro bancário. No caso do Paraná, os governos, ao longo do tempo, construíram a Copel juntamente com o povo brasileiro, um patrimônio magnífico, uma empresa exemplar, dinâmica, que dá lucro. Não havia nenhuma razão de ordem política econômica para privatizar a Copel porque ela abastece o Paraná e ainda sobra energia. O atual governo já vendeu 62% das ações da Copel. Nunca os governadores anteriores venderam ações. Agora o governo estadual quer entregar a rapadura de vez. Não é possível admitir e tolerar que isso aconteça. O Paraná tem a melhor usina de energia elétrica do País e se houvesse o mínimo de decência não seria privatizada a Copel.

- E no caso da Sanepar?

- A Sanepar é um capítulo completamente diferente. O sistema de água e esgoto nos municípios não pertence ao Estado, mas aos municípios, que tem concessão por 20, 30 anos. Nos grande municípios essa concessão está vencendo, como no caso de Londrina. Quando eu vi o governo do Estado vender 45% das ações da Sanepar, fiquei preocupado, me manifestei contrariamente, dizendo que ele estava vendendo uma coisa que no fundo ele teria que devolver para os municípios.

- A sua opinião é a mesma em relação à venda do Banestado?

- O Paraná tinha um dos melhores bancos do Brasil, que era o Banestado. Ele chegou a ser o sétimo maior banco do País e o segundo estadual, com dividendos, com lucros e com uma ampla participação. Lamentavelmente nós vimos essa situação da privatização do Banestado acontecer quase como uma doação ao Banco Itaú. E a mesma posição eu tenho com relação ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O governo não pode e não deve privatizar essas instituições e muito menos o BNDES. O povo não quer a venda do patrimônio público, a não ser que seja numa situação emergencial.

- A dificuldade financeira alegada pelo governo do Estado não seria uma situação emergencial?

- O governador Jaime Lerner (PFL), nos seis anos de mandato, quebrou o Estado. Ele assumiu com uma dívida de R\$1,4 bi e hoje o Estado deve R\$16 bi. Mas onde está esse dinheiro? Eu não vi estradas, escolas, hospitais. O governo está devendo uma explicação ao povo do Paraná. Quero discutir com empresários, trabalhadores e políticos do Paraná essa situação. O Paraná vai levar de dois a três governos para consertar o estrago que foi feito.

- *Como o senhor avalia o quadro de sucessão estadual que começa a ser definido?*

- O Paraná tem ciclos de poder. O PMDB teve doze anos de poder e o PFL, 8 anos e agora acho que volta o ciclo do poder para o nosso grupo, o PSDB. Estamos estruturando nossa campanha de uma forma inteligente e competente. Temos hoje o maior número de prefeituras e vereadores, estamos conversando com todos os partidos políticos, deverá ser uma frente ampla em torno da candidatura de Álvaro Dias ao governo do Estado, em 2002”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2001.

“Mensagem de Sua Excelência Reverendíssima

Dom Pedro Fedalto,

Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Homilia na bênção da Assembléia Legislativa

A bênção da igreja da Assembléia Legislativa do Paraná dignifica os deputados estaduais.

O documento conciliar *Gaudiun et spes* (?) diz: “Todos os cristãos se tornem cônscios de seu papel próprio e específico na comunidade política. Devem distinguir-se pelo exemplo, porquanto estão obrigados por consciência a desenvolver em si o sendo de responsabilidade e do devotamento ao bem comum de tal modo que demonstrem pelos fatos também como harmonizar a autoridade com a liberdade, a iniciativa particular com a solidariedade e equilíbrio de todo o corpo social, a conveniente unidade na diversidade para o bem comum de todos os cidadãos, exigido de todos os partidos.

Com todo o empenho devem cuidar da educação civil e política, mais do que nunca necessária hoje para a infância, a adolescência e juventude.

A política é a arte de bem governar. A arte política é nobilíssima de um lado, mas de outro lado difícilima, sobretudo quando entram em jogo os bens particulares, os interesses pessoais, que facilmente dificultam a busca da integridade, que visa à manutenção da ordem, da justiça, contra a opressão, a intolerância sejam praticadas por um político individual ou pelo próprio partido.

Dediquem-se os políticos todos com sinceridade, retidão, justiça, amor e coragem exigidas pela vida política” (*Gaudium et spes*, nº 75).

Continua o documento afirmando que a Igreja propriamente não tem uma política civil em seu governo, partido próprio e candidatos seus, mas a igreja e a política embora autônomas, devem caminhar juntas e não opor-se porque os cidadãos são comuns a ambas.

É por isto que a Igreja não pode omitir-se no campo político.

É com a Bíblia na mão que a Igreja caminha com os políticos. O evangelho ensina que se deve dar a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que pertence ao Pai.

Quando há esta compreensão a Igreja e a política realizam obras maravilhosas para o bem comum do povo.

A Assembléia Legislativa do Paraná entendeu muito bem que é preciso caminhar lado a lado, Igreja e Política. É por esta razão que foi adaptada esta Capela a fim de que os princípios cristãos e morais norteiem a condução de todos os projetos, todas as discussões concorram de modo harmonioso para o bem de todos os cidadãos. Amém”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2001.

“Apreciação Errônea sobre João Goulart

Autoria do doutor Léo de Almeida Neves

É profundamente deplorável que o PSDB, partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, tenha cancelado, através do Instituto Teotônio Vilela, a coleção de 15 volumes “Sociedade e História do Brasil”, organizada pelo professor paulista Marco Antonio Villa, onde se insere que João Goulart era um “banana” e por isso sobreveio o movimento de março de 1964.

Muito ao contrário, a história que será escrita no futuro, mais longe dos acontecimentos da década de 60, registrará a coragem e o patriotismo do presidente João Goulart, por ter evitado duas vezes (1961 e 1964) o derramamento de sangue entre os brasileiros.

Em 1961, tornara-se irresistível a mobilização cívica pela posse do vice-presidente João Goulart, liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, que recebeu o apoio do general Machado Lopes, comandante do poderoso 3º Exército (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e de oficiais militares de outras regiões. Generalizou-se o repúdio ao veto dos três ministros militares à investidura de Jango, exigindo-se a obediência ao preceito constitucional.

No entusiasmo da vitória certa da causa legalista, muitos querem reviver a revolução de 1930, que partiu do Rio Grande do Sul e chegou triunfante ao poder central, na capital da república. João Goulart mostrou grandeza ao acatar a fórmula conciliatória do parlamentarismo, votada pelo Congresso e aceita pelos ministros militares, que lhe foi levada a Montevideu por Tancredo de Almeida Neves.

Repetiu-se a intrepidez de Jango ao enfrentar a multidão reunida em torno do palácio Piratini, em Porto Alegre (sua primeira escala no Brasil depois de longa viagem à China Comunista onde se encontrava em missão do governo), que bradava contra o arranjo político artificial e exigia marchar para Brasília. João Goulart manteve sua posição e rejeitou a guerra civil e o confronto bélico entre compatriotas.

Novamente, em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart se houve com bravura e bom senso ao colocar os interesses do Brasil acima dos seus, preferindo perder o cargo de chefe da Nação e evitar a pugna de contrários, dentro de perigoso cenário mundial de “guerra fria” (Estados Unidos versus União Soviética). A Aeronáutica lhe era fiel, mas ele não autorizou o bombardeio das tropas do general Mourão Filho, que se deslocavam de Minas para o Rio de Janeiro. Assim procedeu, não por covardia mas por perceber que resistir seria inútil e o solo brasileiro poderia transformar-se em novo Vietnã.

O professor San Tiago Dantas, baseado em fontes seguras, lhe informara, no Palácio Laranjeiras, que os Estados Unidos reconheceriam como legítimo e legal o governo revolucionário instalado em Minas Gerais pelo governador Magalhães Pinto e que as belonaves norte-americanas (trazendo combustível e armamento) já estavam se deslocando para Santos.

Jango ainda viajou do Rio a Brasília na tentativa de uma solução política da crise e de lá a Porto Alegre, onde o general Ladário Telles, comandante do 3º Exército, nomeado no dia anterior, tinha assumido o comando e tomado conta da situação. Em reunião com o general Ladário e seus oficiais, presente o ex-governador Leonel Brisola e outros políticos, João Goulart teve a coragem de recusar as sugestões de nomear Ladário para ministro da Guerra e tentou a resistência, com apoio de boa parte da brigada Militar e de contingentes populares. Jango preferiu o exílio à luta fratricida. Por sinal, ele respeitou estritamente as regras diplomáticas do exílio, abstendo-se de qualquer atividade política.

Goulart governou com total liberdade de imprensa e plenitude democrática e meritoriamente reuniu na sala equipe de governo luminares da inteligência e da cultura nacionais, como San Tiago Dantas, Evandro Lins e Silva, Waldir Pires, Hermes Lima, Darcy Ribeiro, Paulo de Tarso, Carvalho Pinto, Celso Furtado e outros. Ele praticou atos revestidos de grande significado e sadio nacionalismo, como estender o monopólio da Petrobrás à importação de petróleo e derivados, disciplinar e taxar a remessa de lucros das empresas estrangeiras, coordenar a aprovação parlamentar e sancionar a lei que criou a Eletrobrás proposta enviada por Getúlio ao Congresso em 1953. Coube-lhe sancionar a lei, de profundo alcance social, que implementou o 13º salário.

João Goulart não se intimidou em arrostar os reacionários na sua indormida e frustrada ação governamental para implantar a reforma agrária. Já no Uruguai, ele mostrou desassombro ao apoiar os chefes militares em

uma devassa séria na identificação da origem dos bens de todos os políticos, cujas fortunas são objeto de suspeitas, palavras da sua entrevista concedida em Montevideu à revista “O Cruzeiro”, dos Diários Associados, publicada em 2 de maio de 1964. O resultado das rigorosas apurações confirmou a honradez de João Goulart, que não sofreu qualquer confisco de bens e tampouco nenhuma condenação por improbidade.

Enfim, a vida pública de João Goulart, o único presidente da República que morreu exilado, está repleta de atitudes intempestivas, que contrastam com a pecha de “banana”, carimbada pelo historiador do PSDB, que também ousou reinterpretar a história do Brasil questionando o papel de Tiradentes e a relevância da Inconfidência Mineira e desqualificando a famosa frase nacionalista do presidente Floriano Peixoto: “Serão recebidos à bala”.

Respondendo na imprensa a críticas do Deputado federal Aldo Rebelo, o professor Villa aludiu a “heróis produzidos pela classe dominante” e que “só faltou sair em defesa do Duque de Caxias”. Será que ele também desacredita terem a espada e a condescendência do Duque de Caxias assegurado a coesão do País no período imperial e que Getúlio Vargas e a Revolução de 30 garantiram a unidade nacional, no século 20?

Oxalá, nos dias porvindouros do Brasil, venha a surgir um líder capaz de comandar a luta do povo na defesa da soberania nacional e da integridade de nosso território na Amazônia, alvo de crescente ameaça e cobiça internacional.

LÉO DE ALMEIDA NEVES é suplente de senador pelo Paraná, ex-deputado federal e ex-secretário-geral nacional do antigo PTB”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2001.

“Paraná está a beira da inviabilidade

Álvaro Dias

Comandando neste final de semana um encontro de prefeitos eleitos pelo PSDB nas últimas eleições no Paraná e trazendo para o cenário político de nosso Estado lideranças nacionais das mais destacadas como o ministro José Serra e o deputado Aécio Neves, candidato inclusive a presidência da Câmara Federal, o senador Álvaro Dias concedeu entrevista exclusiva para o Impacto PR nesta semana desde Brasília.

Respondendo algumas perguntas colocou seu posicionamento, principalmente no que se refere a sucessão estadual em 2002 quando admite o interesse de ser candidato ao Palácio Iguaçu e não descarta uma aliança PSDB-PMDB em nosso Estado, Álvaro Dias é um dos primeiros procurados pelo nosso semanário, assim como acontecerá com os demais nomes que vêm sendo especulados para a sucessão estadual, e que colocam pontos de vista impor-

tante e que serão, naturalmente balisadores de uma futura campanha política.

Vale a pena conferir pelo posicionamento de Álvaro Dias em diversas questões, caso da Copel, do Banestado e a atualidade político administrativa, paranaense como o senador do PSDB se coloca em torno de questões que lhe apresentamos nesta entrevista.

ENTREVISTA

- *Qual o projeto político de Álvaro Dias?*

- Fazer retornar o Paraná aos eixos do desenvolvimento econômico e social e restaurar a moralidade em sua administração pública.

- *O que mudou no Paraná da Álvaro Dias governador e a atualidade paranaense?*

- Quando deixei o governo do Estado, estava com suas finanças saneadas, as contas públicas perfeitamente em dia, em acelerado ritmo de desenvolvimento e respeito em todo o país. Hoje enfrenta deterioração financeira e é obrigado a negociar seus principais ativos para se socorrer de um déficit permanente. Está à beira da inviabilidade.

- *O PSDB do Paraná tem a cara do governo FHC?*

- Não. O partido, no Paraná, adotou uma posição crítica em relação ao governo federal, por entender que ele afastou-se dos postulados da social democracia. O compromisso do PSDB é lutar contra a exclusão social que corrói a dignidade da pessoa humana, contra a marginalização e a violência, contra os preconceitos e as injustiças, contra a manutenção de um sistema que reproduza ou favoreça tais, condições de degradação da vida. É desses postulados se afastou o governo, a praticar uma política econômica que se alicerça na elevação da carga tributária, fazendo-a acompanhar de altas taxas de juros, que desestimulam os setores produtivos e reduz recursos disponíveis para investimento e consumo. Polícia essa que beneficia determinados setores econômicos em detrimento da maioria e que subordina o desenvolvimento à política monetária. Isto ocorreu no passado. Agora o governo muda de rumo. Os indicadores econômicos e sociais começam a sinalizar para uma nova e positiva realidade. O crescimento econômico já é uma realidade e com ele a geração de empregos. O quadro me deixa esperançoso de poder, com o PSDB do Paraná, voltar a apoiar integralmente o governo FHC.

- *Existem chances de uma nova união Álvaro e Requião ou hoje são linhas paralelas?*

- Acho que há possibilidades de aliança entre o PSDB e o PMDB. A lógica política recomenda. Os líderes dos dois partidos que disputam as eleições proporcionais desejam. O que é obstáculo é a legítima aspiração do postulante. Esta aspiração é um obstáculo. Mas creio que o bom senso pode prevalecer no momento decisivo. Como há pesquisas de opinião pública que orientam a ambos os postulantes, nós podemos no momento decisivo optar por uma aliança.

- *Cássio Taniguchi. Qual a sua análise deste adversário político que pode ser seu concorrente em 2002, para governador?*

- Acho que o senhor Cássio Taniguchi é adversário político como qualquer outro e me sinto preparado para enfrentar qualquer candidato, mesmo porque quem disputa um pleito eleitoral não escolhe o adversário.

- *E a venda do Banestado. Tudo o que denunciou a respeito foi pra baixo do tapete?*

- A ação que impetrei, juntamente com o Osmar e o Requião, contestando o leilão de privatização do Banestado ainda não teve o mérito julgado. Quanto as denúncias esperamos a ação do Ministério Público sempre eficiente, até porque, para o próprio Banco Central constatou que existiram no processo de privatização irregularidades revoltantes. Entendo que o Paraná perdeu demais, pois, depredou-se, de forma irremediável, o erário público, que acumulou uma perda da ordem de seis bilhões de reais.

- *Quem foi de fato que afundou o Banestado - Richa, Álvaro, Requião ou Lerner?*

- Quando assumi o governo do Paraná, o Banestado ocupava o 17ª posição entre os bancos do país. Graças às reformas promovidas, que o elevaram devidamente profissionalizado e na condição de banco múltiplo, o Banestado saltou para o 7º do ranking nacional e o 2º banco estadual do Brasil, apontando como exemplo pelo Banco Central. Exerceu, no meu governo, um importante papel de promoção de ações administrativas de vulto para a alavancagem do desenvolvimento do Paraná.

- *E a venda da Copel, como é que o senador Álvaro Dias analisa?*

- Como um desastre. Trata-se de uma empresa sólida e profissional. Enquanto muitas estatais servem de paradigma para os que apontam o Estado como gerente incapaz, a Copel, através de seu corpo de funcionários eficiente, demonstra exatamente o contrário. A privatização da empresa não vale a pena. Será que privatizada a Copel teria desenvolvido o programa Clic Rural, que contribuiu para fixar o homem no campo e tornar sua vida mais humana e o Clic Urbano, com tarifas diferenciadas para faixa de população mais pobre e também, sustentar os incentivos subsidiados como atrativo de desenvolvimento do Estado ou teria contribuído para a construção de uma infra-estrutura capaz de suportar a industrialização do Paraná? Existe ainda, outro fator a não aconselhar a privatização do órgão de energia elétrica do Paraná: o exemplo de países como a Argentina e o Chile, que privatizaram o setor e não deu certo. Nestes países a concorrência baixou os preços, mas o mercado se desestruturou a ponto de haver áreas no Chile onde as empresas privadas, operam sob regime de monopólio com a demanda concentrada em fortes jogadores. Ali, os especialistas já apontaram para o fantasma da escassez, de energia, com blackouts diários e efeitos devastadores na economia do país. A produtividade despencou de 14% desde o início da crise energética com fortes riscos de o Chile perder

US 100 milhões por mês em produtividade e vendas. Será que queremos o mesmo para o Paraná?

É evidente que não.

- *É hora de esquecer o Paraná dos escândalos?*

- Os desmandos tem que ser devidamente apurados e os culpados punidos com o rigor da lei. É assim que as coisas se dão nos países civilizados.

- *Qual sua mensagem para os participantes deste encontro do PSDB?*

- De otimismo. O partido hoje tem a melhor estrutura para enfrentar o próximo pleito. Não pode fugir a responsabilidade de ter seu candidato ao governo do Paraná, uma responsabilidade, de resto pública. E ao mesmo tempo, um desafio, porque a administração pública do estado - que se inviabilizou no último período de governo, precisou tornar-se viável novamente. É um desafio da maior complexidade, mas que precisamos encarar, com determinação e otimismo, mas sobretudo com união. Mas este encontro tem por primordial objetivo orientar os nossos prefeitos neste momento em que passa a vigorar no país a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como municiá-los com o "Manual de Obtenção de Recursos Federais para Municípios sem a intermediação de Terceiros", um instrumento que vai orientá-los nos intrincados meandros da burocracia federal, apontando onde estão os recursos e como buscá-los sem ter que desembolsar dinheiro público com intermediário para alcançar o desiderato. Auguro pleno êxito nesta promoção do Instituto Theotônio Vilela, do PSDB do Paraná".

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil, às catorze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Submeter à aprovação da verba de ressarcimento dos senhores deputados referente ao exercício financeiro de 2.000, tendo como relator Deputado Luiz Accorsi. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado Luiz Accorsi, que relatou a Proposição 70/2000, que trata da prestação de contas da verba de ressarcimento dos senhores deputados relativas ao exercício financeiro de 2.000, regulamentada pela Resolução 15/92 de 19.06.92. Após exame detalhado da matéria, e estando de acordo com a legislação em vigor, dentro das normas constitucionais, opinou pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi seguido por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(a) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária